



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**GEDRA – GRUPO DE ESTUDO DINÂMICA REGIONAL
E AGROPECUÁRIA**



REGIANE APARECIDA MENEGATI

**PRODUÇÃO FAMILIAR E AS ESTRATÉGIAS DE
REPRODUÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO RURAL DO
MUNICÍPIO DE INDIANA (SP).**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

**PRESIDENTE PRUDENTE
2008**

REGIANE APARECIDA MENEGATI

**PRODUÇÃO FAMILIAR E AS ESTRATÉGIAS DE
REPRODUÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO RURAL DO
MUNICÍPIO DE INDIANA (SP).**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da Faculdade
de Ciências e Tecnologia da Universidade
Estadual Paulista – UNESP, como requisito
para obtenção do título de Mestre em
Geografia.**

**PRESIDENTE PRUDENTE
2008**

**Para meu pai Deraldo e minha mãe Ladair,
pelo apoio e incentivo nas horas difíceis e por
todas as alegrias que passamos nessa jornada.**

**A eles que formam mais uma, das muitas
famílias de agricultores desse país.**

Agradecimentos

Agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho, em especial:

- Para minha família, pelo apoio recebido: meu pai Deraldo, minha mãe Ladair, meu irmão Rogério, minha cunhada Adriana, meus lindos sobrinhos Gabriel e Emily, e ao meu tio “Néu”;

- Ao meu companheiro de todo momento, Enéias pela sua compreensão nas horas mais difíceis, pelos momentos em que estive ausente e pelo carinho que dedica a mim;

- Aos meus primos queridos que sempre me ajudaram, por todo o seu carinho e amizade: Laerte, Amanda, Flávio, Néia e Maria Eduarda.

- Às 153 famílias de agricultores do Município de Indiana, que me receberam com todo o carinho, e que dedicaram momentos de sua jornada de trabalho e de vida para participar desse estudo.

- Aos meus grandes amigos, que compartilharam todas as angústias e dificuldades, assim como, todas as alegrias dessa etapa: Fabiana, Érika, Elias e Luzia.

- À Rosangela Hespanhol pela orientação desse trabalho, por todas as conversas, pela ajuda nos momentos de dúvida, pela leitura de todos os trabalhos e pela amizade. Muito obrigado, pela sua orientação exemplar.

- À FAPESP pela bolsa de estudo concedida que possibilitou a dedicação exclusiva à pesquisa.

- Aos professores do curso de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da Unesp de Presidente Prudente, pelas contribuições, pelas disciplinas e pelos trabalhos de campo que sustentaram a minha formação.

- Aos colegas do GEDRA, que compartilharam dessa etapa: as conversas e as dúvidas, todos esses momentos são inesquecíveis.

- Aos funcionários da UNESP de Presidente Prudente, em especial a Nair e a Lucia do Departamento de Geografia, e a Márcia, Erynate e Ivonete da seção de Pós-Graduação, que estavam sempre dispostas para atender qualquer solicitação.

A todos, meu muito obrigada!

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica da produção familiar no Município de Indiana, por meio da organização social, econômica e cultural das unidades produtivas familiares. O estudo pretende enfocar o período que se estende entre a década de 1970 até o início do século XXI (2005). Além disso, buscou-se: identificar o perfil dos produtores familiares, compreender a organização interna e o estabelecimento de relações externas às unidades produtivas, analisar a importância das diferentes fontes de renda e caracterizar o desenvolvimento de estratégias de reprodução social dos produtores familiares. Desse modo, o trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a fundamentação teórica e metodológica sobre a produção familiar e as estratégias de reprodução social. Também é enfocada a pluriatividade, na qual se privilegia a tentativa de definição da noção e os significados para a produção familiar do conjunto de atividades agrícolas ou não, realizadas dentro e fora da unidade produtiva, pelos membros das famílias rurais para a reprodução social no campo. No segundo capítulo se discute a formação e ocupação do Município de Indiana no contexto da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. É realizada a caracterização de como se encontra do ponto de vista do município, as articulações da produção familiar com as várias instâncias do poder local. No terceiro capítulo procura-se apresentar a estrutura agrária do Município de Indiana, por meio da análise de dados e informações dos Censos Agropecuários do FIBGE (1970-1995/96). O quarto capítulo contempla os resultados da pesquisa de campo, realizada nas unidades produtivas familiares do espaço rural do Município de Indiana. A relevância desse trabalho baseia-se em apreender como a agricultura familiar, que é caracterizada pela sua heterogeneidade se dinamiza no Município de Indiana. As estratégias de reprodução social são entendidas, como elementos centrais para o entendimento das transformações na dinâmica da agricultura familiar, no qual parte dos produtores rurais buscam e têm conseguido a permanência no campo. Dentre as muitas estratégias de reprodução realizadas pelos produtores familiares do Município de Indiana, destaca-se a busca pela continuidade do patrimônio familiar, com o anseio da permanência na terra (para 70,5 % dos produtores pesquisados a herança foi uma das principais formas de acesso a terra) que para eles tem muitas significações, além do aspecto econômico.

Palavras-chave: Produção Familiar; Município de Indiana; Estratégia de Reprodução Social e Pluriatividade.

Abstract

This work has like objective purpose to analyse the dynamics of familiar production in the Indiana city, by social, economic and cultural organization of familiars productives units. The study pretends to emphasize period that extends between decade 1970 until beginning of century XXI (2005). Besides, searched for: identify the profile of familiars producers, to understand the internal organization and establishment of external relationship ace productives units, to analyse the importance of different income's source and characterize the development of strategies social reproduction of the producer familiars. This way, the work is structured in four chapters. In first chapter shows the theoretical and methodology foundation about familiar production and strategies of social reproduction. Also is focalize the diversity activities, which each other privileges the experiment of definition in the notion and signification for the familiar production of group of rural activities or no, realized into and out in the productive unity by members of rural families for the social reproduction in the camp. In the second chapter discusses the formation and occupation of Indiana's city in the context of Geografic Microrregião from Presidente Prudente. Is realized the characterization how it's of point of view from District, the articulations of familiar production with the various instances from local power. In the third chapter look up to present agrarian structure in the Indiana's city, by analyse of dice and information in the animal husbandry census of IBGE (1970-1995/96). The fourth chapter shows the results of the research about field realized in the units familiars productive of rural space in the Indiana city. The relevance this work is based in learn how the familiar agriculture, that is characterized by its heterogeneity whether dynamizes in the Indiana's city. The strategies of social production are comprehended how central elements to the undertood of the transformations in the dynamic of familiar agriculture, wich part of the rural producers search and have gotten the permanence in the field. Among a great deal of strategies of production realized by producers familiars in the Indiana's city, to show the longing of the permanence in the land (to 70,5% of producers researched the heritage was the principal form way of access the land) that to they have many significations, beyond of economical aspect.

Keywords: Familiar production; Indiana's city; strategy of social reproduction and Pluriatividade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – A PRODUÇÃO FAMILIAR NO BRASIL E A PLURIATIVIDADE COMO UMA ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL.....	22
1.1 – Produção Familiar e as Estratégias de Reprodução Social.....	23
1.1.1 – Reflexões sobre a produção familiar no Brasil.....	23
1.1.2 – A agricultura familiar enquanto objeto de estudo.....	25
1.1.3 – Agricultura familiar e as estratégias de reprodução social.....	25
1.2 – O significado da pluriatividade para a produção familiar.....	37
1.2.1 – A Pluriatividade na Agricultura Familiar.....	37
1.2.2 – Considerações acerca do rural e da ruralidade no Brasil.....	39
1.2.3 – A multifuncionalidade do espaço rural.....	43
1.2.4 – Contexto de surgimento da pluriatividade no espaço rural.....	47
1.2.5 – Uma tentativa de definição da pluriatividade.....	52
1.2.6 – Pluriatividade: seu significado para a produção familiar.....	55
CAPÍTULO II – O PROCESSO DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E AS INSTÂNCIAS DE PODER LOCAL NO MUNICÍPIO DE INDIANA.....	60
2.1 – O Processo de Formação Sócio-Espacial do Município de Indiana.....	61
2.2.1 – Retrospectiva sobre a ocupação da Região de Presidente Prudente.....	61
2.1.2 – As fases econômicas da Região de Presidente Prudente.....	65
2.1.3 – Formação sócio-espacial do Município de Indiana.....	67
2.1.4 – A população do Município de Indiana.....	71
2.2 – O Poder Local no Município de Indiana.....	74
2.2.1 – A esfera do Poder Local.....	74
2.2.2 – Indiana: uma pequena cidade.....	75
2.2.3 – As instâncias de Poder Local no Município de Indiana.....	82
2.2.4 – A prefeitura municipal de Indiana e o seu papel no desenvolvimento rural do município.....	83
2.2.5 – O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.....	88
2.2.6 – A atuação da Casa da Agricultura de Indiana.....	91
2.2.7 – A Associação de Produtores do Bairro Sete Copas de Indiana.....	94

CAPÍTULO III – A ESTRUTURA PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE INDIANA.....	97
3.1 – Estrutura Produtiva.....	98
3.1.1 – Estrutura fundiária.....	98
3.1.2 – Pessoal ocupado no setor agropecuário.....	102
3.1.3 – Condição do produtor segundo a propriedade da terra.....	103
3.1.4 - Utilização das terras.....	105
3.1.5 - Efetivo bovino e número de vacas ordenhas.....	107
3.2 – As unidades de produção do Município de Indiana.....	109
3.2.1 – Nível de escolaridade.....	110
3.2.2 - Área cultivada.....	110
3.2.3 – Mão de obra utilizada.....	111
3.2.4 – Assistência técnica, Infra-estrutura e Inovações técnicas.....	112
3.2.5 – Participação dos produtores em organizações coletivas.....	114
CAPÍTULO IV – A DINÂMICA DA PRODUÇÃO FAMILIAR E AS ESTRATÉGIAS DOS PRODUTORES NO MUNICÍPIO DE INDIANA.....	116
4.1 – Perfil dos produtores familiares.....	118
4.2 – Caracterização da propriedade familiar.....	126
4.3 – Estratégias de reprodução utilizadas pelos produtores rurais do Município de Indiana	131
4.3.1 – Comercialização da produção.....	135
4.3.2 – O significado da pluriatividade nas unidades de produção familiar no Município de Indiana.....	139
4.4 – Mão de obra na unidade produtiva familiar.....	150
4.5 – Rendas.....	151
4.6 – Assistência técnica, implementos agrícolas e participação no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas de São Paulo.....	156
4.7 – Acesso ao crédito rural.....	161
4.8 – Organização dos produtores.....	163
4.9 – Opinião e perspectivas dos produtores familiares em relação a continuidade no campo e as relações entre campo e cidade.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	188
APÊNDICES.....	197

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da população urbana, rural e total de Indiana (1950-2000).....	72
Tabela 2: Grupos de área por estabelecimentos no Município de Indiana.....	99
Tabela 3: Estrutura fundiária do Município de Indiana.....	101
Tabela 4: Pessoal Ocupado no Município de Indiana e na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.....	102
Tabela 5: Condição do produtor no Município de Indiana.....	103
Tabela 6: Utilização das terras no Município de Indiana.....	106
Tabela 7: Efetivo bovino no Município de Indiana.....	108
Tabela 8: Efetivo de rebanho bovino.....	108
Tabela 9: Vacas Ordenhadas.....	109
Tabela 10: Nível de Escolaridade.....	110
Tabela 11: Principais cultivos.....	111
Tabela 12: Mão de obra utilizada nas UPAS no Município de Indiana.....	111
Tabela 13: Assistência técnica no Município de Indiana.....	112
Tabela 14: Utilização de outros serviços.....	113
Tabela 15: Inovações tecnológicas nas UPAS no Município de Indiana.....	114
Tabela 16: Participação dos produtores em organizações coletivas segundo as UPAS no Município de Indiana.....	115
Tabela 17: Idade dos produtores.....	120
Tabela 18: Origem dos produtores.....	122
Tabela 19: Município de nascimento do chefe de família.....	122
Tabela 20: Auto definição da profissão.....	123

Tabela 21: Número de filhos por casal.....	125
Tabela 22: Nível de escolaridade dos produtores.....	126
Tabela 23: Tipo de moradia.....	127
Tabela 24: Forma de acesso a terra.....	129
Tabela 25: Condição das estradas de acesso.....	130
Tabela 26: Principal atividade econômica.....	132
Tabela 27: Existência da horta e pomar para alimentação.....	135
Tabela 28: Destino da produção agropecuária.....	137
Tabela 29: Principal forma de comercialização.....	137
Tabela 30: Número de Famílias com membros que exercem atividades fora.....	141
Tabela 31: Membros das famílias que exercem outras atividades.....	142
Tabela 32: Motivo pelo qual exerce outras atividades.....	144
Tabela 33: Lugar onde são realizadas outras atividades.....	145
Tabela 34: Utilização da maior parte da renda proveniente das atividades fora.....	146
Tabela 35: Outras atividades realizadas pelos membros das famílias.....	149
Tabela 36: Trabalhadores temporários na unidade produtiva.....	151
Tabela 37: Renda mensal total das unidades produtivas.....	152
Tabela 38: Renda maior proveniente das atividades agropecuárias.....	154
Tabela 39: Possui outros rendimentos.....	154
Tabela 40: Produtores que recebem a aposentadoria rural.....	155
Tabela 41: Utilização de assistência técnica.....	157
Tabela 42: Frequência da assistência técnica.....	157
Tabela 43: Prestação de serviços de assistência técnica.....	158

Tabela 44: Participação e opinião sobre o programa de microbacias.....	160
Tabela 45: Utilização de insumos e tratores.....	161
Tabela 46: Acesso ao crédito rural.....	162
Tabela 47: Participação em associações e cooperativas.....	165
Tabela 48: Dificuldades para viver no meio rural.....	167
Tabela 49: Dificuldades para continuar na atividade agropecuária.....	168
Tabela 50: Perspectivas em relação aos filhos.....	169
Tabela 51: Perspectivas em relação à propriedade	171
Tabela 52: Significados da terra pela família.....	172
Tabela 53: Participação e organização cultural.....	173
Tabela 54: Opinião sobre a atuação da esfera municipal.....	175
Tabela 55: Avaliação sobre vida no campo.....	177
Tabela 56: Aspectos em relação às cidades.....	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade dos produtores.....	120
Gráfico 2: Origem das famílias.....	122
Gráfico 3: Principais Culturas.....	128
Gráfico 4: Destino da produção agropecuária.....	136
Gráfico 5: Número de famílias com membros que exercem atividades fora da unidade produtiva.....	140
Gráfico 6: Membros das famílias rurais que exercem outras atividades.....	142
Gráfico 7: Motivo pelo qual exercem outras atividades.....	143
Gráfico 8: Utilização da maior parte da renda proveniente das atividades realizadas fora da propriedade.....	146
Gráfico 9: Renda total mensal das unidades de produção.....	150
Gráfico 10: Produtores que recebem aposentadoria rural.....	155
Gráfico 11: Utilização de assistência técnica.....	156
Gráfico 12: Participação no Programa de Microbacias.....	159
Gráfico 13: Participação e Opinião sobre o Programa de Microbacias.....	160
Gráfico 14: Acesso ao crédito rural.....	162
Gráfico 15: Participação em Associações e Cooperativas.....	165
Gráfico 16: Como a família considera a terra.....	172
Gráfico 17: Avaliação sobre a vida no campo.....	176
Gráfico 18: Avaliação da qualidade de vida no campo.....	177

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Município de Indiana na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.....	17
Figura 2: Município de Indiana.....	69
Figura 3: Localização das áreas do Programa de Microbacias Hidrográficas no Município de Indiana.....	92
Figura 4: Área com predominância de pastagens no Município de Indiana.....	111
Figura 5: Moradia rural do Município de Indiana.....	127
Figura 6: Estrada do Bairro Sete Copas.....	130
Figura 7: Pecuária de Corte no Município de Indiana.....	134
Figura 8: Horticultura irrigada.....	135
Figura 9: Casal de agricultores em seu pomar de laranjas e poças.....	137
Figura 10: Igreja Católica do Bairro Sete Copas de Indiana.....	173
Figura 11: Visão de uma rua do Bairro Sete Copas no Município de Indiana.....	174

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEA – Instituto de Economia Agrícola

INCRA - Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária

FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão do Estado de São Paulo

FEAP – Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca

FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia

GEDRA – Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária

LUPA – Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

UNESP – Universidade do Estado de São Paulo

UNICAMP – Universidade de Campinas

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UPAS – Unidades Produtivas

USP – Universidade de São Paulo

Introdução

Ao se propor uma discussão sobre o espaço rural brasileiro é necessário levar em conta toda a complexidade e a heterogeneidade que reveste as formas e as relações de produção no campo. São muitas situações envolvendo diferentes atores sociais: latifundiários, trabalhadores volantes, posseiros, trabalhadores sem-terra e agricultores familiares.

Esses agricultores rurais que trabalham com suas famílias também se destacam pela grande diversidade de maneiras de produzir e de viver no campo. Considerando essa heterogeneidade, Lamarche (1993) destaca ao analisar a inserção das explorações familiares em diferentes realidades sócio-econômicas e políticas que “[...] a exploração familiar não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade” (LAMARCHE, 1993, p.18).

Nesse contexto, a presente pesquisa buscou analisar a dinâmica que se estabelece entre as unidades de produção familiar do Município de Indiana no contexto das recentes transformações ocorridas, tanto em nível da economia global, quanto das relações entre o campo e a cidade, que podem ser verificadas no espaço local.

Veiga (2001) define os produtores familiares de acordo com algumas características organizacionais, tais como: trabalho e gestão intimamente relacionados; direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários; ênfase na diversificação e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; trabalho assalariado complementar; e, decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

A denominação agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1996). Entretanto, essa noção contempla uma grande diversidade de produtores rurais, que levando em conta a utilização de tecnologia, podem ser caracterizados, como: modernos com elevada incorporação de tecnologia; intermediários, que se utilizam dos créditos bancários disponíveis para modernizar sua produção; e, tradicionais que produzem com baixa utilização de tecnologia.¹

¹ Essa categorização leva em consideração apenas o aspecto tecnológico, pode-se realizar outras classificações considerando os diferentes graus de inserção ao mercado, a predominância de cultivos comerciais e/ou para a subsistência, etc.

As rendas auferidas por esses produtores, a sua relação com a terra e com as instâncias do espaço local também diferem de acordo com a forma como o trabalho é organizado pela família e, principalmente, pelas características espaciais em que a propriedade está inserida. Isso quer dizer que as dinâmicas sócio-econômicas da produção familiar serão estabelecidas de acordo com as diferentes organizações espaciais em que ela se insere.

Devido a essa complexidade presente na dinâmica da agricultura familiar e a grande diversidade do espaço rural brasileiro, é que se realizou a presente pesquisa no Município de Indiana. Esse estudo buscou contemplar as aspirações e questionamentos que se estabeleceram após o desenvolvimento de uma pesquisa de iniciação científica abordando questões relacionadas à dinâmica da produção familiar.²

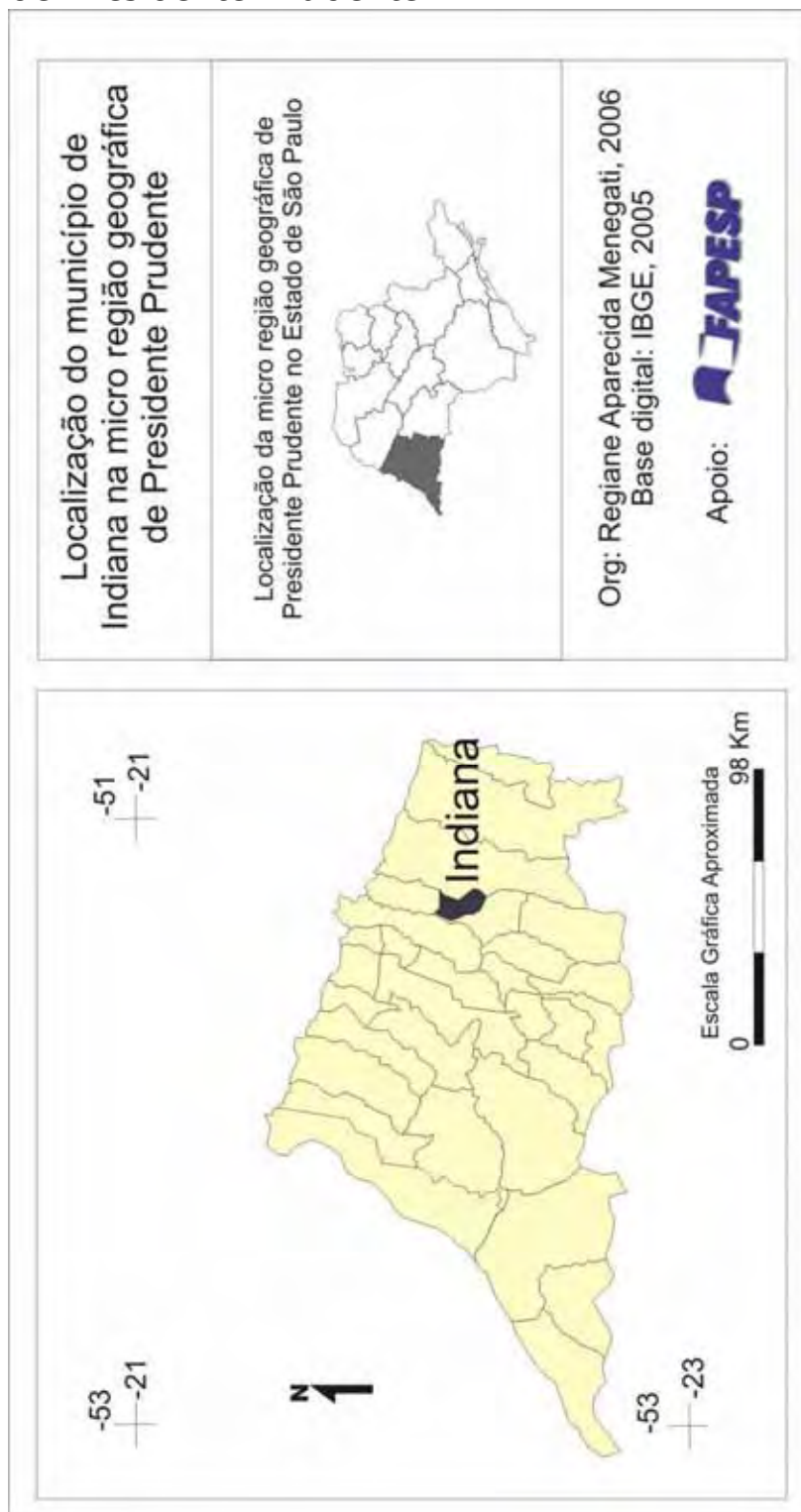
O Município de Indiana faz parte da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, estando localizado no sudoeste do estado de São Paulo (Figura 1). Esse município tem como base de sua economia a agropecuária, destacando a presença de pequenas e médias propriedades rurais. Segundo dados da Casa da Agricultura (2004), o Município de Indiana contava com um total de 289 propriedades, sendo que 260 destas tinham até 100 hectares, representando 90% do total.

A escolha da área a ser pesquisada se deve ao fato dessa unidade espacial apresentar grande diversidade no que se refere às estratégias utilizadas pelas unidades de produção familiar para elevar a renda de seus membros.

A proximidade do Município de Indiana em relação ao de Presidente Prudente oferece aos produtores rurais ou a seus filhos a possibilidade de trabalho na cidade, principalmente no setor de comércio e de serviços.

² A pesquisa de iniciação científica realizada em 2002/2003 contou com o apoio financeiro do CNPq – PIBIC e ofereceu as primeiras bases teórico-metodológicas para a realização da atual pesquisa de Mestrado, já que apontou caminhos e pistas para a presente investigação. Na pesquisa de iniciação científica apreendeu-se que as atividades não-agrícolas apareciam como estratégia de diversificação de atividades e renda para as unidades produtivas familiares do Município de Indiana.

Figura 1: Localização do Município de Indiana na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente



A relação dos produtores familiares de Indiana com a cidade de Presidente Prudente é reconhecidamente maior, já que esta se destaca no contexto regional em termos populacionais e de concentração de atividades nos setores de comércio e de prestação de serviços, pois Indiana não apresenta muitas opções, no que se refere à oferta de emprego para a população.

A pesquisa teve como objetivo principal analisar a dinâmica da produção familiar no Município de Indiana, por meio da organização social e econômica das unidades produtivas familiares. O estudo pretende focar o período que se estende entre o início da década de 1970 até princípios do século XXI (2005).

A problemática que se coloca como hipótese para este trabalho baseia-se no fato de que as unidades de produção familiar do Município de Indiana vêm buscando alternativas para se manterem no campo, que devem ser entendidas como estratégias de reprodução social, ou seja, estão buscando mudanças que levam às adaptações dessas unidades produtivas – seja na forma como é organizado o trabalho e no que é produzido - ao sistema econômico e às novas estruturas de produção e de mercado, cada vez mais flexíveis e dinâmicas.

Essas transformações na dinâmica da produção familiar, dentre as quais a pluriatividade – combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas realizadas dentro e/ou fora da propriedade, por um ou mais membros das famílias – aparece no Município de Indiana, apresentam-se como hipótese para este estudo, que somada à importância dada a terra como fator de produção e de ligação cultural com os antepassados pelos produtores, aparecem como elementos fundamentais para a explicação da permanência de parte dessas famílias no campo.

Para compreender como essa dinâmica se estrutura no espaço geográfico, pretendeu-se trabalhar os temas propostos em uma visão histórica e geográfica, entendendo o Município de Indiana no contexto da região no qual está inserido. Assim, torna-se necessário uma análise qualitativa dos dados e informações coletadas, procurando identificar os conflitos e as desigualdades inseridos no espaço agrário brasileiro e seus desdobramentos no Município de Indiana.

No intuito de confirmar ou não a problemática apresentada, através da pormenorização da análise, constituiu-se em objetivos específicos da pesquisa:

- identificar o perfil dos produtores familiares (quem são, como vivem e como se organizam diante do mercado) através das relações de trabalho estabelecidas e entender como se dá a auto-definição da profissão;

- compreender a organização dos elementos que compõem as unidades produtivas, tendo em vista a sua composição, a qualificação, a disponibilidade dos meios de produção, o acesso a terra, o tipo de produção e a utilização da mão-de-obra;

- identificar o estabelecimento de relações externas às unidades produtivas, através das características da economia local, mercados de trabalho, inserção ao mercado via comercialização dos produtos agrícolas, utilização de crédito rural, assistência técnica, acesso às propriedades, etc;

- analisar a importância das diferentes fontes de renda dos produtores familiares em termos de atividades agrícolas e não agrícolas e de outras fontes, tais como: trabalho externo à unidade produtiva, seja no meio rural ou urbano, pensões, aluguéis, aposentadoria, etc.;

- caracterizar o desenvolvimento de estratégias de reprodução social, como a pluriatividade, como forma de adaptação às diferentes realidades sócio-econômicas;

- identificar o modo de vida rural que está ligado às condições de vida no campo: tipo de moradia, acesso aos meios de comunicação e grau de instrução;

Para alcançar esses objetivos foram realizadas atividades que contemplam a parte teórica e empírica da pesquisa:

A pesquisa teórica realizou-se no sentido de fundamentar as bases metodológicas de análise que norteiam o desenvolvimento desse trabalho. Realizou-se a seleção de autores que embasariam essa pesquisa pelos seus referenciais e contribuições que tem dado à temática. Realizou-se também um levantamento bibliográfico e de dados sobre o processo de ocupação e formação sócio-econômica do Município de Indiana.

A pesquisa empírica foi realizada em três momentos:

- primeiro, coletando dados de fonte secundária junto ao Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuárias do Estado de São Paulo – LUPA (1995/96) e às publicações da FIBGE, como os Censos Agropecuários (1970 a 1995/96) e Censos Demográficos (1950 a 2000);

- segundo, realizando entrevistas com técnicos da Prefeitura Municipal, da Associação de Produtores do Município de Indiana, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Casa da Agricultura do Município de Indiana; utilizando - se de roteiros previamente elaborados;

- e, terceiro, através da aplicação de questionário junto aos produtores familiares do Município de Indiana. A seleção das propriedades pesquisadas ocorreu de acordo com os

seguintes critérios: a organização do trabalho na propriedade deveria ser realizada pela família; o trabalho assalariado, quando houvesse, seria complementar (até um trabalhador); e as propriedades deveriam ter dimensão territorial variando entre 1 e 100 hectares.

A sistematização, por meio da elaboração de tabelas dos dados levantados na pesquisa de campo, associou a teoria e o empírico com o objetivo de compreender a dinâmica da realidade dos produtores familiares do Município de Indiana.

Os roteiros de entrevistas assim como o questionário aplicado aos produtores familiares rurais do Município de Indiana estão disponíveis no apêndice (A, B, C, D e E).

Além desta introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas, o presente trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo apresenta-se a fundamentação teórica e metodológica sobre a produção familiar e as estratégias de reprodução social, ressaltando as diferentes abordagens da temática, as tentativas de definição da agricultura familiar e as principais características dessa forma de produção na qual o trabalho da família é fundamental. Também é enfocada a pluriatividade, através da discussão da definição dessa noção e Dos seus significados no conjunto de atividades agrícolas ou não, realizadas dentro e/ou fora da unidade produtiva, pelos membros das famílias rurais para a sua reprodução social no campo.

No segundo capítulo se discute a formação e a ocupação do Município de Indiana no contexto da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. É realizada a caracterização de como se encontram do ponto de vista do município, as articulações da produção familiar com as várias instâncias do poder local, tais como a Casa de Agricultura, a Prefeitura Municipal, a Associação de Produtores do Município de Indiana e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Também são destacados os papéis desempenhados pela cidade de Indiana junto aos produtores familiares do município.

No terceiro capítulo procura-se apresentar a estrutura agrária do Município de Indiana, por meio da sistematização e análise de dados e de informações de fonte secundária, tais como: estrutura fundiária, condição do produtor, utilização das terras, efetivo bovino, uso de inovações tecnológicas e participação dos produtores em associações e cooperativas.

No quarto capítulo contemplam-se os resultados da pesquisa de campo realizada nas unidades produtivas familiares do espaço rural do Município de Indiana, sendo apresentada a dinâmica da produção familiar no município, com base: na caracterização do perfil dos

agricultores familiares e da propriedade rural, nas principais formas de produção e comercialização, na mão-de-obra utilizada, nas rendas e nas estratégias e perspectivas dos produtores e os significados da pluriatividade.

I

A PRODUÇÃO FAMILIAR E A PLURIATIVIDADE COMO UMA ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL.

O objetivo deste capítulo é realizar uma fundamentação teórica acerca do conceito de agricultura familiar, baseando-se no debate que se presenciou a partir da década de 1990. Apresenta-se também a importância da pluriatividade como estratégia de reprodução social para os produtores familiares. Esse esforço se faz necessário para analisar a dinâmica da produção familiar, com o intuito de verificar a organização sócio-econômica desses produtores no contexto de sua inserção no espaço local, subsidiando e sustentando a análise do trabalho de campo.

Esse capítulo encontra-se subdividido em duas seções de análise:

- Na primeira, intitulada “Produção Familiar e as estratégias de reprodução social” apresenta-se a caracterização da noção de agricultura familiar, destacando essa forma de produzir que reúne: a propriedade dos meios de produção, o trabalho e o convívio organizado pela família de produtores rurais; ressalta-se a relevância das estratégias de reprodução social, ou seja, das práticas utilizadas pelos produtores familiares para continuarem garantindo sua permanência no meio rural e na atividade agropecuária;

- Na segunda, intitulada “O significado da pluriatividade para a agricultura familiar”, destaca-se a pluriatividade, através da tentativa de definição da noção e dos diferentes significados da combinação da atividade agropecuária com a realização de atividades em outros setores por parte dos membros das famílias.

1.1 - PRODUÇÃO FAMILIAR E AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

1.1.1 - Reflexões sobre a produção familiar no Brasil.

A questão agrária no Brasil aparece como uma realidade bastante complexa, que ainda não foi resolvida pela sociedade brasileira, sendo marcada por uma grande heterogeneidade de situações e conflitos.

Por conta disso, o espaço rural “carrega sobre os ombros” o peso de seu passado colonial caracterizado pelo predomínio do latifúndio. De modo geral, podemos entender a questão agrária no Brasil através de duas de suas principais formas de produção³ que aparecem de maneira mais abrangente e substanciada no espaço rural e que se mostram relevantes ao estudo: a produção familiar e a produção patronal.

Sobre essas duas formas de produção, ou seja, a agricultura familiar e a patronal, Veiga (1995, p.129) afirma que: “o que surge com clareza quando se analisa a história da agricultura capitalista é a constante oposição e coexistência entre as formas ‘familiar’ e ‘patronal’ de produção [...]”.

Desde o período da colonização brasileira, que se fez sob a égide do sistema capitalista, temos a expropriação da pequena propriedade, que sempre foi marcada por seu caráter secundário.

Junto aos grandes latifúndios cuja produção visava principalmente o mercado exportador, coexistiam outras formas de produção que desenvolviam uma agricultura voltada para a subsistência e para o mercado interno, principalmente urbano, uma vez que o latifúndio desenvolvia paralelo à agricultura de exportação (SILVEIRA, 1986, p.07).

Ainda segundo a autora (SILVEIRA, 1986, p.07):

Pelo caráter secundário que este tipo de exploração possuía ele se localizava em áreas de solos inferiores ou cansados, inaproveitáveis pela grande lavoura. [...] O nível de vida de seus produtores era também inferior comparado ao dos grandes produtores, sendo quase sempre vegetativo e sua existência era precária.

A situação da pequena propriedade no Brasil é abordada por Silva (1978, p.34) ao observar que: “Não há nenhuma política de favorecimento da pequena propriedade, em momento algum da história brasileira. Essa se desenvolve a margem ou a sombra da grande propriedade, como seu apêndice”.

³ Não se busca com essa divisão realizar uma análise simplista de uma realidade tão complexa como é a agrária, mas limitarmos a análise para a produção familiar.

A produção patronal realizada com base no trabalho assalariado sempre foi caracterizada como sinônimo de produtividade e inovação técnica. Mesmo que, nesse setor, muitas vezes a terra seja utilizada apenas como reserva de valor.

Para Wanderley (1995, p. 38),

No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar a sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira.

A relação entre agricultura familiar e agricultura patronal segue sob a égide do sistema capitalista. Nesse sentido, o entendimento da produção familiar sob o modo de produção capitalista se faz necessária, já que este domina as relações estabelecidas:

O desenvolvimento capitalista se faz movido pela suas contradições. Ele é portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo (OLIVEIRA, 2001, p.18).

O trabalho familiar desenvolvido na unidade produtiva dá o caráter específico dessa forma de produção. Entretanto, a sua inserção em uma sociedade na qual predominam as relações capitalistas, faz com que estas se insiram nessa lógica contraditória do regime de acumulação.

Silva (1991) nos lembra que

[...] onde a unidade de trabalho é familiar, existe uma forte exploração econômica (...) Eles trabalham muito mais para alimentar o capital do que para garantir a sua sobrevivência, e esta, por vezes, é miserável, porque a fração de trabalho de que se apropriam, após a venda da mercadoria que produzem, é mínima. Tudo isso acontece devido à lógica contraditória do desenvolvimento capitalista (SILVA, 1991, p.32).

Brumer e Wanderley (1993, p.179) acrescentam que a agricultura familiar no Brasil: “foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade [...] com suas três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravidão”.

Nesse sentido, o campo brasileiro é formado por uma grande diversidade de atores sociais, com ou sem o acesso à terra, com objetivos e estratégias diferenciadas, mas inseridos no mesmo modo de produção.

Dentro dessa diversidade maior, mesmo os produtores familiares que apresentam características semelhantes, principalmente no que tange ao trabalho dos membros da família na unidade produtiva, têm como outra característica relevante a heterogeneidade de situações que lhes

é peculiar. Dessa forma, temos: produtores familiares capitalizados e integrados ao mercado; produtores familiares descapitalizados, que produzem com baixa tecnologia e com grau variável de inserção ao mercado; produtores cuja família é pluriativa; produtores familiares miseráveis rumo à expropriação do campo, dentre outros.

1.1.2 – A agricultura familiar enquanto objeto de estudo.

Na década de 1990, a produção familiar apareceu como uma temática de análise bastante rica, sendo que seu estudo constituiu-se num dos eixos norteadores do debate sobre a questão agrária brasileira.

Segundo Schneider (2003, p.31) a expressão agricultura familiar constituiu-se:

[...] em marco decisivo para unificação do discurso em defesa dos interesses dos agricultores familiares. Formou-se, portanto, uma nova categoria política que passou a congrega o conjunto dos pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros.

Dentre os fatores que contribuíram para a intensificação do debate sobre a produção familiar, Hespanhol (2000) destaca:

No âmbito acadêmico, as análises ressaltavam que, diferentemente do que pressupunham os estudos clássicos da questão agrária, o aprofundamento das relações capitalistas de produção no campo não provocou o desaparecimento das unidades produtivas familiares. Entretanto, em virtude da expansão de formas capitalistas de produção, houve o desencadeamento de profundas mudanças que, por um lado, levaram parcela considerável desses produtores a expropriação de seus meios de produção, sobretudo da terra [...] Por outro lado, engendraram uma grande diversidade de unidades produtivas que, não obstante as enormes diferenças de ordem econômica, social, cultural e política que as caracterizavam em comum, o fato de terem a terra, o trabalho e a família como elementos intrinsecamente vinculados (HESPANHOL, 2000, p.79).

Ainda segundo a autora, a divulgação de estudos em nível internacional que apontavam para a produção familiar como elemento sustentador do desenvolvimento econômico nos países de capitalismo avançado, somado às pressões internas exercidas no âmbito social e político por movimentos sociais organizados, fez com que o governo federal elegesse, em termos do discurso oficial, a agricultura familiar como um importante elemento para o desenvolvimento rural.

Schneider (2003a, p.3) destaca elementos importantes que favoreceram a afirmação da agricultura familiar no cenário social e econômico brasileiro:

De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do

campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) De outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Para Lamarche (1993) a exploração familiar

Corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções abstratas e complexas, tais como transmissão do patrimônio e reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993, p.15).

Segundo Wanderley (1999) a agricultura familiar

Não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, uma utilização, com o significado e a abrangência que lhe têm sido atribuída nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferenciado do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los fundados em tipologias que se baseiam em uma viabilidade econômica e social (WANDERLEY, 1999, p.21).

Ainda segundo essa autora:

[...] nas sociedades modernas multiplicaram-se outras formas da agricultura familiar não camponesas. São aquelas em que, sob o impacto das transformações de caráter mais geral – importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente, globalização da economia etc. – tentam adaptar-se a este novo contexto de reprodução transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna (WANDERLEY, 1996, p.06).

Os trabalhos de Veiga (1991)⁴ e Abramovay (1998)⁵ buscam o entendimento da agricultura familiar como resultado do processo de modernização da agricultura.

Veiga (1991) ressalta a integração aos mercados como característica diferenciadora entre agricultores familiares e camponeses, já que, enquanto “os camponeses frequentemente se retiram do mercado, sem por isso deixarem de ser camponeses”, os produtores familiares “operam em mercados de produtos e fatores completamente desenvolvidos” (VEIGA, 1991, p.192).

⁴ VEIGA, J.E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1991.

⁵ ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC/Ed. Da UNICAMP, 1998.

Abramovay (1998) apresenta questionamentos sobre o caráter residual da produção familiar, ressaltando a necessidade de estudos que percorram novos caminhos na busca da compreensão dessa forma de produção rural baseada no trabalho familiar.

Segundo Abramovay (1998):

[...] o paradigma com base no qual se estuda o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, cuja matriz são os trabalhos clássicos de Lênin (1899/1969) e Kautsky (1899/1970), [...] vem se mostrando cada vez menos capaz de dar conta de fenômenos contemporâneos decisivos (ABRAMOVAY, 1998, p.20)

Nesse sentido, o referido autor concluiu que nos países de capitalismo mais avançado, a agricultura com base no trabalho familiar aparece como sustentáculo do desenvolvimento no campo. Dentre as constatações realizadas, tem-se a tese de que nos países de capitalismo avançado existem unidades produtivas com base no trabalho familiar criadas pelo Estado capitalista, por meio de políticas com uma outra racionalidade, aptas a incorporar tecnologia e com grande produtividade.

Entretanto, a análise de Abramovay (1998) deve ser considerada para a realidade estudada por ele, ou seja, os países capitalistas avançados. No Brasil, a situação de precariedade é ainda vivida pela maioria dos produtores familiares, e essa realidade vivenciada pela produção familiar deve ser entendida na especificidade de sua formação, com origem no passado colonial fundamentado no latifúndio, no trabalho escravo e na produção para a exportação.

A grande contribuição da obra de Abramovay (1998) baseia-se na nova visão posta sobre a questão agrária, em que a produção familiar não constitui-se num mero resíduo histórico, mas que se apresenta (sob condições favoráveis) apta a incorporar progresso técnico, sendo um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico em uma sociedade capitalista.

1.1.3 - Agricultura familiar e estratégias de reprodução social.

Propor uma definição para a noção de agricultura familiar no âmbito deste trabalho mostra-se necessário visando à delimitação do objeto de estudo. Entretanto, tal empreitada não se apresenta como uma tarefa simples, devido ao caráter extremamente complexo desta forma de produção que, ao mesmo tempo consegue ser específica e heterogênea. A complexidade está no fato de que o entendimento da produção familiar perpassa pela necessidade de entender essa

unidade produtiva baseada no trabalho familiar, como uma unidade de produção, de trabalho, de consumo e de convívio. Como afirma Lamarche (1993) “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade”.

A agricultura familiar pode ser considerada como um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações. Essa forma de produção pode ser encontrada em vários lugares do mundo, ressaltando-se as suas particularidades.

Para Lamarche (1993)

[...] em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada (LAMARCHE, 1993, p.13).

Optamos pela conceituação mais ampla realizada por Lamarche (1993), na qual: “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p.15).

Sobre a definição de agricultura familiar, Abramovay (1997) estabelece que

A agricultura familiar é aquela em que gestão, a propriedade e maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. [...] O importante é que esses três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p.03).

A relevância da produção familiar é destacada no estudo de Abramovay (1997), no qual se considera a agricultura familiar como

[...] um elemento decisivo para que haja a pressão social na oferta racionalizada de serviços (transportes, educação, comunicações, eletricidade) e, portanto, para que se reduzam as diferenças entre a vida social na cidade e no campo, condição básica, evidentemente, para que o meio rural passe a funcionar como manancial de possibilidades na luta contra a exclusão social (ABRAMOVAY, 1997, p.77).

Entende-se neste trabalho que ao estudar o produtor familiar deve-se ressaltar as estratégias adotadas, os desafios enfrentados e os instrumentos que estão ao seu alcance para continuar se reproduzindo enquanto tal. Essas estratégias podem ser entendidas como respostas, como racionalidades adaptativas frente às transformações globalizantes provenientes do mercado e da cultura urbana que se representam espacialmente.

Segundo Schneider (2003a, p.18), as “decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral”.

O entendimento de estratégia, muitas vezes adjetivada como estratégia de reprodução social, baseia-se nos resultados de decisões, escolhas e opções dos produtores familiares em relação a um contexto socioeconômico específico.

Sobre essa questão, Schneider (2003a, p.26) pondera que

[...] essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressão sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisão e as opções, sejam quais forem, possuem um referencial que, na prática, se materializa por meio das relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre os indivíduos. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é a expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas, o resultado da ação humana ante as contingências objetivas.

A importância do ambiente social em que estão inseridos as famílias de produtores também é sublinhada por Schneider (2003a, p.21)

[...] a reprodução não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou do coletivo familiar, e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse processo cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e reprodução.

Mendes ao abordar as comunidades rurais do Município de Catalão (GO) observa que as estratégias familiares de reprodução social

“[...] estão diretamente vinculadas à superfície, ao tamanho da família, a capacidade financeira, o gerenciamento, o grau de mecanização, o nível técnico, o grau de integração no mercado e as políticas locais/regionais, expressando suas condições objetivas de reprodução” (MENDES, 2005, p.50).

As estratégias de reprodução dos produtores familiares também são destacadas em Alves (2004, p.226)

As relações de produção regidas essencialmente pelo trabalho familiar, na qual a família é considerada o motor do processo produtivo, é uma estratégia fundamental, sendo que cada membro acaba assumindo um papel importante nas atividades desenvolvidas, de modo que cada qual tem seu peso, seu significado, o que no universo familiar constitui-se numa divisão do trabalho [...].

Para o referido autor, as estratégias

[...] estão atreladas ao modo de vida e as tradições desses sujeitos sociais, não sendo assim, somente um reflexo das imposições estruturais da sociedade, tanto na esfera política, econômica, cultural e tecnológica, externos à unidade produtiva, mas como ações desenvolvidas pela família na unidade de produção e nas relações de sociabilidade presentes no lugar e no seu cotidiano (ALVES, 2004, p.224)

O trabalho de Sant’Ana (2003) sobre alguns municípios selecionados da Mesorregião de São José do Rio Preto (SP), aponta as estratégias utilizadas pelos produtores como uma perspectiva de análise para o estudo da agricultura familiar. Segundo este autor, esta tarefa deve se dar na diversidade de cada contexto espacial. “A diversidade de cada contexto, de cada região e das estratégias adotadas por esses produtores que utilizam basicamente o trabalho da família, continua a ser um desafio instigante para os pesquisadores [...]” (SANT’ANA, 2003, p.31).

Para esse autor,

Essas estratégias dos produtores familiares, que buscam dentro do circuito da produção agropecuária a sua reprodução, incluem, além da tecnificação e da integração à agroindústria, a diversificação da produção, a introdução de inovações no processo de comercialização, a participação em mercados diferenciados ou especializados e formas de organização criativas que procuram superar as dificuldades do cooperativismo e associativismo tradicional (SANT’ANA, 2003, p.32-33).

Além dessas, pode-se acrescentar as estratégias que combinam a atividade agropecuária com a realização de atividades não-agrícolas, ou seja, o recurso à pluriatividade pelos membros (ou parte deles) da família de produtores.

Ao se privilegiar o enfoque das estratégias de reprodução social, não se restringe àquelas ligadas a tecnificação e a especialização. Procura-se ressaltar não apenas as estratégias econômicas, mas como afirma Sant’Ana (2003, p.37-38):

A tentativa de apreender as múltiplas e, às vezes, contraditórias variáveis que envolvem a reprodução social dos produtores familiares, passa pelo questionamento dessas visões que muitas vezes desconsideram ou minimizam a importância das particularidades e a riqueza dos processos sociais concretos.

Para Sant’Ana, as estratégias atendem a determinados projetos estabelecidos pelos produtores.

As estratégias são processos, construções que nunca atingem uma forma definitiva, são fluídas e não estruturas rígidas, pré-concebidas. O projeto pode estar orientado para a manutenção da família na terra e criar as condições de sua reprodução (ou de parte desta) ligada à terra, mas as condições concretas podem engendrar estratégias que contrariam parcialmente esses projetos, pois foram avaliadas como as mais adequadas ou as únicas possíveis naquele contexto. Isto, não significa que o projeto tenha sido abandonado subjetivamente e que não possa ser retomado mais tarde (SANT’ANA, 2003, p.43).

Segundo Bourdieu (1994, p.5-6) *apud* Sant’Ana (2003, p.45-46) pode-se dividir as estratégias de reprodução social em cinco classes presentes em todas as sociedades:

[...] as estratégias de investimento biológico (das quais as mais importantes são aquelas ligadas à fecundidade e as profiláticas – o cuidado com o corpo); as estratégias sucessórias; as estratégias educativas (escolar e familiar, esta última, inclui as estratégias éticas que visam inculcar a submissão dos interesses dos indivíduos aos do grupo/família); as estratégias de investimento econômico; e as estratégias de investimento simbólico que visam conservar ou ampliar o capital de reconhecimento (social, político, etc.) do grupo.

Para o entendimento das estratégias adotadas pelos produtores, é necessário frisar que o próprio caráter familiar da produção aponta para alguns elementos relevantes que se constituem em estratégias, já que são utilizados para confirmar a continuidade da produção, tais como: a busca por acompanhar o ritmo da natureza, o anseio à liberdade, a “relativa” autonomia no processo de produção, as relações de parentesco na divisão das tarefas e a posse dos meios de produção, com destaque para o significado da terra para os produtores.

No que diz respeito ao fato da atividade agrícola ser influenciada pelo tempo da natureza, merece ser destacado que, apesar da organização de certas formas de produção, como a especialização e a alocação de manejos e técnicas avançadas imporem um tempo que cada vez mais se diferencia do tempo da natureza, esta se coloca ainda como imprescindível à atividade na agricultura.

Analisando a relação da agricultura familiar com a natureza, Brandenburg (1999, p.88-89) salienta que:

[...] a unidade familiar é capaz de organizar a produção sob uma lógica que favorece o desenvolvimento de sistemas diversificados de produção agrícola, de ecossistemas mais equilibrados em relação ao consumo de energia e recursos não-renováveis e à preservação da flora e fauna nativas. A escala de produção da

agricultura familiar normalmente privilegia em maior grau a biodiversidade, maior densidade de áreas verdes, além do que pode contribuir com um ambiente que torna a paisagem mais humana.

A liberdade e a autonomia são aspectos característicos dos produtores familiares, referindo-se ao controle interno sobre a produção e a organização do trabalho, o uso do tempo e os processos decisórios. No sistema capitalista em que o capital subordina todos os segmentos da sociedade sob a sua ótica, a produção familiar apresenta “uma certa” autonomia interna, mesmo que a integração ao mercado se dê de maneira subordinada ao sistema dominante.

Alves (2004, p. 221) ressalta que:

[...] a produção familiar, que têm os meios de produção (terra e os instrumentos de trabalho) e produz com base no trabalho familiar, constitui-se numa relação que não pode ser vista nem como subordinação real nem subordinação formal do trabalho ao capital, mas sim, uma sujeição sem que ocorra a expropriação dos instrumentos de produção, sem que o produtor seja expulso da terra ou transformado em Capital.

Tedesco (1999) contribui para a questão sobre a autonomia do produtor x a subordinação ao mercado, afirmando que “o determinismo de mercado junto à exploração familiar não está isento de rupturas e redefinições, expressas no patrimônio sócio-cultural, nas diferentes lógicas internas, práticas e simbólicas [...]” (TEDESCO, 1999, p.27).

Entretanto, essa “certa autonomia” decorre das estratégias que podem ser lançadas pela família, tais como: a diversificação da produção, o autoconsumo e o recurso à pluriatividade, que é caracterizada pelo exercício por parte de membros da família, de atividades não agrícolas dentro ou fora da unidade produtiva.

A agricultura diversificada, baseada na produção de um conjunto de produtos que atende tanto as necessidades de autoconsumo da família e/ou da unidade produtiva como a venda ao mercado, aparece como uma das principais características dessa forma de produção no Brasil. Ao contrariar a lógica dominante que visa à especialização da atividade agrícola, o produtor busca a segurança sócio-econômica da família e a manutenção da unidade produtiva.

Os produtores familiares utilizam-se de sistemas de produção bastante diversificados, demonstrando uma grande capacidade de adaptação às crises e transformações da situação econômica brasileira. Desta forma, quanto maior a diversificação, menor o risco por parte dos produtores (GUANZIROLI et al., 2001).

Para Brandenburg (1999)⁶, a diversificação da produção aparece como estratégia de reprodução da família:

Diversidade na produção parece estar associada às lógicas diversas, à medida que produzir para o consumo na propriedade e produzir para o mercado é orientado por um duplo objetivo: consumo interno e renda. [...] Na sua reprodução, o sistema familiar aparece diversificado e especializado, ao mesmo tempo. Na busca de um rendimento financeiro, a família se especializa em torno de um ou mais produtos orientados ao mercado, seja através da produção integrada à agroindústria ou cooperativa, seja através da integração a circuitos comerciais, realizados por intermediários (BRANDENBURG, 1999, p.132-133).

Nesse sentido, a diversificação das atividades apresenta-se como uma das estratégias de reprodução social apresentadas pelos agricultores familiares. A produção diversificada possibilita a venda de produtos que apresentem melhor preço, assim como o cultivo de outras lavouras que atendam ao auto-consumo e a comercialização.

A relação existente entre produção familiar e mercado é um dos pilares importantes para analisar essa unidade de produção. Apesar de o mundo rural apresentar-se com base em determinadas características que lhe são peculiares e específicas, o produtor familiar, como qualquer outro ator social, não realiza sua reprodução familiar apenas nesse espaço.

O produtor familiar se realiza enquanto ator social em um nível local que, entretanto, está inserido no âmbito do sistema global da sociedade. Segundo Brandenburg (1999, p.124) “É na sua relação com o sistema e considerando os seus recursos internos à unidade produtiva que o agricultor familiar organiza sua produção e, segundo a racionalidade econômico-instrumental, busca maior rentabilidade”.

Nesse sentido, o produtor familiar busca inserir-se no sistema, que é gerenciado pelo modo de produção capitalista e, conseqüentemente, pelas relações de desigualdade, o que caracteriza a sua inserção ao mercado.

Para Lamarche (1993, p.19) “[...] é evidente que a um determinado grau de integração no mercado corresponda uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação”.

Ainda sobre a integração ao mercado Brandenburg (1999) destaca:

⁶ O estudo do referido autor (Brandenburg, 1999) apresenta de forma bastante interessante às estratégias utilizadas pela família no âmbito da unidade de produção para adaptar-se ao sistema capitalista e continuar se reproduzindo enquanto ser social.

Dizer que uma unidade de produção opera sob a lógica familiar não significa dizer que não esteja sob imperativos da racionalidade econômica mas, sim, que pode racionalizar a produção para mais, como uma empresa capitalista, ou para menos, como uma unidade de produção de subsistência (BRANDENBURG, 1999, p.85)

Em tal perspectiva, Lamarche (1993, p.19) afirma que o funcionamento da exploração familiar deve ser compreendido “dentro dessa dinâmica e cada tomada de decisão importante é resultado de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir”.

Mendes (2005, p.18) considera que

A inserção da produção rural familiar nas relações sociais capitalistas, suas reorganizações, rupturas e reprodução, a associação entre família, terra e trabalho evidenciam a heterogeneidade dos processos que permitem sua integração na sociedade contemporânea e, ainda, as diferenciações e diversidades que compõe esse segmento de produtores.

Essas interpretações podem ser associadas às diferentes estratégias utilizadas pelas famílias. Cada família organiza sua propriedade de acordo com interesses pessoais e familiares diversos que se traduzem em situações de integração diferentes. Na agricultura familiar, a forma de organização produtiva aparece de maneira diferente nos âmbitos da racionalidade e da subjetividade. Ou seja, não se podem diferenciar completamente os interesses econômicos dos interesses pessoais da família.

Nesse sentido, conforme destaca Sant’ana (2003, p.46), as estratégias podem ser atitudes tomadas pelos produtores em relação a uma gama variada de aspectos produtivos e pessoais.

As estratégias dos produtores familiares podem abranger, portanto, os aspectos produtivos, de comercialização, de crédito, de organização, de formação técnico-profissional e de administração, como também outros aspectos ligados à vida social e à cultura dos produtores (os valores, as tradições e as normas que informam as relações familiares, a educação dos filhos, as relações comunitárias tradicionais, as alianças, as relações de parentesco e descendência, os casamentos, o tipo de partilha, a migração, o desenvolvimento de atividades não agrícolas, dentre outras).

Em relação ao significado da terra para os produtores familiares, Wanderley (2001, p.37) destaca que esta é “o ‘lugar’ da família, isto é, o patrimônio fundiário constitui-se num elemento de referência e de convergência [...]”. Nessa perspectiva, é por meio da terra “que o agricultor tenta assegurar sua condição específica, que o diferencia do trabalhador assalariado, dependente da grande propriedade” (WANDERLEY, 1995, p.40).

De acordo com a referida autora podem ser destacados três significados mais gerais que a propriedade da terra pode ter para os que nela trabalham ou investem:

Ela pode constituir apenas um meio de produção. Esta seria a relação de empresários capitalistas [...] Em outros casos, a propriedade da terra é buscada enquanto patrimônio da família que trabalha. [...] Finalmente, a terra pode ser também percebida como um meio que assegura a subsistência da família e a base para o encaminhamento dos filhos para outras atividades [...] (WANDERLEY, 1995, p.56).

Brumer e Aristimunho (1995) acrescentam ao debate sobre as significações da terra, a suas dimensões real e simbólica.

A dimensão real se refere às suas possibilidades como moradia e meio de obtenção da subsistência; pode ser terra de produção e terra de negócio. A dimensão simbólica diz respeito à sua capacidade de atribuição de um destino (origem, vida e morte), determinação da identidade do indivíduo, à sua relação com a natureza, aí incluídos os mitos e os valores a ela conectados (BRUMER; ARISTIMUNHO, 1995, p.67).

Lamarche (1998) lança questões pertinentes ao debate: a terra é para este tipo de produtor um patrimônio familiar com todo o conteúdo ideológico presente na noção de patrimônio? Ou ela é antes uma ferramenta de trabalho necessária para a produção, ou talvez até, simplesmente, um objeto de especulação? Na resposta a essas indagações reside o caráter específico da unidade de produção que tem na organização do trabalho a base familiar.

A terra não é um meio de produção equivalente aos demais meios de produção utilizados pelos estabelecimentos agrícolas. Renovável, perene, tem valor de patrimônio, transmissível pela herança dentro de uma linhagem (LAMARCHE, 1998, p. 89).

A terra é um elemento fundamental para os produtores familiares, já que sua relação com esta define estratégias de reprodução social e determina a forma de organização na unidade produtiva.

A unidade familiar não é apenas um lugar de produção, mas de trabalho e de vida para as famílias rurais. Os sítios⁷, como também são conhecidos, representam muito mais do que a produção agropecuária; eles representam também um universo simbólico através das lembranças dos familiares e dos momentos vividos.

Outra estratégia utilizada pelos produtores familiares para permanecerem na terra tem sido a reorganização do trabalho dos membros da família por meio da combinação da atividade

⁷ Sítios: como são chamadas as unidades produtivas da maioria dos agricultores familiares do Município de Indiana.

agropecuária com a ocupação e/ou o emprego em outros setores da economia, denominando-se de pluriatividade.

Na próxima seção deste capítulo, o objetivo central baseia-se no entendimento do significado da pluriatividade para a produção familiar.

1.2 - O SIGNIFICADO DA PLURIATIVIDADE PARA A PRODUÇÃO FAMILIAR

1.2.1 – A Pluriatividade na Agricultura Familiar

Nesse momento tem-se como objetivo compreender o surgimento e as definições propostas para a pluriatividade, ressaltando o debate acerca da temática e dos significados da pluriatividade para a agricultura familiar. Pretende-se contribuir para a compreensão do espaço rural do Município de Indiana, por meio da realização de um estudo de caso, como um pequeno passo no caminho do desvendamento da realidade em sua totalidade.

A busca do entendimento do significado da pluriatividade na agricultura familiar se apresenta na diversidade de situações em que são engendradas as famílias rurais brasileiras e no contexto das multiplicidades de estratégias de reprodução social utilizadas pelas mesmas.

Brumer e Wanderley (2003, p.205) afirmam que as estratégias “familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração”.

Segundo Schneider (2003, p. 109) é necessário entender que

[...] essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos famílias, possuem um referencial que na prática se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem.

Ainda segundo o referido autor, para explicar

[...] e tentar compreender sociologicamente como operam as formas familiares nas sociedades modernas, deve-se entender os mecanismos e as estratégias pelas quais os indivíduos e as famílias que se organizam social e economicamente sob a égide da organização produtiva e social de caráter familiar viabilizam sua inserção na divisão social do trabalho (SCHNEIDER, 2003, p.15).

O debate sobre a noção de pluriatividade se dá de forma mais intensa no âmbito da Sociologia Rural⁸. Acredita-se que a Geografia tem um papel importante nessa discussão, na medida em que a combinação de atividades na agricultura com outras atividades não agrícolas

⁸ Dentre alguns trabalhos, destacam-se os de: Carneiro (1993 e 1996) e Schneider (1995 e 1999).

traz transformações na organização e na dinâmica das famílias rurais, bem como nas relações de trabalho que resultam em rearranjos espaciais.

A pluriatividade, de maneira geral, resulta de um conjunto de elementos, tais como: a reorganização do trabalho entre os membros da família rural; um mercado de trabalho local propício a oferecer oportunidades de emprego; as novas relações entre campo e cidade; etc.; que modificam a organização sócio-espacial, produzindo uma nova espacialidade.

Em meio às crises geradas pela modernização “conservadora” da agricultura⁹, a combinação pelas famílias rurais de atividades agrícolas com aquelas realizadas em outros setores, denominada de pluriatividade, aparece como uma alternativa para o aumento da renda familiar. Para muitas unidades produtivas, a renda familiar é proveniente não só da atividade agropecuária, mas de sua combinação com atividades não agrícolas realizadas fora da propriedade e exercidas por alguns de seus membros.

Essa situação de pluriatividade das unidades produtivas rurais provoca mudanças na estruturação do trabalho das famílias, nas rendas, nas relações de trabalho, dentre outras. Portanto, torna-se fundamental a compreensão de seus significados para a agricultura familiar e para o espaço rural no qual se insere.

Ao se tratar da temática da pluriatividade é preciso contextualizá-la no debate sobre o mundo rural e a ruralidade. Isto se deve ao fato de que ao afirmar a existência da pluriatividade na agricultura familiar, enfatiza-se que o espaço rural não é mais sinônimo apenas de agricultura, mas que abrange um conjunto de outras atividades, entre as quais a agricultura tem um papel fundamental.

Sobre o papel da agricultura para o espaço rural, Schneider (2003, p.22) afirma que

[...] a agricultura como atividade produtiva não perdeu sua importância e não deixou de ser parte integrante do mundo rural. O que está acontecendo, no entanto, é que o rural não mais se resume à atividade econômica agrícola, pois a ele passaram a incorporar-se, nas leituras analíticas e nas representações sociais, outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as contradições, entre outras.

⁹ Termo cunhado por José Graziano da Silva, para denominar o processo de significativas transformações na base produtiva da agricultura brasileira que a partir da década de 1960 passou por intensificação do capital investido na forma de maquinarias e insumos, vendidos para os agricultores. O aumento na produtividade agrícola e na regularidade/qualidade da produção visava atender à agroindústria interessada na matéria-prima para o processamento industrial. Assim, a integração agricultura/indústria estabeleceu condições para o desenvolvimento do Complexo Agroindustrial (CAI).

Nesse sentido, é necessário contextualizar a agricultura familiar e a pluriatividade no âmbito das principais características e transformações ocorridas no espaço rural.

1.2.2 - Considerações acerca do rural e da ruralidade no Brasil.

Ao privilegiar a agricultura familiar como objeto de estudo e a pluriatividade como um dos recursos das famílias rurais em sua reprodução social, torna-se necessário entender qual é o papel da produção familiar e da pluriatividade no espaço rural brasileiro e, em que contexto se insere as famílias rurais no âmbito da ruralidade.

Alentejano (2000) chama a atenção para as novas relações no espaço rural ao afirmar que

[...] embora não esteja em curso um radical processo de transformação no meio rural brasileiro, há alguns importantes elementos indicativos das possibilidades de constituição de um novo modelo de desenvolvimento no campo brasileiro, onde se destacam processos como a valorização da agricultura familiar, o avanço da pluriatividade, a disseminação de novas práticas agronômicas ambientalmente mais saudáveis e a constituição de um setor reformado, fruto da multiplicação dos assentamentos rurais no país, e porque não dizer – do próprio avanço da regularização fundiária (ALENTEJANO, 2000, p.105).

No âmbito das relações entre campo e cidade, que cada vez mais se acentuam com a crescente tendência à reprodução de valores urbanos pela população rural, que a noção de ruralidade se destaca no intuito de “promover” uma valorização do espaço rural.

Os estudos baseados na existência de uma nova ruralidade no espaço rural sustentam suas análises em novas características desses espaços, que merecem ser desvendadas no intuito de se buscar a reflexão sobre o rural, suas permanências e mudanças¹⁰. Nas últimas décadas, o espaço rural vem passando por transformações em seu conteúdo social, marcado pela construção e reconstrução dessa realidade. Portanto, mostra-se bastante relevante entender qual é o significado da ruralidade no período atual.

Durante muito tempo houve um consenso na sociedade em considerar que o mundo rural constituía-se num espaço em crise e em processo de transformação. Essa crise refletia a perda de importância da agricultura no conjunto da economia. No caso brasileiro, isso ocorreu quando se iniciou a passagem de uma economia e sociedade de base agrária para uma organização predominantemente urbana e industrial, após a crise de 1929.

¹⁰ Dentre os trabalhos sociológicos merecem destaque: Carneiro (1997) e Wanderley (2001)

No entanto, paradoxalmente, no caso europeu a partir da década de 1950 e no Brasil a partir do final dos anos de 1980, vem se evidenciando uma tendência inversa entre a importância relativa da atividade agropecuária e a importância cultural outorgada à ruralidade e seu espaço.

Desde o início da década de 1990, na literatura acadêmica, a perspectiva de análise dos espaços rurais vem mudando de forma substancial, com a publicação de trabalhos que trazem importantes contribuições para o debate teórico¹¹.

A perspectiva da emergência de uma nova ruralidade esta em curso no debate nacional e internacional. O debate sobre o tema trouxe novas questões e interpretações sobre o rural. Muitas designações surgiram buscando melhor explicar a complexidade desse espaço, tais como: novo rural, urbanização do rural, fim do rural.

Esse panorama converge com estudos que apontam para limitações do modelo de urbanização – que antes eram considerados inexoráveis – com a revalorização do espaço rural, que aparece associado com a boa qualidade de vida e a preservação ambiental (ALENTEJANO, 2003).

Essas novas características têm levado à intensificação dos estudos e pesquisas sobre a temática: novos processos que se configuram no espaço rural marcam a presença de uma nova ruralidade ou representam o desaparecimento do rural? É nesse caminho que muitas expressões vêm sendo criadas pelos pesquisadores na busca de encontrar uma denominação que melhor explique a realidade rural atual, tais como: a nova ruralidade, as urbanidades no rural, o novo rural, a urbanização do rural e, até, o fim do rural.

O desaparecimento de algumas diferenças espaciais e sociais entre campo e cidade reflete mudanças que vem ocorrendo e que levam para o fim da tradicional dicotomia entre rural e urbano, marcadas pelo isolamento e oposição, mas não para o fim de uma dessas realidades, no caso, do espaço rural.

Sobre o fatalismo existente para o meio rural, Abramovay (2000) conclui que:

A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. [...] A importância entre nós da agricultura não deve impedir uma definição territorial do

¹¹ Entre os autores que merecem destaque estão Graziano da Silva (1999), Schneider (1994 e 1999), Alentejano (1997), Kageyama (1998), Carneiro (1994), Giuliani (1990), entre outros.

desenvolvimento e do meio rural. Esta definição não é útil apenas para as áreas mais desenvolvidas do país, ela pode revelar dimensões inéditas das relações cidade-campo e, sobretudo, mostrar dinâmicas regionais em que as pequenas aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por outras atividades (ABRAMOVAY, 2000, p.28).

Reforça-se a necessidade de negar a idéia de que o campo será sepultado com o avanço da urbanização, sendo preciso “[...] mostrar que apesar das inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento do urbano, o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado” (ALENTEJANO, 1997, p.41).

É necessário pensar o rural como um espaço que contempla tanto o agrário como o agrícola. Não se pode esquecer, em nome dessa nova ruralidade, que a agricultura ainda é muito importante para a população rural brasileira, representando uma relevante atividade econômica na obtenção de renda pela mesma, apesar da fragilidade econômica vivida por grande parte dos pequenos agricultores que se dedicam exclusivamente à atividade agrícola.

Para Alentejano (2003) é necessário discutir qual é o significado dessa ruralidade, ou seja, qual ruralidade se quer para o Brasil, já que, segundo ele, não existe acordo sobre o significado dessa revalorização. De acordo com o referido autor:

[...] Para uns, esta deve necessariamente implicar a revisão completa e absoluta do modelo de desenvolvimento agropecuário historicamente dominante no país [...] Para outros, trata-se, ao contrário, de mais uma possibilidade de aproveitamento das potencialidades deste modelo, ou seja, teríamos uma espécie de “revalorização conservadora do rural” à semelhança da modernização conservadora da agricultura brasileira dos anos 1960/1970 (ALENTEJANO, 2003, p.26).

Nesse sentido, o referido autor coloca questões bastante pertinentes ao debate sobre a existência ou não de uma nova ruralidade.

“Nova ruralidade” pretende denominar as transformações ocorridas nos últimos anos no espaço rural de todo o mundo – aparecendo de maneira mais incipiente na realidade brasileira -, caracterizando as novas atividades e relações de trabalho no espaço rural, tais como: a prática do turismo rural, o aumento das chácaras de lazer e o desenvolvimento de atividades para atender a certos nichos do mercado,

Entretanto, o uso dessa denominação merece cuidado, pois os principais aspectos que confirmariam essa ruralidade aparecem no território de maneira concentrada apenas em alguns pontos, excluindo a maior parte do espaço rural brasileiro - como o Município de Indiana – em que essas novas características praticamente são inexistentes.

Como falar em nova ruralidade se a estrutura fundiária permanece concentrada e o latifúndio ainda é predominante? Dessa forma, as novas atividades que vêm sendo realizadas em algumas áreas do espaço rural, tais como os serviços, o turismo rural etc. devem ser utilizadas para se repensar o rural no Brasil. E, mais que isso, para o debate principal: que ruralidade queremos construir?

No presente trabalho, não se tem a pretensão de esmiuçar o amplo debate em torno da existência ou não de uma nova ruralidade no Brasil. Entretanto, apresenta-se como importante destacar o papel da agricultura familiar nessa discussão, sua contribuição na busca de uma valorização do espaço rural que contemple as dimensões sociais, econômicas e culturais. Ou seja, o espaço rural enquanto espaço particular de vida e de trabalho dos agricultores.

O espaço rural não significa apenas uma localização referente ao campo, mas uma forma de organização social que envolve um conjunto de atividades e um modo de vida específico.

Wanderley (2001, p.01) apreende o rural como

Um modo particular de utilização do espaço e de vida social. [...] entendido ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade).

O espaço rural também é contemplado no estudo de Marques (2002, p.102) que destaca que:

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos, nos quais a terra ou o “espaço natural” aparece como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa.

Para Abramovay (2000, p.07)

Ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial e o mesmo se aplica à noção de urbano. As cidades não são definidas pela indústria nem o campo pela agricultura [...] Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há evidências de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades

econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura.

O referido autor ressalta alguns aspectos básicos que convergem na literatura internacional sobre as características principais do espaço rural: relação com a natureza; relativa dispersão populacional; e, relação com as cidades (ABRAMOVAY, 2000).

Uma característica relevante é destacada por Branderburg (1999, p.106) ao enfatizar que o mundo da vida rural

[...] é o mundo que os identifica entre si e os diferencia de outras categorias, à medida que seus padrões de orientação são socialmente internalizados e por isso intersubjetivamente compartilhado. É o mundo da tradição, da sabedoria popular que se orienta pelo ritmo da natureza, pela interpretação de seus signos e que considera os limites naturais, muitas vezes, leis divinas.

Wanderley (2001, p.36) afirma que: “Um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor”.

Ao se pensar o rural como um espaço de transformações em curso que precisam ser melhor entendidas no que tange aos significados dessas modificações e permanências, que se propõe a compreensão da noção de multifuncionalidade do espaço rural.

1.2.3 - A Multifuncionalidade do espaço rural

O debate sobre o rural, ou sobre as novas ruralidades que se configuram nesse espaço, vem ocorrendo em torno da noção de multifuncionalidade. A visão de multifuncionalidade do espaço rural surgiu na França e se difundiu pela Europa. No Brasil, essa perspectiva começou a ser difundida principalmente nos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Piauí.

Carneiro (2002) ressalta que o debate atual sobre a ruralidade na França permeia duas principais linhas de pensamento: de um lado

[...] distingue-se aquela que encara as transformações ocorridas no campo francês na última metade do século XX, como definitivas na inserção das sociedades rurais à modernidade urbano-industrial, o que resultaria na destruição de suas especificidades e na homogeneização de um padrão de vida cada vez mais identificado ao urbano (CARNEIRO, 2002, p.230).

De outro lado, tem-se

[...] uma abordagem que defende a continuidade de uma cultura da ruralidade [...] Aqui, a noção de campo, como a de rural, está intimamente associada ao trabalho agrícola tido como responsável pela preservação do espaço rural (CARNEIRO, 2002, p.230).

Carneiro (2002) destaca três vertentes no interior dessa segunda linha de pensamento:

[...] a que se orienta para o cuidado com o meio ambiente, sustentada na valorização da natureza consubstanciada na preservação da paisagem; a que aponta para a necessidade de garantir as condições de permanência e de viabilidade da agricultura; e a que se dirige ao resgate, valorização e preservação do patrimônio cultural das sociedades rurais (CARNEIRO, 2002, p.231).

É nesse contexto que se enquadra o debate atual sobre as múltiplas funções desempenhas pelo espaço rural.

A partir dos anos 1990 ganha força o tema da multifuncionalidade, que é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, pretendendo analisar a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integralidade e não apenas seus componentes econômicos (MALUF, 2003).

A multifuncionalidade do espaço rural é uma nova abordagem que se dá ao espaço rural, em que o papel da agricultura é sublinhado. Para Carneiro (2002, p.232-233)

A noção de multifuncionalidade da agricultura vem responder à necessidade de se perceber a agricultura familiar no contexto dos novos desafios que lhes são propostos pela interação contínua e, cada vez mais presente, entre valores e práticas sociais, culturais e econômicas diversificadas.

Maluf (2002) caracteriza o debate sobre a multifuncionalidade em três questões centrais. Sobre a primeira questão relata:

Começamos pelo viés funcionalista que esta noção carrega, justamente, por ter uma origem ligada à intenção de obter reconhecimento social das contribuições (“funções”) não exclusivamente produtivas da agricultura, que se pretendia estabelecer em lei e ser objeto de retribuição monetária (MALUF, 2002, p. 252).

O segundo aspecto ressaltado:

[...] a noção de multifuncionalidade da agricultura faz um uso, no mínimo, complacente do vocábulo ‘agricultura’, cujo significado é ampliado a ponto de englobar um conjunto diverso de elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais (MALUF, 2002, p.252).

Sobre essa questão é necessário salientar a importância de se considerar abordagens que englobem vários aspectos, sejam econômicos, culturais e ambientais. Entretanto, entende-se que essas múltiplas funções devem ser atribuídas ao espaço rural, não à agricultura.

A terceira questão, a qual se pretende destacar, baseia-se no fato de que:

[...] não há como negar que se referir a multifuncionalidade ‘da agricultura’ implica atribuir papel central à atividade agrícola na conformação do rural e na reprodução da ampla maioria das famílias rurais [...] (MALUF, 2002, p.253).

Carneiro (2002) realiza críticas à noção de multifuncionalidade da agricultura e reorienta o debate no sentido da multifuncionalidade do território. Segundo a autora:

Se aceitarmos que a agricultura é apenas uma das atividades exercidas pelos membros das famílias rurais e se estamos de acordo que o foco de análise multifuncional deve se orientar para a unidade doméstica e suas formas de inserção no território, com ênfase nas suas práticas (“funções”) não diretamente produtivas, torna-se difícil compreender porque devemos continuar a falar da multifuncionalidade da agricultura. Parece-nos mais adequado, dentro dessa lógica, reorientarmos o debate para a multifuncionalidade do território, incluindo assim as diferentes categorias sociais que são engendradas pelas novas dinâmicas econômicas e sociais das ruralidades contemporâneas (CARNEIRO, 2002, p.237)

No presente trabalho, acredita-se na proposição de que vivemos num período no qual novas funções e atores se (re)criam em determinadas partes do espaço rural. Por isso, considera-se adequado a expressão “multifuncionalidade do espaço rural”, entendida como um processo em curso, uma perspectiva de estudo marcante em algumas áreas do espaço rural brasileiro, incipiente em outras e, praticamente inexistente numa grande parte desse espaço.

Ao se tratar da temática no Brasil, o que se tem são alguns espaços rurais, em especial em certas porções dos estados do Sul e do Sudeste, que estão passando por transformações, perdendo o caráter de espaços tradicionais, homogêneos e de uma só função (produção agropecuária) e se convertendo em espaços heterogêneos e multifuncionais, que podem ser enfocados a partir de diversas ópticas.

No momento atual, o espaço rural seria caracterizado como um espaço multifuncional, que apresenta uma diversificação de atividades realizadas, que são combinadas ou não, com a agropecuária. Dentre estas atividades: os serviços, a agroindustrialização, a produção para nichos de mercado, os condomínios residenciais, os pesque pagues, as chácaras de recreio, as indústrias, o aumento das atividades não-agrícolas e da pluriatividade da produção familiar.

Dentre as transformações verificadas, temos a tendência de atração por parte da população urbana pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas. Existe também a tendência para a convergência entre os modos de vida, os valores, o padrão de consumo entre o rural e o urbano. Entretanto, todas essas características do espaço rural baseadas em sua multifuncionalidade e na pluriatividade das famílias rurais não aparecem de maneira uniforme por todo o espaço rural brasileiro.

Em um espaço rural – como o do Brasil: de grande extensão territorial e enorme desigualdade social – marcado pela heterogeneidade: seja pela presença do latifúndio improdutivo, seja pelas áreas de monocultura para exportação, seja pelas áreas privilegiadas em beleza natural, nas quais o turismo rural constitui-se numa atividade econômica importante, seja pelas áreas mais pobres, ou pelas áreas nas quais predominam pequenas e médias propriedades de produção rural familiar; é necessário afirmar que existem muitos “rurais” dentro do espaço rural do Brasil.

Ao se tratar do nosso recorte espacial, ou seja, do Município de Indiana, deve-se buscar o entendimento de que espaço rural é este: como ele se organiza e se configura em suas particularidades.

No espaço rural do Município de Indiana não se verifica a presença predominante dessas outras funções atribuídas ao rural ou à agricultura. O espaço rural é marcado pelas atividades agropecuárias, sem a presença de inovações tecnológicas ou mecanização em sua grande parte. É um espaço caracterizado pela agricultura familiar, ou seja, na maioria das unidades de produção, o trabalho e a sua organização são realizados pela família rural. E, essas famílias se utilizam de estratégias variadas para continuar se reproduzindo na atividade agropecuária e no espaço rural por meio da realização, por alguns membros destas, de atividades não agrícolas.

A pluriatividade das unidades produtivas familiares do Município de Indiana baseia-se na combinação da atividade agropecuária com atividades realizadas nas cidades. Ou seja, o espaço rural do município não apresenta, em suma, opções e oportunidades de atividades a serem realizadas, além da agropecuária, para buscar uma complementação da renda total das famílias de produtores, sendo necessário se deslocar diariamente para as cidades para desenvolver outras atividades.

1.2.4 - Contexto de surgimento da pluriatividade no espaço rural.

A combinação da agricultura com outras atividades tem aparecido na literatura sobre a temática sob várias denominações, tais como: trabalhos acessórios¹², trabalho *part-time*, dupla atividade, *multiple job holpe* e pluriatividade.

As noções de trabalho rural acessório e atividades não agrícolas complementares consistem-se nas pioneiras formas de tratamento para as chamadas “outras formas” de obtenção de renda e inserção produtiva das famílias rurais.

De acordo com Kautsky (1980, pp. 194-206 *apud* Schneider, 2003, p. 81), existem três tipos de ocupação acessória que podem exercer esse papel:

a) Trabalho agrícola assalariado: mais conhecido como trabalho temporário, exercido nas grandes propriedades em épocas de maior demanda por mão-de-obra, como nas colheitas;

b) Ocupação dos camponeses em indústrias a domicílio, o que, em geral, ocorre em regiões de pouca aptidão agrícola para consolidar uma agricultura competitiva, caso de várias áreas na Alemanha e no restante da Europa por ocasião de seus estudos. Apesar de ser menos eficiente do que a grande indústria urbana, para Kautsky a indústria a domicílio rural desfrutaria da vantagem de se apoiar na agricultura, o que lhe permitia rebaixar os custos de produção, especialmente com a remuneração da força de trabalho; e,

c) Fundação de indústrias no campo, que progride em função do avanço das comunicações (canais, estradas de ferro, telégrafos), o que também ocasionaria a necessidade de trabalhos complementares para as famílias de pequenos proprietários de terras.

¹² Os trabalhos de Kautsky (1980) e Chayanov (1974) são exemplos de primeiras referências sobre os trabalhos acessórios e as atividades complementares. Segundo Kautsky (1972), os agricultores tornaram-se exclusivamente agrícolas desde a Revolução Industrial, que retirou grande parte da atividade artesanal do camponês, restringindo-o ao espaço agrícola. Entretanto, a busca por rendimentos alternativos nunca foi abandonada e, assim, como os camponeses russos do início do século, os agricultores familiares se utilizam de atividades não agrícolas para seu equilíbrio econômico.

Segundo Graziano da Silva (1999), a novidade em relação ao processo que na visão dos clássicos marxistas seria considerado como de camponeses em processo de proletarianização, é a combinação de atividades não-agrícolas fora do seu estabelecimento, o que não ocorria anteriormente. E mais: os clássicos consideravam que a existência de membros da família camponesa trabalhando fora de sua unidade produtiva era um indicador do processo de proletarianização e, conseqüentemente, de desagregação familiar, empobrecimento e piora das condições de sua reprodução social. É preciso recordar que os camponeses não eram produtores agrícolas especializados: combinavam atividades não-agrícolas de bases artesanais dentro do estabelecimento, envolvendo praticamente todos os membros da família na produção de doces e conservas, fabricação de tecidos rústicos, móveis e utensílios diversos, reparos e ampliação das construções e benfeitorias, etc. O sinal visível de que não podiam mais garantir a sua reprodução era o assalariamento temporário fora da unidade produtiva, que ocorria fundamentalmente em unidades de produção vizinhas por ocasião da colheita.

O modelo de Chayanov (1974) mostra-se relevante para a compreensão do significado das atividades rurais não-agrícolas, no qual, sua formulação baseia-se na hipótese de um balanço subjetivo entre trabalho e consumo, em que a família é o elemento chave no processo de tomadas de decisões, no que se refere à produção, alocação de trabalho e utilização de equipamentos e investimentos.

Segundo Chayanov (1974, p.101) “ao não encontrar emprego na unidade de exploração, a mão-de-obra da família se volta para o artesanato, comércio e outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família que não eram supridas com o ingresso da unidade de produção”.

Estudos sobre a temática da pluriatividade tornaram-se difundidos em praticamente todos os países do mundo a partir dos anos 1930, ratificando a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas como um mecanismo indispensável para a sobrevivência das famílias rurais.

Para um aprofundamento do entendimento sobre a pluriatividade é necessário compreender as outras formas pioneiras de tratamento da temática na literatura, tais como as noções de agricultura em tempo parcial (do inglês *part-time farming*) e de pluriatividade (do francês *pluriactivité*).

Segundo Fuller (1990), a denominação *part-time farming* foi utilizada de forma pioneira na década de 30 pelos economistas americanos, que atuavam nos *land-grant-colleges*. É usada para designar os agricultores que dedicavam parte de seu tempo ao desempenho de trabalho fora da propriedade. O mesmo ocorreu em relação a palavra *pluriactivité*, que é uma importação acadêmica das atribuições que nos anos 60 os técnicos e organismos públicos franceses utilizavam para caracterizar as propriedades que desempenhavam múltiplas atividades produtivas (SCHNEIDER, 1999, p.179).

Até os anos de 1950, nos Estados Unidos e na Europa a agricultura em tempo parcial tinha o produtor rural como centro de análise, ou seja, essa noção se referia normalmente apenas ao chefe da exploração (KAGEAMA, 2001).

Fuller (1990), um dos autores que mais avançaram na discussão do tema, propôs uma periodização sobre os estudos da pluriatividade:

Antes de 1975, os estudos enfatizavam a viabilidade econômica e o caráter transitório e instável da produção a *part-time*. Depois de 1975, os trabalhos sobre o tema adquiriram estatuto sociológico e inicia-se uma fase de pesquisas marcadas pelo enigma em torno de conceitos e unidades de análise pertinentes ao estudo da agricultura em tempo parcial (FULLER *apud* SCHNEIDER, 1999, p.180).

Até a década de 1970, o *part-time* constituía-se em um obstáculo à modernização produtiva, sendo visto de forma negativa pela sua inadequação econômica. Os produtores que dedicavam apenas parte de seu tempo à agropecuária não tinham o *status* de produtores rurais, de agricultores em tempo integral.

O caráter da agricultura em tempo parcial sempre foi caracterizado como uma forma residual que desapareceria com o desenvolvimento do capitalismo no campo. Essa forma de agricultura seria praticada apenas em regiões desfavorecidas para as atividades agrícolas.

A noção de dupla-atividade é, então, construída para caracterizar e designar essa população, que, para alguns pesquisadores, era a expressão de um processo de diferenciação social em curso que resultaria no desaparecimento desses pequenos agricultores considerados inviáveis no contexto da modernização (CARNEIRO, 1998, p.150).

Carneiro ressalta ainda que

Este tipo de avaliação predominou no meio técnico-político durante os anos 70. Mas a crise de superprodução agrícola na Europa, que ameaçava fortemente de desertificação o campo francês, levou o sindicalismo dominante a rever sua posição passando a aceitar a chamada pluriatividade de complemento nas regiões consideradas “desfavorecidas”, ou seja, aquelas que não ofereciam condições para a instalação da agricultura empresarial (CARNEIRO, 1998, p.152).

Essa visão que entendia o *part-time* como uma forma residual de agricultura começa a mudar a partir de 1975, já que os estudos passaram a ressaltar a importância desse tipo de produtor que combinava as atividades agrícolas com aquelas realizadas em outros setores da economia. Assim,

[...] a partir de 1975, motivados pela idéia do desenvolvimento rural, vários cientistas sociais redescobriram a problemática da agricultura de tempo parcial e perceberam nesta forma de trabalho uma alternativa de fixação da população no meio rural, de redução das migrações e de assimilação dos impactos da modernização agrícola. (SCHNEIDER, 1999, p.182).

Na França essa combinação de atividades foi designada de *pluriactivité* e, observou-se a partir de 1970, um aumento significativo dos estudos e seminários realizados sobre a temática. Nos debates em torno da pluriatividade de abrangência internacional, dois aspectos eram levantados:

[...] a unidade de análise relevante no caso é a família ou, para alguns autores, o domicílio, e que a agricultura em tempo parcial não é um fenômeno temporário nem de transição no desenvolvimento agrícola, constituindo, ao contrário, uma forma bem definida e persistente do relacionamento intersetorial em muitos países (KAGEYAMA, 2001, p.01).

Nos anos de 1980 ocorreu a intensificação da pluriatividade em várias regiões da Europa, devido aos processos de industrialização difusa¹³ e as políticas de viabilização da economia rural e de conservação da paisagem (KAGEYAMA, 2001).

Nesse sentido, é importante ressaltar que mudou o tratamento dado à pluriatividade, tanto nos estudos quanto nas políticas públicas. Constatou-se que a pluriatividade não é um recurso utilizado apenas pelas famílias desfavorecidas, mas por membros de famílias bem sucedidas que buscam realizar outras atividades.

O entendimento da pluriatividade e seus significados para as famílias rurais devem estar atrelados à busca da finalidade para as quais estas atividades são realizadas. Segundo Carneiro (1998), as atividades não agrícolas respondem a vários tipos de finalidades para os membros da família, tais como: de necessidade, de independência e de manutenção do patrimônio.

O contexto das mudanças de significado da pluriatividade foi marcado pela superprodução agrícola no âmbito da União Européia (PAC)¹⁴, pela produção flexível e por uma considerável descentralização da produção industrial na Europa, sobretudo na França. No campo, essas transformações refletiram no aumento do uso do trabalho assalariado temporário e na absorção da força de trabalho residente no meio rural pelo mercado urbano-industrial.

A necessidade de redução da superprodução na Europa levou à reformulação das políticas agrícolas no intuito de manter a população no campo, sem ampliar o produtivismo. Por isso, a pluriatividade passa a ser vista como a solução para os problemas por sua capacidade de ocupar e gerar renda para a população rural.

Alentejano (1999) resume a questão sobre a opção pelas atividades não agrícolas no meio rural europeu da seguinte forma

[...] a multiplicação do fenômeno da pluriatividade na Europa está ligada à resistência de agricultores ao padrão moderno de agricultor que se difundiu na

¹³ Caracterizada pela dispersão na localização de indústrias, com o aparecimento de núcleos de urbanização em zonas rurais.

¹⁴ PAC – Política Agrícola Comum - é um sistema de subsídios à agricultura, somado aos programas de desenvolvimento, que faz parte dos pilares da União Européia. Foi criado em 1962 com o objetivo de assegurar o abastecimento regular de gêneros alimentícios e garantir aos agricultores um rendimento em conformidade com os seus desempenhos (In:<<[http://: www.wikipedia.com](http://www.wikipedia.com)>>).

Europa no pós-guerra e, também, às transformações na dinâmica capitalista, que têm impulsionado o desenvolvimento de relações de trabalho marcadas pela flexibilidade, pela informalidade e pela precariedade da contratação, em contraste com o assalariamento típico, rígido e formal que se desenvolveu durante os primeiros setenta anos deste século (ALENTEJANO, 1999, p.156).

O debate acerca da pluriatividade na Europa deve ser entendido no contexto de valorização do rural, com este espaço deixando de ter exclusivamente a função agrícola e exercendo atividades relacionadas ao turismo, lazer, artesanato, prestação de serviços e como local apenas de moradia.

Nesse contexto de mudanças políticas e socioeconômicas, os estudos sobre a pluriatividade tomam novos rumos, adquirindo reconhecimento e relevância acadêmica e social.

[...] a expressão agricultura em tempo parcial foi substituída pela noção *multiple job holding*¹⁵ e, mais tarde, por *pluriactivité*, numa referência ao fenômeno da multiplicidade de fontes de renda que compõe o orçamento das unidades agrícolas familiares (SCHNEIDER, 1999, p.184).

A noção de pluriatividade é destacada como a mais adequada por abarcar a heterogeneidade das formas de atividades extra-agrícolas, ocupações não remuneradas ou em espécie e o recebimento de rendimentos diversos, tais como aposentadoria, pensões, aluguéis, etc.

De acordo com Fuller (1990), o termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da noção de agricultura em tempo-parcial (unidades nas quais os moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como as da *multiple job holding* (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento).

A expressão tem sido “[...] bastante utilizada, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas em dinheiro (*cash*), mas com pagamentos em espécie, por meio da permuta de trabalho e outros arranjos informais” (Fuller, 1990, p.367 *apud* Schneider, 2003a, p.9).

Fuller (1990) *apud* Schneider (2003) explica as três significações pelas quais pode ser entendida a pluriatividade:

- como uma expressão de determinados tipos de economias regionais ou locais;
- abordando a família como o núcleo das decisões para compreender as relações entre agricultura e pluriatividade; e,

¹⁵ Unidade Agrícola de trabalho familiar múltiplo.

- como uma expressão da dinâmica das transformações socioeconômicas estruturais dos espaços rurais.

Entende-se, nesse trabalho, que o significado da pluriatividade para a produção familiar é resultante da interligação desses três fatores ressaltados por Fuller (1990). Nesse sentido, um tipo de economia local que apresente oferta de emprego nas proximidades somadas à facilidade nos transportes, por exemplo, pode ser um elemento importante como força estimuladora da pluriatividade. Assim como as características culturais da família, a forma como são tomadas as decisões nas unidades produtivas referentes às estratégias de reprodução aliadas às transformações no espaço rural, no qual, elementos novos se destacam no âmbito da ruralidade, formam um espaço propício para a combinação da agricultura com outras atividades, que denominamos de pluriatividade.

1.2.5 – Uma tentativa de definição da Pluriatividade.

No Brasil, os estudos sobre a pluriatividade se iniciaram em 1980 e ganharam destaque em 1990¹⁶. É evidente o crescimento das atividades não agrícolas durante essa década no meio rural brasileiro. Acompanhando o desenvolvimento dessas atividades houve a introdução da noção de pluriatividade no debate sobre a realidade agrária, na tentativa de melhor explicar os novos processos e atores que se configuraram.

No entanto, podem-se verificar diferentes definições para a temática. O estudo de Kageyama (1998) salienta algumas confusões na definição da pluriatividade

O fenômeno da redução do peso das atividades agrícolas no emprego e na renda das pessoas, famílias e regiões rurais, dando lugar aos empregos múltiplos e fontes de renda diversificadas, tem sido referido na literatura, às vezes sem muita distinção, como pluriatividade ou como agricultura (e agricultores) de tempo parcial (KAGEYAMA, 1998, p.01).

¹⁶ Dentre as publicações pioneiras no Brasil sobre o referido tema, podemos citar os trabalhos de: Carneiro (1993 e 1996); Anjos (1995); Neves (1995 e 1997); e, Schneider (1995 e 1999). Mais recentemente, contudo, especialmente a partir de meados da década de 1990, José Graziano da Silva, levado inicialmente pelo surpreendente desempenho do emprego não-agrícola na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1992, coordenou um projeto cujo objetivo consiste em analisar o que denominou de "novo rural brasileiro", devido à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade no meio rural brasileiro (GRAZIANO, 1999; CAMPANHOLA E GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Mas, para a referida autora (Kageyama, 1998), é necessária a distinção entre trabalhadores em tempo parcial (pessoas que trabalham apenas uma fração do tempo de trabalho anual de uma pessoa empregada em tempo integral) dos pluriativos (pessoas que possuem outra atividade remunerada, além da atividade principal, que é a atividade agrícola).

Graziano da Silva (1999) faz a distinção entre tempo parcial, que se relacionaria com o tempo de trabalho, e pluriatividade, ligada à diversificação de atividades, geralmente em mercados não agrícolas.

Sobre as noções de agricultura em tempo parcial e de pluriatividade, Alentejano (1999, p.154) conclui que

[...] as duas noções não são idênticas, sendo a de pluriatividade seguramente mais adequada como instrumento de análise da dinâmica agrícola, uma vez que a característica do trabalho agrícola, marcado pela descontinuidade temporal, pela não correspondência entre tempo de trabalho e tempo de produção, uma vez que parte dessa depende da natureza, não nos permite afirmar que a dedicação a outras atividades signifique dedicação em tempo parcial à agricultura. Pelo contrário, essa sazonalidade marcante do trabalho agrícola permite que a combinação de atividades diferenciadas possam se dar de modo a se aproveitar melhor o tempo disponível na unidade familiar.

Nesse sentido, considera-se a pluriatividade como a melhor noção para entendermos a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no contexto das famílias rurais.

Dentre as muitas definições de pluriatividade, nos utilizaremos da proposta por Fuller (1990):

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. uma unidade produtiva dimensional, em que se empreendem atividades não-agrícolas dentro e fora do estabelecimento, e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos (rendimentos, rendas em espécie, em transferência) (FULLER, 1990, p.367 apud KAGEYAMA, 1998, p.03).

Sobre a definição de pluriatividade, Schneider (2003, p.18) destaca

[...] os limites à utilização da noção de pluriatividade como um conceito, pois trata-se de noção que se refere mais a um conjunto de fenômenos ou formas de combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, que podem variar segundo o contexto e a situação histórica.

A combinação de atividades agrícolas com as não agrícolas que são realizadas em outros setores pode ser entendida como consequência da modernização agrícola realizada, sobretudo a partir de meados da década de 1960, marcando o aprofundamento das relações capitalistas no campo brasileiro.

A modernização foi caracterizada por transformações na base técnica e econômica da agricultura e das relações entre esta com a indústria, com a crescente mecanização da produção, o uso intensivo de tecnologia, o aumento da produtividade e a redução do emprego, sendo altamente excludente e conservadora, abarcando apenas uma parte dos produtores familiares.

Dentre as principais consequências desse processo modernizador tivemos: o êxodo rural; a expropriação de uma grande parte de arrendatários, parceiros e pequenos produtores que se viam cercados pela grande propriedade; o desemprego e a concentração de renda; e, a miséria tanto no campo quanto na cidade.

Nesse contexto, a agricultura familiar passa por sérias dificuldades devido à escassez de crédito e financiamentos públicos, impossibilidade de capitalização para empregar em melhoramentos estruturais e tecnológicos na propriedade e a diminuição da renda, associada à queda dos preços agrícolas.

Concordamos com Carneiro (1998) quando entendemos a pluriatividade como

[...] resultado de um processo historicamente datado, que começa com o estabelecimento de um modelo único de exploração agrícola, sustentado na especialização da produção (e do trabalho) e em produtividade e rentabilidade crescentes, a pluriatividade de hoje se distingue daquela que era praticada durante o período da proto-industrialização (CARNEIRO, 1998, p.157)

Assim, o recurso às práticas não-agrícolas é uma estratégia utilizada por parte da população rural para garantir a sua manutenção na propriedade rural, caso não conseguissem se integrar ao processo de modernização agrícola.

A pluriatividade é considerada uma alternativa dos produtores familiares, uma resposta à crise gerada pela modernização da agricultura que se constituiu de forma excludente para a maioria destes, frente ao quadro político e econômico brasileiro. Ou seja, a pluriatividade pode ser considerada como uma resposta à crise da agricultura, que levou à busca de outras atividades para complementar a renda agrícola insuficiente (CARNEIRO, 1998).

O debate sobre a pluriatividade não está concluído. Pelo contrário, ele se torna atual devido à necessidade do entendimento das consequências dessas novas relações de trabalho no campo e, sobretudo, para as famílias rurais.

1.2.6 - Pluriatividade: seu significado para a produção familiar.

A pluriatividade implica em transformações na divisão do trabalho familiar no interior das unidades produtivas. Nesse sentido, é no âmbito da produção familiar que se realiza a discussão da temática.

No que se refere aos impactos da pluriatividade no meio rural brasileiro, as pesquisas realizadas a partir de 1990 apontam para a transformação da dinâmica do campo, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. De modo geral, os estudos revelam que o meio rural não pode mais ser apreendido a partir apenas das atividades agropecuárias ¹⁷, embora estas ainda sejam fundamentais.

Os trabalhos externos à unidade produtiva aumentam em consequência da crise agrícola vivenciada por grande parte dos produtores familiares no Brasil. Os altos preços dos insumos, sementes e agrotóxicos utilizados para a produção, e os baixos preços recebidos na comercialização da produção, acarretam um desânimo aparente aos agricultores que não têm a possibilidade de produzirem em grande escala, plantando, sobretudo, produtos alimentícios que formam a cesta básica da população.

Entretanto, o crescimento das atividades não-agrícolas no espaço rural também não significa que os rendimentos dos produtores rurais tenham melhorado e sejam iguais ou superiores aos dos trabalhadores urbanos ¹⁸.

Contudo, o crescimento das atividades não agrícolas não pode ser de imediato associado ao aparecimento da pluriatividade nas famílias rurais (SCHNEIDER, 2003). Pois, a pluriatividade engendra a combinação de atividades não agrícolas com a agricultura. Isso demonstra que para se ter um aumento da pluriatividade no campo, não basta que ocorra um aumento das atividades não agrícolas, mas sim, que essas atividades se realizem concomitantemente com o desenvolvimento da atividade agropecuária pela família rural. Isso se faz possível pela divisão das tarefas entre os membros da família.

¹⁷ Sobre a temática ver: Kageyama (1998 e 2001).

¹⁸ Pesquisas têm mostrado que os salários dos que trabalham no campo sempre foram mais baixos do que aqueles que trabalham na cidade.

Portanto, tem-se uma realocação das tarefas no interior da unidade familiar que depende da natureza da atividade externa realizada e do membro do núcleo familiar que a exerce. Por isso, a pluriatividade, ao mesmo tempo em que permite a ampliação das rendas e conseqüentemente do bem-estar da família rural, pode acarretar, na maior parte dos casos, no aumento considerável da carga diária de trabalho dos membros da família.

Essa situação pode representar a superexploração dos membros da família. No quarto capítulo do presente trabalho referente à pesquisa de campo no Município de Indiana buscou-se compreender qual é o significado dessa divisão do trabalho intra-familiar com a adoção de outras atividades, além da atividade agrícola.

Assim,

Essa combinação, permanente de atividades agrícolas e não agrícolas, em uma mesma família, é que caracteriza o fenômeno da pluriatividade, que tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, como também pode representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica (SCHNEIDER, 2003, p.14).

Outra mudança baseia-se no fato de que a pluriatividade transforma as relações entre cidade e campo no âmbito da família rural. Lamarche (1998, p.172) destaca que

A pluriatividade e o êxodo dos filhos são, portanto, importantes estratégias adaptativas das unidades de produção. Traduzem, ora dificuldades próprias de algumas camadas de produtores agrícolas, ora uma crise do mundo rural ou da sociedade local, ora uma escolha de modo de vida particular, perfeitamente estável e que tende a reproduzir-se.

Ainda segundo esse autor

Podemos, então, supor que viver assim, entre dois mundos, diminui a percepção das tensões e dos conflitos e atenua sua importância, enquanto os monoativos, mais dependentes de seu meio imediato e mais vulneráveis às vicissitudes dos mercados e das intervenções governamentais, são frequentemente mais sensíveis às dificuldades resultantes (LAMARCHE, 1998, p.172).

As diferentes finalidades para as quais a pluriatividade responde torna complexa a questão da combinação de atividades e fomenta o seu debate. Entretanto, a inquietação reside na seguinte questão central: quais são as conseqüências das novas relações que se estabelecem devido à combinação de atividades agrícolas com atividades ligadas a outros setores da economia? Em outras palavras, qual é o significado da pluriatividade para a agricultura familiar?

De maneira geral se tem duas posições sobre essa questão. No primeiro posicionamento tem-se o argumento de que a pluriatividade apresenta-se como uma forma de reprodução social, contribuindo para a elevação da renda e para a fixação da família no campo¹⁹. A segunda posição levanta a hipótese de que a pluriatividade é o caminho para a perda das condições de produção e de trabalho, ocasionando a saída da família do setor agrícola e do meio rural²⁰.

Estudos como os de Kageyama (2001) apontam para a relevância da pluriatividade para a produção familiar. A pluriatividade é entendida como a prova da capacidade de adaptação da agricultura familiar aos novos contextos sociais, sendo um mecanismo pelo qual se pode assegurar a permanência dessas famílias na agricultura e no meio rural.

Nesse contexto, a pluriatividade aparece como uma forma de viabilizar a sobrevivência da agricultura familiar, contribuir para a sua fixação no campo e para aliviar a pobreza rural, já que, na grande maioria das vezes, a renda das famílias rurais depende da combinação entre: o valor obtido na produção agropecuária, os salários recebidos pelos membros da família em outras explorações agrícolas, as atividades urbanas e as chamadas rendas não-agrícolas, como pensões, aluguéis e aposentadorias (KAGEYAMA, 1998).

No estudo de caso realizado por Baccarin e Souza (2004) sobre a pluriatividade no Município de Monte Alto (SP), se conclui que a pluriatividade baseia-se em uma forma de superexploração ou sobretrabalho para os membros da família. Sob esse olhar, definiríamos que o desenvolvimento da pluriatividade reforça a exploração capitalista, na medida em que faz parte do conjunto de transformações em curso no mundo atual, que apontam para a flexibilização e a precarização das relações de trabalho e para a reestruturação produtiva.

Quanto ao estatuto teórico e analítico, Schneider (2003a, p.9) destaca que

[...] as críticas são variadas e dirigem-se principalmente ao fato de que a noção de pluriatividade se refere, sobretudo a um conjunto heterogêneo e diversificado de situações, que varia de acordo com o espaço e o contexto histórico, em que os membros de famílias de agricultores buscam atividades não-agrícolas como ocupação (independentemente de ser uma renda principal ou complementar) e acesso a um maior nível de renda.

Nesse sentido, o debate sobre a pluriatividade anuncia que os estudos sobre esses processos de mudanças no rural brasileiro, que se evidenciam com o aumento significativo das atividades não-agrícolas dentre os membros das famílias rurais devem indicar um maior cuidado

¹⁹ Dentre os autores que defendem essa posição, pode-se destacar: Kageyama (2001).

²⁰ Sobre esse posicionamento destaca-se: Baccarin e Souza (2004).

com o termo, apontando para a necessidade de estudos de caso, já que, a pluriatividade enquanto o conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas utilizadas pela família rural para elevar a sua renda, esta relacionada com o contexto nos quais esses produtores estão inseridos.

A situação socioeconômica de uma região, sua dinâmica espacial e suas potencialidades e especificidades podem se expressar pela oferta de empregos nas proximidades, favorecendo a combinação das atividades agrícolas com atividades em outros setores da economia.

Schneider (2003, p.94) ressalta que

[...] a compreensão dos destinos da agricultura familiar passa pelo entendimento do ambiente social e econômico em que estiver inserida. Esse ambiente compõe-se de um espaço social e econômico e de um conjunto de instituições, que tendem a fornecer estímulos e determinar limites e possibilidades e, assim, exercer uma influência exterior decisiva sobre as unidades familiares.

Ainda segundo Schneider (2003, p. 95): “A reprodução social, econômica e cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo através do qual as unidades familiares relacionam-se com o ambiente e o espaço o qual estão inseridas”.

No presente trabalho concorda-se com Schneider (2003), que entende a pluriatividade como uma forma de reprodução social das unidades produtivas familiares em contextos no qual sua integração na divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados do trabalho na atividade agrícola, mas por meio da combinação de atividades na agricultura com outras, realizadas dentro ou fora da unidade produtiva familiar.

O contexto espacial no qual se configura a pluriatividade na agricultura familiar, marca e influencia as relações estabelecidas entre os produtores e o espaço local. Por isso, mostra-se necessário a compreensão detalhada da dinâmica espacial do Município de Indiana, através do entendimento de informações sobre a sua formação sócio-econômica, suas instâncias de poder local diretamente vinculadas à agropecuária, assim como das características da estrutura produtiva, que serão apresentadas nos próximos dois capítulos (II e III).

No Município de Indiana, a pluriatividade se destaca com uma estratégia de reprodução social que visa manter os produtores no campo. Como o significado da combinação de atividades agropecuárias com atividades em outros setores, realizadas dentro e fora da propriedade, depende do contexto e da organização espacial para ser entendida, o segundo

capítulo pretende apresentar a espacialidade do Município de Indiana: sua formação e estruturação atual.

II

O PROCESSO DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E AS INSTÂNCIAS DE PODER LOCAL NO MUNICÍPIO DE INDIANA/SP.

Nesta parte do trabalho objetiva-se realizar uma retrospectiva da formação do Município de Indiana, com dois objetivos centrais:

a) compreender seu processo de formação sócio-espacial. Essa tarefa mostra-se necessária e pretende ser contemplada com uma retrospectiva da ocupação da região oeste de São Paulo, destacando os principais fatos históricos que colaboraram para a ocupação da atual Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, na qual o Município de Indiana está inserido, de modo a entender como se deu a constituição de sua estrutura fundiária e agrária para sustentar a compreensão das relações estabelecidas no âmbito da produção familiar;

b) identificar como a agricultura familiar se insere na dinâmica das instâncias de poder local no Município de Indiana. Esse item do trabalho foi realizado com base nas leituras realizadas sobre a temática aliadas às informações coletadas por meio da aplicação dos roteiros de entrevista junto às várias instâncias de poder local, materializadas pelos técnicos e responsáveis da Prefeitura Municipal de Indiana, da Casa da Agricultura, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Associação de Produtores do Bairro Sete Copas de Indiana.

Para compreender a dinâmica da produção familiar é necessário entender a configuração espacial na qual essa forma de organizar a produção se desenvolve.

A formação de um município delineia sua dinâmica rural e urbana e reflete a estruturação do espaço atual com suas características específicas (CASARI, 2006). No presente estudo, o recorte espacial estabelecido é o Município de Indiana, entendido como uma localidade, formada pelo campo e a cidade, dois espaços diferentes, mas que não são opostos, sendo que nas diferenças de suas funções, eles se completam.

Segundo Lamarche (1998, p.208): “O local é o centro em torno do qual organiza-se a vida social rural, o espaço que reúne os bens e serviços necessários à vida da população rural. É também um lugar de poder integrado ao conjunto do sistema político nacional”.

Nesse sentido, o âmbito local, mostra-se de grande relevância para entendermos a dinâmica estabelecida pelos produtores familiares e o espaço, no qual as relações sociais estabelecidas com as várias instâncias de poder local são destacadas.

2.1 – O PROCESSO DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE INDIANA

2.1.1 – A Ocupação da Região de Presidente Prudente

A história da ocupação do atual Município de Indiana se insere em um contexto mais amplo de formação da porção oeste do Estado de São Paulo, marcada pela ocupação ilegal que deu origem ao latifúndio, a grilagem e a especulação de terras, e a dizimação quase total da população indígena que aí vivia.

A importância da compreensão do espaço geográfico é destacada por Silva (1991):

Compreender o espaço geográfico [...] significa apreendê-lo como ele é na sua essência, como totalidade, com todos os conflitos, contradições, mediações, que se articulam num processo incomensurável, interminável. O espaço geográfico pensado enquanto investigação científica, segundo o método dialético, significa a sua apreensão como totalidade [...] (SILVA, 1991, p.20).

Ainda segundo a autora, o espaço na Geografia,

[...] se constituiria de uma síntese, guardando ao mesmo tempo uma diversidade, submetida ao fator lugar, com todas as suas manifestações contraditórias, centradas nas relações humanas coisificadas, nas relações humanizadas entre coisas e nas relações predatórias entre a classe dominante e a natureza (SILVA, 1991, p.21).

Sobre o conceito de formação sócio-espacial, Corrêa (2005) ressalta que

O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade (CORRÊA, 2005, p.26).

Entender como se deu a formação de um espaço e a história de sua ocupação torna-se fundamental para analisar a situação vivenciada pelo mesmo, em seu período atual.

Segundo Casari (2006, p.08), o fato de se “Historicizar os processos com um enfoque geográfico e analisar as transformações [...] irá contribuir para compreender a configuração da espacialidade rural [...]”.

Essas articulações entre os fatos que marcaram o período de formação e a atual configuração de nossa região se confirmam quando se constata que muitos dos problemas e características marcantes da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente são resultados e reflexos dos acontecimentos que marcaram sua formação e ocupação, por isso essa história será resgatada neste trabalho.

Nas palavras de Abreu (1972, p. 15), em “meados do século XIX, a região que se estendia para oeste, além de Botucatu, entre os rios Paraná, Paranapanema e Peixe, era ainda pouco conhecida e raramente povoada [...]”.

A ocupação da região encontra-se ligada à Lei de Terras de 1850, que serviu como legitimadora das grandes propriedades rurais em todo o Brasil e, em especial, na região em que se encontra localizado o Município de Indiana. A região tornou-se conhecida pela ilegalidade dos títulos de terra, já que as falsificações de títulos de posse de terras tornaram-se algo bastante comum na época.

Segundo Abreu (1972), a situação das terras na região oeste de São Paulo reproduzia o que em geral acontecia em todo o Brasil

A origem da propriedade fundiária no Brasil estava ligada a um pequeno grupo de proprietários que foi acumulando sesmarias, aforamentos, posses ilegítimas desde os tempos coloniais. Desde a época da Independência, havia muita preocupação em clarear a situação dos títulos de propriedade, inúmeros deles viciados de ilegalidade. (ABREU, 1972, p.18)

A ocupação da porção oeste do Estado de São Paulo, chamada de “sertão do Paranapanema” ocorreu, primeiramente, por mineiros atraídos depois da decadência das minas pelas terras de pastagens apropriadas a suas lidas de criação.

Com a descoberta do ouro e dos diamantes em Minas Gerais, toda a atenção da Metrópole Portuguesa e da Colônia se voltou para aquela região. A decadência do metal e da pedra preciosa a partir dos meados do século XVIII obrigou a economia brasileira a tomar novos rumos, voltando a se preocupar com a agricultura (ABREU, 1972, p.81).

Hespanhol (2000, p.117) também nos lembra que

O desbravamento da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente data da segunda metade do século XIX e foi realizado por povoadores vindos de Minas

Gerais, em virtude da decadência da mineração e da arregimentação forçada pelo governo imperial de voluntários para a Guerra do Paraguai. Assim, atraídos pela possibilidade de obtenção de novas terras para a criação de gado, esses mineiros deslocaram-se para o Oeste Paulista.

A porção oeste do Estado de São Paulo pode ser entendida nesse momento como uma frente de expansão. Martins (1975, p.46) afirma que: “O que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumam a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro”.

Antes disso, a região era habitada por tribos indígenas, entre as quais se destacavam a dos Coroados, Caiuá e Chavante, que defendiam seu domínio com sua impetuosa bravura (LEITE, 1972). O território também contava com a presença de indígenas Tupi, Tereno, Guarani, Guaicuru e Tupiniquim.

A partir de 1880 começou um período de grande agitação em todo o chamado “sertão do Paranapanema”. As primeiras comissões nomeadas pelo Governo da província chegaram para dar início à separação das terras de domínio público e, simultaneamente, proceder à legitimação das posses (SANTOS, 2002a).

Leite (1972) destaca também como a região passou a ser vista como foco de interesse pelo Estado de São Paulo:

O imenso vazio representado pelo oeste de São Paulo, começa a chamar a atenção do governo e de particulares [...] O Governo do Estado acabou por organizar, por volta de 1905, quatro expedições com o fito de explorar o extremo sertão sul-ocidental, através dos rios Tietê, Paraná, Feio (Aguapeí) e Peixe (LEITE, 1972, p.54).

Com o século XX, a construção da Estrada de Ferro Sorocabana e a expansão do café contribuíram para uma maior ocupação da região. Sobre a importância do café na região, Abreu (1972) salienta que:

No início do século XX, quando o café proporcionou outra fisionomia ao extremo oeste do planalto ocidental e os seus espigões foram tomados pelos cafeeiros, os plantadores que chegaram ao Vale do Paranapanema aproveitaram do trabalho de pioneirismo realizado pelos mineiros. Já haviam caminhos abertos, os índios quase todos dizimados ou escoraçados e alguns núcleos urbanos que serviam de ponto às plantações. A atividade de criação fornecia alimentação e animais de trabalho. Para os plantadores chegados com a marcha do café, os precursores mineiros, no entanto, constituíram um obstáculo à posse da terra, obstáculo que acabariam por contornar, negociando, demandando ou expulsando os antigos moradores (ABREU, 1972, p.25).

Com relação à importância da Estrada de Ferro Sorocabana para o povoamento da região de Presidente Prudente, Leite (1981, p.56) relata que: “[...] O povoamento acelerou-se com a instalação dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, cujos trens, a partir de 1919, passaram a correr regularmente entre Presidente Prudente e São Paulo”.

Nesse momento tem-se na região a atuação da frente pioneira que

[...] se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção do comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção de mercadoria (MARTINS, 1975, p.47).

Para a ocupação da região e sua integração, principalmente através da economia cafeeira, Abreu (1972) destaca que a ferrovia foi uma das vigas de sua estrutura, pois significou

[...] o transporte rápido, seguro e barato para o café, a comunicação fácil com os centros grandes. No caso do extremo oeste de São Paulo, somam-se outras circunstâncias: a ferrovia foi a melhor maneira para os negociantes de terras levarem seus compradores em potencial a conhecerem as glebas; favoreceu a penetração, os loteamentos, a ocupação, o aproveitamento do solo. Ao longo da ferrovia multiplicaram-se os núcleos urbanos. [...] Sem a ferrovia, não teriam entrado tantos compradores, colonos em busca de fortuna, aventureiros de toda espécie. Ela foi um fator marcante do progresso da região [...] (ABREU, 1972, p.38).

Outro fator determinante para a ocupação foi a eclosão da Guerra do Paraguai (1865-1870), pois nesse momento a região recebeu um grande contingente de voluntários, sobretudo de mineiros, fugindo para não serem convocados para o conflito. A Guerra do Paraguai apontou a necessidade de integração da porção oeste do estado de São Paulo, que mostrava sinais de isolamento.

Estes fatores foram muitos importantes na formação da região, pois até fins do século XIX, a população paulista estava concentrada apenas no litoral e a região do Vale do Paraíba, sendo que o oeste paulista constituía-se num grande sertão, numa região pouco conhecida.

Essa região foi também conhecida como Alta Sorocaba, devido à importância da estrada de ferro no processo de ocupação e incorporação produtiva desta área à dinâmica econômica paulista (HESPANHOL, 2000)

A região que atualmente é classificada como Microrregião Geográfica de Presidente Prudente pelo IBGE²¹, está localizada na porção sudoeste do Estado de São Paulo e apresentou desde o início de sua ocupação uma estrutura fundiária que, grosso modo, reproduziu as características da estrutura fundiária brasileira: de um lado, um número reduzido de grandes propriedades fundiárias ocupando vastas extensões territoriais e, de outro, uma diversidade de unidades produtivas, organizadas com base no trabalho familiar, ocupando inversamente, pequena extensão territorial (HESPANHOL, 2000).

Ainda de acordo com Hespanhol (2000 p.126), destacou-se na região, a cidade de Presidente Prudente.

No âmbito da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, destacou-se, sobretudo no pós-1960, o fortalecimento da cidade de Presidente Prudente, como principal centro regional. Deve-se ressaltar que o crescimento urbano verificado em Presidente Prudente ocorreu por um lado, por esta concentrar grande parte dos serviços e equipamentos urbanos da região e, por outro, devido ao esvaziamento das cidades menores, que com a expansão das pastagens em detrimento das áreas destinadas às lavouras, perderam seu dinamismo econômico, levando à intensificação do êxodo rural.

Desta forma, a cidade de Presidente Prudente é o destino principal para parcela da população dos demais municípios da região, pois polariza os principais serviços necessários que, na grande maioria das vezes, não são encontrados nas pequenas cidades da região.

2.1.2 - As fases econômicas da região de Presidente Prudente.

Com a instalação da Estrada de Ferro Sorocabana expandiu-se a cultura do café na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, intensificando a sua ocupação em virtude da vinda de colonos para trabalhar nas lavouras. Destaca-se, também, a vinda de imigrantes italianos e espanhóis, que chegaram à região devido à marcha para oeste.

²¹ A Microrregião Geográfica de Presidente Prudente é composta por 30 municípios. São eles: Presidente Prudente, Regente Feijó, Caiabu, Presidente Venceslau, Martinópolis, Presidente Bernardes, Indiana, Presidente Epitácio, Pirapózinho, Teodoro Sampaio, Rosana, Mirante do Paranapanema, Tarabai, Alfredo Marcondes, Euclides da Cunha, Marabá Paulista, Caiuá, Ribeirão dos Índios, Santo Anastácio, Emilianópolis, Santo Expedito, Anhumas, Álvares Machado, Rancharia, Piquerobi, João Ramalho, Sandovalina, Estrela do Norte, Taciba e Narandiba.

A importância do café para o extremo oeste de São Paulo é destacada por Abreu (1972, p.36):

O café valorizou e povoou as terras "descobertas" pelos povoadores mineiros. Esta segunda colonização foi feita de modo original, pois além dos proprietários das zonas cafeeiras mais antigas, que abriam novas fazendas aproveitando a boa situação do café, veio o negociante de terras para adquirir glebas com as quais pudesse especular com os que chegassem depois. Ambos utilizaram recursos legítimos e ilegítimos para obter terras e daí "grilos".

Porém, na década de 1930, com a crise de superprodução, o café entrou em decadência, dando a oportunidade para o algodão implantar-se na região. Em 1936, apenas Presidente Prudente e Rancharia eram responsáveis por 17,8% da produção algodoeira do Estado de São Paulo (LEITE, 1972).

De acordo com Silveira (1990, p.65): “Com o implemento do algodão e da criação de gado inicia-se uma nova fase econômica na Região de Presidente Prudente, o gado sendo criado nas grandes propriedades e o algodão nas pequenas, sempre mediante os sistemas da parceira e do arrendamento”.

Terminada a Segunda Grande Guerra (1945), observam-se na região os primeiros cultivos do amendoim. Concomitante ao cultivo do algodão e com o objetivo de “manter as indústrias de extração de óleo em funcionamento pleno, incentivou-se o plantio de amendoim, o qual, cultivados duas vezes ao ano, forneceria a matéria prima para os períodos ociosos das máquinas” (LEITE, 1981, p.79).

Outro fato importante foram as instalações a partir de 1950 de frigoríficos, incentivando a expansão das internadas. Constatou-se a partir desse período (década de 1950), a supremacia do amendoim sobre o algodão (LEITE, 1972).

Em relação à imigração estrangeira, cabe ressaltar a presença de japoneses, que foram os responsáveis pela introdução de novas técnicas e pelo estabelecimento da policultura e pelos hortifrutigranjeiros.

A menta tornou-se um importante produto para a região no período pós-segunda guerra mundial, em substituição ao produto japonês.

Atualmente, tem destaque na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente em termos de atividades agropecuárias, a pecuária de corte e a cana de açúcar. A região tem na pecuária de corte o suporte de sua economia, sendo caracterizada, de maneira geral, por grandes propriedades apresentando as pastagens como paisagem aparente e predominante. A cana de açúcar apresenta-se

em grande expansão, com tendência para ocupar a maior parte das áreas de pastagens, alterando de certa forma a paisagem regional nos próximos anos.

Leite (1981, p.137) destaca que na região:

[...] o campo se esvazia, pois a agricultura ou cede grandes áreas às pastagens, mecaniza-se, ou se transforma pela introdução de culturas que utilizam menos mão de obra; as cidades, em sua maioria, estagnadas porque, criadas para dar suporte às atividades do campo, não têm mais como exercer sua função.

Esse autor acrescenta que

As desilusões causadas pela queda do valor dos produtos agrícolas, pelas safras frustradas e, sobretudo, pelo esgotamento do solo que fez cair a produtividade de 30% a 50%, motivaram a opção pela nova atividade: a engorda de gado de corte. (LEITE, 1981, p.81).

O setor agropecuário, principal elemento da dinâmica econômica regional, manteve-se, a partir dos anos 1950, estreitamente vinculado, por um lado, à pecuária extensiva realizada em grandes propriedades com fins especulativos e, mais recentemente, à expansão em grandes arrendamentos da lavoura de cana-de-açúcar e, por outro, as unidades produtivas familiares, dedicadas ao cultivo de lavouras com baixo grau de integração aos setores agroindustrial e financeiro (HESPANHOL, 2000).

2.1.3–Formação do Município de Indiana.

Em maio de 1906 deu-se início aos trabalhos de intercâmbio comercial entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso (atual Estado de Mato Grosso do Sul), com o objetivo de transportar mercadorias e, principalmente, negociar gado entre os Estados de São Paulo/Paraná e Mato Grosso, através do Porto Tibiriçá (conhecido atualmente como o Município de Presidente Epitácio).

Devido às grandes dificuldades de navegação para transportar as mercadorias, fez-se necessário à abertura de “picadas” na mata e estradas que ligassem Campos Novos ao Porto Tibiriçá, atravessando a atual região de Presidente Prudente. O Porto XV ficava localizado do lado de Mato Grosso e o Porto Tibiriçá, do lado de São Paulo.

Abreu (1972, p.29) destaca-se que

A preocupação com a ligação terrestre com Mato Grosso, que a Guerra do Paraguai mostrara ser importantíssima, [...] explorar a possibilidade de duas vias que ligassem a parte povoada de São Paulo com a barranca oriental do Rio

Paraná. Um caminho ao sul, foi aberto em 1893, por Hummel, entre o povoado de São Mateus, à margem do rio do mesmo nome, no Município de Campos Novos do Paranapanema, pelo Vale do Rio Santo Anastácio, até a margem do Rio Paraná. [...] A estrada de São Mateus, sem qualquer função econômica, aberta apenas com fins estratégicos, logo depois foi reabsorvida pela mata. Mais tarde, em 1904, foi reaberta, agora com melhor sorte, pela firma Diederichsen & Tibiriça, sucedida pela Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, que obteve concessão do Governo do Estado para explorá-la com a passagem de boiadas.

O pequeno povoado que deu início ao atual Município de Indiana surgiu no começo do século XX, no intuito de dar apoio à construção da Estrada Boiadeira. Observe na figura 2, o mapa do Município de Indiana e a localização de sua área urbana.

A Estrada Boiadeira - chamada oficialmente de Estrada de São Matheus - que adentrava a atual região em que se localiza o referido município, tinha como objetivo chegar às margens do Rio Paraná para, posteriormente, alcançar a região de Vacaria, no antigo território de Mato Grosso, onde se realizava a criação de bovinos e eqüinos nas fazendas que eram abertas. Havia, portanto, a necessidade de se encurtar a distância percorrida pelas boiadas mato-grossenses para se alcançar o mercado em expansão do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, com o interesse de transportar o gado comprado em Mato Grosso para São Paulo, a Companhia de Viação São Paulo - Mato Grosso assumiu a abertura e a concessão desta via.

Segundo Santos (2002a, p.73):

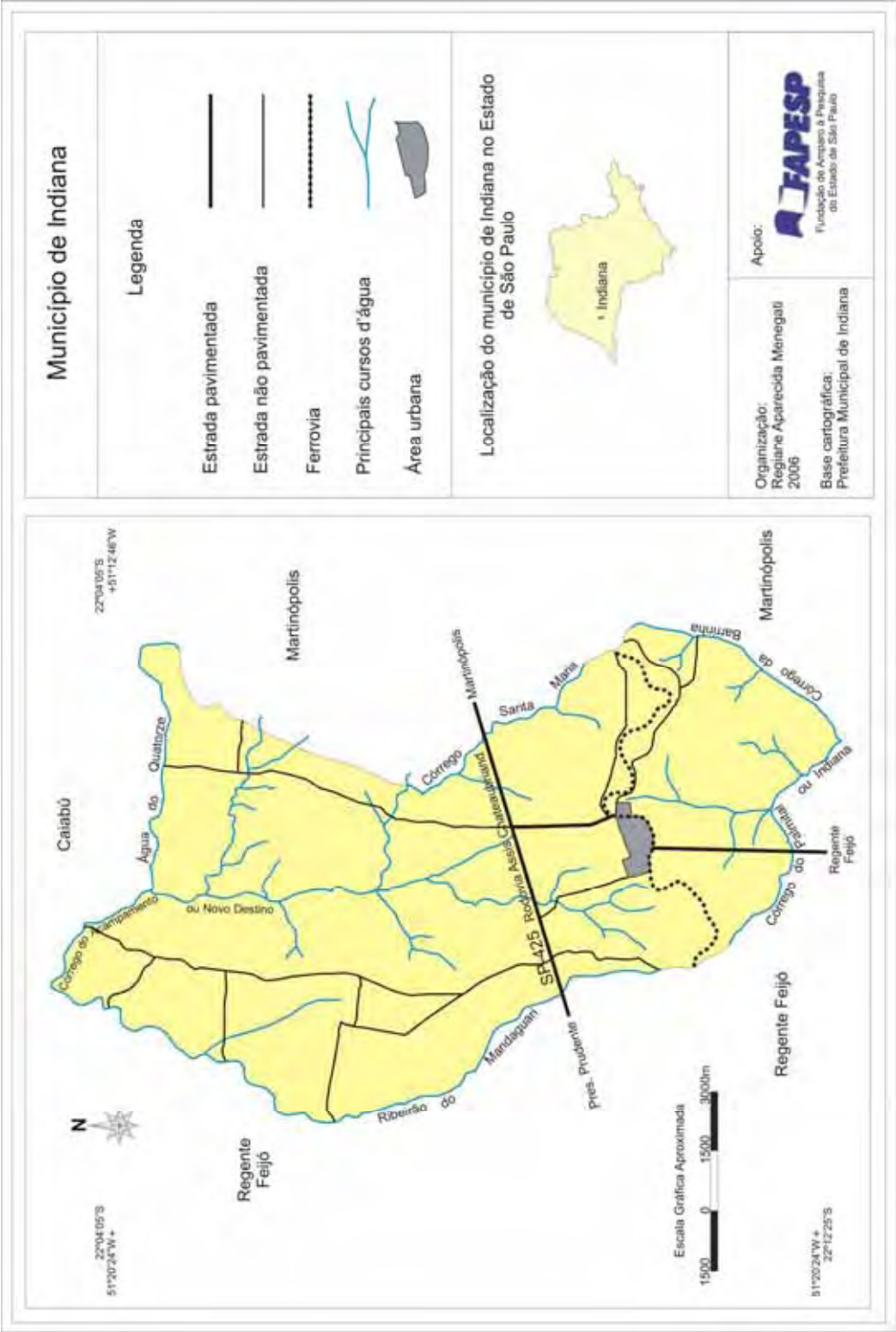
Bernardino de Campo, Presidente do Estado de São Paulo (1892-1896), executando uma política de conservação e de aberturas de novas vias de comunicação, promulgou a Lei Estadual número 105, de 27 de setembro de 1892, que autorizava o Governo a mandar construir uma estrada de rodagem que, partindo da povoação de Salto Grande, fosse terminar na margem do rio Paraná, em ponto conveniente, de maneira a dar entrada ao gado e demais produtos oriundos da bacia do rio Ivinhema.

No atual Município de Indiana ergueu-se o primeiro barracão de zinco no meio do sertão, construído em 1907 por Alonso Junqueira. Essa construção servia como uma base de apoio à abertura da Estrada Boiadeira, a serviço da empresa Viação São Paulo -Mato Grosso. Indiana transformou-se nesta data num importante posto de abastecimento entre Campos Novos do Paranapanema e a margem do Rio Paraná, onde estava sendo construído o Porto Tibiriçá (atual cidade de Presidente Epitácio).

Posteriormente, a Companhia Viação São Paulo - Mato Grosso para obter maiores lucros criou, para além da passagem das boiadas, um centro de engorda no atual Município de Indiana

visando atrair os vendedores de gado de Mato Grosso. Assim, a referida Companhia transformou-se em um grande distribuidor de gado de Mato Grosso e de engorda para atender ao mercado consumidor paulista.

Figura 2: Município de Indiana



Em Indiana instalou-se também um posto intermediário de abastecimento do pessoal que construía o Porto Tibiriçá no rio Paraná.

De acordo com Leite (1972, p.55):

Era necessário um ponto de abastecimento entre Campos Novos e o Porto Tibiriçá, nas barrancas do Paraná. O local escolhido, área de contato do cerrado com a mata, com abundantes minas d'água boa para beber. Aí armou-se o primeiro rancho coberto de zinco que este sertão viu. Estava fundada Indiana. O fato ocorreu em 1907 e, fora narrado pelo encarregado da abertura da estrada boiadeira. A partir de então, a Fazenda Indiana, passou a ocupar, aos poucos, o lugar outrora ocupado por Campos Novos. Mas nunca desenvolveu-se. Indiana é hoje uma das menores cidades da Alta Sorocabana (LEITE, 1972, p.55).

No dia 04 de Junho de 1907, o Sr. Alonso Junqueira chegou ao lugar, no qual hoje se encontra a sede da fazenda Indiana, antiga Fazenda Velha e, no dia seguinte armou um rancho de zinco. Por volta de 1915 estava fundado o povoado de Indiana pelo Capitão Francisco Witaker e Artur Diederischen.

O Capitão Francisco Witaker para fazer de Indiana um entreposto distribuidor de gado do Mato Grosso, criou-a como base para a Cia. Viação São Paulo-Mato Grosso, a fim de controlar a Estrada Boiadeira de São Mateus, que ligava Campos Novos ao Porto Tibiriçá.

Tempos depois, com o caminho aberto e o tráfico viável pela Estrada Boiadeira da Cia. Viação São Paulo - Mato Grosso, o grande movimento de mercadorias levou o governo do Estado a estender os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana até o Porto Tibiriçá, passando por Indiana.

Segundo Santos (2002a), a construção da Estrada Boiadeira teve grande relevância no início da ocupação da região oeste de São Paulo, já que se apresentou como um dos responsáveis pela passagem posterior da Estrada de Ferro Sorocabana. Assim,

A Estrada de Ferro Sorocabana desviou seu traçado original, que ao invés de seguir na direção de rio Paranapanema, através de Ourinhos, rumou no sentido do rio Paraná, chegando ali em 1922, encerrando o percurso onde foi fundada a atual cidade de Presidente Epitácio, na fronteira com o Estado do Mato Grosso (SANTOS, 2002a, p.08).

Os outros motivos que explicam a mudança do traçado original da ferrovia devem-se ao descobrimento de que o rio Paranapanema tinha trechos que não eram navegáveis e a localização das principais plantações de café na mesma área em que se encontra o trecho da Sorocabana.

Outra vantagem para a Estrada de Ferro Sorocabana baseia-se no fato de dispor no momento em que chegou ao rio Paraná de “[...] todo o complexo de obras e material da

Companhia Viação São Paulo - Mato Grosso, utilizados nos negócios de gado transportados em seus vapores, e continuando a viagem pela ‘Estrada Boiadeira’” (SANTOS, 2002a, p.23).

Nesse sentido, o Município de Indiana deve o seu surgimento à expansão da fronteira agrícola em direção ao oeste paulista, que se efetivou pela construção da Estrada de Ferro Sorocabana e se consolidou e dinamizou pela atividade agropecuária.

A efetiva ocupação do município encontra-se ligada estreitamente à ferrovia, já que com os trilhos vieram levas de pioneiros de outras regiões do Estado.

O traçado urbano de Indiana seguiu a regra da maioria dos núcleos urbanos que surgiram na região ao longo dos trilhos da ferrovia: um plano geométrico em tabuleiro de xadrez.

Se a Estrada Boiadeira teve importância no sentido da realização das primeiras construções na mata fechada, a passagem da Estrada de Ferro trazia: “[...] todo o aparelhamento necessário ao seu funcionamento: armazéns, oficinas, escritórios, etc. Estimulava outras atividades correlatas e influía no mercado de trabalho” (SANTOS, 2002a, p.13).

Os trilhos da ferrovia chegaram à Indiana em 1917. Em 1919 foram entregues ao tráfego de trens as estações de Regente Feijó e Presidente Prudente.

Santos (2002a, p.14) observa que:

A primeira função da cidade é a comercial, para os futuros compradores dos lotes, advindo, logo após, a função hoteleira. [...] o progresso da cidade se media pelas transformações mais duráveis, quase sempre ligadas aos estabelecimentos, geralmente ligados ao extrativismo e à função agrícola: serrarias, máquinas de beneficiamento de café, arroz, algodão, etc.

Indiana foi elevada à categoria de Distrito de Paz e incorporada ao Município de Presidente Prudente pelo Decreto nº. 6.638, de 31 de Agosto de 1934 e, depois, incorporada ao Município de Regente Feijó, pelo Decreto nº. 7.262 de 28 de Janeiro de 1935. Em 24 de Dezembro de 1948, pela Lei nº. 233, foi elevado à categoria de Município na Comarca de Martinópolis, recebendo no dia 17 de Março de 1949, a emancipação político-administrativa, tendo como primeiro prefeito, o senhor Elias Salomão (1949- 1952).

Sobre as fases econômicas do Município de Indiana, verifica-se que estas não diferem das que marcaram a região da Alta Sorocabana. De acordo com LEITE (1981), observou-se na região de Presidente Prudente: a fase do café, até meados da década de 1930; a fase do algodão e amendoim, até meados da década de 1950; e, a fase da pecuária de corte, a partir de meados da década de 1950 até os dias de hoje.

2.1.4 – A População do Município de Indiana

Em relação à população do Município de Indiana, observa-se na tabela 1, a sua evolução no período compreendido entre 1950 e 2000.

Tabela 1: Evolução da População Urbana, Rural e Total de Indiana (1950 - 2000)

Anos	Urbana		Rural		Total	
		%		%		%
1950	1685	27,6%	4422	72,4%	6017	100%
1960	1888	31,2%	4155	68,8%	6043	100%
1970	2180	58,0%	3010	42,0%	5190	100%
1980	2892	66,0%	1493	34,0%	4385	100%
1991	3644	74,9%	1158	25,1%	4622	100%
2000	4063	82,3%	871	17,7%	4934	100%

Fonte: Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Analizando os dados sobre a evolução da população do Município de Indiana no período, constata-se que em 1950, 72,4% da população vivia na zona rural do Município e apenas 27,6% na zona urbana. Em 1960 observou-se uma pequena queda da população rural do município, sendo que 68,8% da população vivia na zona rural e 31,2% na zona urbana. No ano de 1970, as populações rural e urbana do município se equilibraram, porém a maior parte ainda residia na zona rural, ou seja, 58%.

Pode-se afirmar que desde 1960 a população rural vem declinando, embora sua redução seja maior a partir de 1980. Durante a década de 1980 houve um grande declínio da população rural no Município de Indiana, que passou a representar apenas 34% da população total. Esse declínio também foi verificado na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, quando Leite (1981) constatou um redução da ordem de 25, 2% no número total de estabelecimentos rurais e de 30% da população, sendo que as baixas produções agrícolas e a expansão da pecuária de corte foram dois elementos importantes para a diminuição da população rural.

A adoção de inovações tecnológicas que ocorreu de maneira limitada para a maior parte dos pequenos agricultores, somada à implementação das leis trabalhistas (Estatuto do Trabalhador Rural) - que foi uma importante conquista dos trabalhadores - foram responsáveis pelo significativo aumento do exôdo rural, já que grande parte dos grandes proprietários de terras que empregavam várias famílias optaram por não manter estes trabalhadores em suas fazendas

(GUANZIROLI et al, 2001).

Além desses problemas enfrentados pela agricultura num âmbito nacional, Leite (1981) acrescenta outros fatores que interferiram na dinâmica agropecuária da região de Presidente Prudente, tais como: perda gradual da fertilidade dos solos; preços mínimos pouco compensadores; elevação dos preços dos defensivos agrícolas; aumento do valor das terras; e, extensão da legislação trabalhista ao homem do campo.

Com relação ao êxodo rural na região, Alegre (1982, p.138) observa que

[...] o campo se esvazia pois a agricultura ou cede grandes áreas às pastagens, mecaniza-se, ou se transforma pela introdução de culturas que utilizam menos mão-de-obra; as cidades, em sua maioria, estagnadas porque, criadas para dar suporte às atividades do campo não têm mais como exercer essa função.

Dessa forma, no ano de 1980 notou-se uma significativa redução da população rural do município, sendo que esta representava apenas 34% do total da população. Já a população urbana cresceu em relação à década anterior, representando 66% do total do município. Essa significativa inversão do perfil da população pode ser explicada pela crise que afetou o setor agrícola, resultando na diminuição das áreas com lavouras e um aumento significativo das pastagens e da pecuária de corte em moldes extensivos, cuja atividade é poupadora em termos de mão-de-obra.

A crise econômica mundial da década de 1980 e a deteriorização dos preços dos produtos agrícolas abalou a hegemonia rural tradicional, impulsionando a industrialização incipiente. A quebra da economia rural dispersou milhares de trabalhadores agrícolas. Parte destes deslocaram-se para áreas de fronteira agrícola e a outra parte liberada passou a engrossar os primeiros grandes fluxos rural-urbanos (GARCIA; MARTINE, 1987).

No município de Indiana, muitas colônias²² rurais foram extintas por seus proprietários; outros produtores migraram às cidades, buscando melhores perspectivas de vida. A falta de oportunidades de inserção de suas propriedades no pacote de inovações tecnológicas e maquinários agrícolas impossibilitou a continuidade na atividade agropecuária para muitos produtores rurais que decidiram deslocar-se para a cidade.

Em 1991, a maior parte da população do município, ou seja, 74,9% viviam na zona urbana e 25,1 % na zona rural.

Com os resultados do Censo Demográfico de 2000, pode-se notar que a grande maioria da

²² Grandes fazendas de café, nas quais trabalhavam várias famílias de produtores rurais (colonos), que moravam e trabalhavam para o proprietário da terra, mas também podiam cultivar uma pequena área para cultivos destinados ao auto-consumo.

população de Indiana é urbana, ou seja, 82,3% do total da população do município, sendo que a rural é de apenas 17,7%, que equivalem a 871 pessoas.

Assim, além da zona rural do Município de Indiana apresentar significativa perda de população entre 1950 e 2000, pode-se observar que a população total do município também diminuiu, sendo de 6107 habitantes em 1950 e 4934 habitantes em 2000, conforme os resultados dos Censos Demográficos.

Nesse contexto, verifica-se que a ocupação efetiva da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente e do Município de Indiana, aparecem inseridas num contexto de expansão da fronteira agrícola para o oeste de São Paulo.

A ocupação caracterizou-se, por um lado, pelas grandes propriedades concentradas nas mãos de poucos produtores rurais; e de outro, por pequenas propriedades rurais, ocupando inversamente uma pequena área do espaço rural, no qual muitos produtores rurais iniciaram sua vida ligada à terra, com sua produção agropecuária intimamente vinculada à família rural.

É nesse cenário que se estabeleceram as relações entre os diferentes atores sociais no espaço rural do Município de Indiana. Um espaço rural que, como em todo o Brasil, configura-se numa diversidade de interesses sócio-econômicos, políticos e culturais, em sua maior parte, carregada de conflitos, e resultados de contextos históricos que privilegiaram a grande propriedade em detrimento da pequena, seja no sentido da resolução de simples problemas ligadas a produção agropecuária, ao acesso à terra e ao crédito rural.

Para o melhor entendimento da organização espacial atual do município de Indiana é necessário compreender que tipos de relações sociais se desenvolvem neste espaço. Para tanto, optou-se nesse trabalho, por se entender as articulações entre as instâncias de poder do Município de Indiana que estão ligadas ao espaço rural, que por serem representantes dos diferentes segmentos de atividades e de produtores rurais, refletem as contradições e os muitos interesses existentes neste espaço.

Torna-se necessário ressaltar que a atuação dessas instâncias de poder local, as suas potencialidades e os seus problemas inserem-se no contexto do processo de formação do espaço rural do Município de Indiana e de configuração de seus atores sociais, sempre marcado pelos conflitos e contradições, no qual, quem tem mais terra tem mais poder político e maior influência para que seus interesses sejam priorizados frente às instâncias de representação.

2.2 – O PODER LOCAL NO MUNICÍPIO DE INDIANA

2.2.1 - A esfera do Poder local

No Brasil, o espaço local é por excelência o Município, ou seja, a unidade básica de organização social. O poder local²³ pode ser definido como a capacidade de auto-transformação e de organização de uma realidade econômica e social pela sociedade. O poder local envolve a questão básica de como a sociedade decide o seu destino, constrói a sua transformação e, para fazê-lo, de forma resumida, se democratiza (DOWBOR, 1993).

A noção de Poder Local não deve ser confundida com o de governo local nem com o de poder municipal, pois abarca as várias formas de exercício do poder e da questão da organização do espaço de vida pelo cidadão. Assim, não se refere apenas ao prefeito, ou aos vereadores de uma cidade, mas a toda a sua sociedade.

A cidade e o município são espaços propícios para o exercício do poder local na construção de um novo papel para esses lugares, pois a política municipal é, muitas vezes, patrocinada pela elite local, sendo organizada sob métodos como o paternalismo, o assistencialismo e o clientelismo.

A criação de instrumentos de exercício de uma democracia participativa se fortalece com a criação de Conselhos Municipais, tais como: da Educação, da Saúde, da Cultura, do Desenvolvimento Rural etc.

São assim inúmeros os canais que poderiam ser utilizados para o exercício do poder local, como a prefeitura, a câmara de vereadores, as associações profissionais e civis, os clubes e os diversos tipos de conselhos existentes.

A importância da tomada de decisões no âmbito local é sublinhada por Dowbor (1993), que afirma:

[...] quando as decisões se tomam muito mais longe do cidadão, correspondem muito pouco às suas necessidades. Assim, a dramática centralização do poder político e econômico que caracteriza a nossa forma de organização como sociedade, leva em última instância, a um divórcio profundo entre as nossas necessidades e o conteúdo das decisões sobre o desenvolvimento econômico e

²³ Dowbor (1993, p.3) explica: “Referido como “local authority” em inglês, “communités” em francês, ou ainda como “espaço local”, o poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação”.

social (DOWBOR, 1993, p.4).

Nesse sentido, o município se constitui na primeira instância de poder, já que é no limite de cada município, distrito ou localidade, que as pessoas crescem e se relacionam, é nele que se localizam suas casas, escolas e igrejas.

Os municípios são responsáveis constitucionalmente pela implantação de políticas como: prover em caráter obrigatório o ensino fundamental para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos; prover o atendimento de crianças em creches e programas de educação infantil ainda que seja direito da criança, porém sem a garantia da obrigatoriedade por parte do poder público; prover o atendimento básico à saúde para a população; promover ações integradas para proteção integral à criança e ao adolescente; promover ações para melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa; promover ações integradas para preservação ambiental e criação das condições necessárias ao desenvolvimento sustentável; promover ações para garantir a distribuição e utilização do uso do solo e da geração de renda.

Em relação ao papel das cidades, estas têm de ser repensadas no âmbito de sua relação com o espaço rural circundante, em uma reconstrução das relações campo-cidade.

2.2.2 - Indiana: uma pequena cidade

A cidade é um objeto muito complexo, pois são assentamentos humanos extremamente diversificados no que se refere às atividades desenvolvidas neste espaço.

Entender o papel da cidade de Indiana mostra-se como tarefa pertinente, pois aponta para a teia de relações estabelecidas entre a produção familiar e os demais atores sociais. As relações entre o campo e a cidade mostram-se a cada dia mais intenso em virtude do crescente “encontro” de modos e valores urbanos com a vida no campo e vice-versa.

A cidade de Indiana apresenta-se como uma referência para a população rural do Município no que se refere à educação, já que a maioria das crianças e jovens do campo desloca-se todo dia para a cidade para estudar, e para o comércio do núcleo urbano, pois as compras são realizadas, em geral, semanalmente.

A cidade representa uma forma de uso do espaço que se expressa em práticas sociais e conteúdos específicos, sendo resultado do processo de reprodução do espaço e da própria sociedade (BERNARDELLI, 2004).

A marca do processo de urbanização são as cidades metropolitanas, vistas como exemplos de progresso e concentradoras das atividades econômicas, com acesso a bens e serviços de toda natureza, ou seja, quando pensamos em cidades, logo vem à mente a cidade de São Paulo.

Os estudos referentes às cidades pequenas esbarram, por exemplo, na questão, ainda muito polêmica e criticada por vários estudiosos²⁴ da delimitação do que pode ser considerada uma pequena cidade.

Monbeig (1957) apresenta outras questões pertinentes às pequenas cidades, ou como ele denomina as "cidades do interior", cidades em que as atividades ligadas à agropecuária são o elemento propulsor da economia, como: em que medida a população urbana encontra suplemento de renda, em certas estações, nos trabalhos rurais? Essa questão merece destaque para a compreensão dos reais papéis e funções desempenhados por estas aglomerações urbanas.

O IBGE tem o seguinte critério para a definição do que sejam as áreas urbanas:

Na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais) às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos (IBGE, 1996).

Santos (1981) trata da urbanização brasileira, caracterizando-a pela presença de pequenas cidades perfeitamente adaptadas à economia rural predominante.

As estatísticas internacionais estabeleceram um marco de 20.000 habitantes para esse tipo de cidade, mas isso, no entanto, não significa grande coisa, visto como um marco numérico é sempre artificial; os marcos reais são os funcionais; isto porque só a partir de um certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define (SANTOS, 1981, p.15).

Outro aspecto importante para o estudo das pequenas cidades é a verificação da taxa de crescimento. Por meio do crescimento ou não desses pequenos aglomerados, pode-se distinguir os diversos tipos de pequenas cidades. Entretanto, as cidades pequenas devem ser analisadas caso a caso e apontados os fatores determinantes, as características da população e o contexto em que elas se inserem. Santos (1981) denomina as pequenas cidades de "cidadezinhas"

A cidadezinha constitui a *célula - mater* que atende às necessidades de uma população; tais necessidades variam em função da densidade demográfica, das

²⁴ Pode-se destacar: VEIGA, J. E. *et al.* O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. NEAD, Série Textos para discussão, n.1, ago. de 2001. In:<<<http://www.nead.gov.br>>>.

comunicações e da economia da região, bem como do comportamento sócio-econômico de seus habitantes (SANTOS, 1981, p.15).

A definição de pequena cidade parece, mas não é de fato uma tarefa das mais simples, já que vários critérios podem ser adotados para isso, tais como: o número de habitantes²⁵, a densidade populacional, a dinâmica das atividades urbanas, o modo de vida dos habitantes e o contexto regional em que a cidade se insere.

As especificidades existentes entre essas pequenas cidades devem ser entendidas no contexto da dinâmica regional, ou seja, no nível de desenvolvimento da região na qual estão inseridas. A relevância de determinadas atividades econômicas nestas cidades está relacionada ao papel que as regiões em que estão localizadas exercem no processo de divisão territorial do trabalho, tanto em escala nacional quanto internacional. Isso quer dizer que uma pequena cidade na região sudoeste de São Paulo tem certas singularidades, ou seja, apresenta processos sócio-econômicos diferentes de uma cidade do mesmo porte localizada próxima à capital desse estado.

Para desvendar essa realidade sócio-espacial, existe a necessidade da reflexão sobre as formas de reprodução do capital que se expressa nas contradições inerentes à sociedade de classes e que acarretam profundas alterações no espaço.

Essas transformações implicam em mudanças nas cidades, sendo caracterizadas por novas formas espaciais.

Novas formas espaciais e funções são produzidas, redefinindo o conteúdo da urbanização. Isso leva, tendencialmente, à produção de inúmeras representações da cidade, que não se definem, tão somente, pelo nível cultural e econômico dos habitantes, mas também decorrem do lugar que ocupam, espacial e socialmente, e no qual vivem, ou seja, o conteúdo do espaço no qual estão inseridos e em que tecem suas relações sociais, assim como suas práticas espaciais (BERNADELLI, 2004, p.274).

No Estado de São Paulo existe uma rede urbana bastante densa. Grande parte dos municípios é originária muito mais de interesses políticos locais, do que em função de apresentarem um conjunto de papéis e atividades propriamente urbanas (BERNARDELLI, 2004).

Com as transformações mais intensas ocorridas no processo de urbanização que se deu no Brasil principalmente a partir de meados do século XX, têm-se alterações na rede urbana que

²⁵ O critério do tamanho demográfico é um dos mais utilizados em nível internacional, tanto pela possibilidade de permitir as comparações, quanto pela simplicidade na obtenção de dados. Por outro lado, definir a cidade segundo um único critério, através de um patamar numérico, pode levar à simplificação da realidade.

resultam na concentração de papéis urbanos em algumas cidades em detrimento da perda de papéis das cidades pequenas.

Esse fato aparece com expressividade no caso de Indiana, pois devido à inexistência de muitas atividades econômicas e produtivas, sua população recorre à cidade de Presidente Prudente devido à proximidade e por polarizar uma série de atividades e/ou funções urbanas importantes.

Ainda segundo Bernardelli (2004), para se entender os papéis urbanos das pequenas cidades é necessário entendê-la no contexto da urbanização brasileira e enquanto parte do conjunto de cidades constituintes da rede urbana paulista.

Significa, portanto, compreender que na rede urbana coexistem cidades de diversos tamanhos e importâncias (metrópoles, centros regionais, centros locais) que desempenham papéis diferenciados, sendo a articulação entre as cidades, e entre estas e outras regiões, inclusive internacionais, é medida pela divisão territorial do trabalho (BERNARDELLI, 2004, p.235).

A reflexão sobre os papéis da cidade de Indiana deve ser engendrada no contexto da região na qual esta se insere. O Município de Indiana está localizado na porção sudoeste do Estado de São Paulo, compreendendo a região que é classificada pelo IBGE como Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

A cidade de Presidente Prudente exerce importante papel no contexto da rede urbana, ou seja, centraliza funções e polariza as atividades econômicas, agindo como centro de atração da população das pequenas cidades da região.

A influência da cidade de Presidente Prudente no contexto das pequenas cidades do sudoeste do Estado de São Paulo está relacionada à gama de atividades oferecidas por ela, com uma ampla variedade de serviços e produtos nos setores do comércio, saúde, educação e prestação de serviços.

Assim, Presidente Prudente reforça sua centralidade através de seus papéis urbanos; já as pequenas cidades da região, como Indiana, apresentam perda de centralidade e de papéis, tornando-se apenas o lugar de moradia para um contingente populacional formado por pessoas que buscam trabalho nas atividades agropecuárias ou em outras cidades da região e, principalmente em Presidente Prudente.

O entendimento do que permeia a perda de funções da cidade de Indiana deve ser engendrado no desenvolvimento atual dos meios de transporte e de comunicações, que aumentam

os fluxos intrarregionais. Desse modo, a facilidade, a rapidez e o baixo custo no acesso à cidade de Presidente Prudente, que se localiza a aproximadamente 16 quilômetros da cidade de Indiana, ajuda a explicar a busca de muitos serviços e produtos naquela cidade.

Atualmente, a economia do Município de Indiana tem sua base nas atividades agropecuárias, sendo importantes também, as fábricas de bolsas e malas e as cerâmicas para a dinâmica econômica. Porém, essas atividades não conseguem oferecer empregos a toda a população do município, que busca oportunidades de trabalho em outras cidades da região, principalmente em Presidente Prudente. Este fato comprova-se todos os dias de manhã, quando pode se observar a grande quantidade de pessoas do município que dirigem-se para Presidente Prudente para trabalhar, estudar ou à procura de emprego.

Wanderley (2001)²⁶ constata que muitas das pequenas cidades, consideradas urbanas pelo IBGE, conhecem uma experiência urbana, freqüentemente frágil e precária, ressaltando a necessidade e a importância de se compreender o significado destas pequenas aglomerações.

Sobre a presença ou não dos papéis urbanos nas pequenas cidades, Wanderley (2001) destaca alguns pontos relevantes para a reflexão:

- em muitas cidades pequenas, a proporção das pessoas que vivem nas áreas urbanas e trabalham no meio rural é bastante significativa, acarretando uma grande integração entre a população urbana e rural do município;
- o espaço das pequenas cidades está impregnado pelas "qualidades" do meio rural, ou seja, povoamento reduzido, predominância de paisagens naturais e das relações sociais de interconhecimento.

Nesse contexto, merece destacar que a pequena cidade exerce funções urbanas importantes, como a religiosa, já que reúne grande parte de sua população nas missas e cultos, com a religiosidade aparecendo como elemento muito importante na caracterização da população local, diferentemente do que ocorre nos grandes centros urbanos.

A pequena cidade destaca-se também pela sua função política e comercial. A função política é importante, pois a cidade é o espaço central do poder municipal, concentrando as atividades administrativas, que também organizam e centralizam as atividades econômicas e sócio-políticas do município do qual faz parte, expressando a referência à identidade local. E a

²⁶ A autora realizou seu estudo sobre as pequenas cidades no Estado de Pernambuco.

função comercial se dá pelo espaço destinado as lojas – localizadas principalmente na rua principal - que aglutinam as atividades comerciais e de prestação de serviços.

Brumer e Wanderley (1993, p.180) afirmam que

A cidade (ou “município”), sede da comunidade preenche não somente suas funções propriamente urbanas, mas também outras funções de caráter indiscutível rural. Se a cidade encarna o Estado e a grande sociedade (a sociedade como um todo), na medida em que abriga os serviços administrativos e burocráticos relativos ao exercício dos direitos e dos deveres dos cidadãos, integra também a sociedade rural, pois as atividades que se desenvolvem nela estão intimamente associadas à agricultura e à vida social da população rural.

Indiana, mesmo que não ofereça todas as funções urbanas que uma cidade pode desempenhar, não pode ser entendida, devido à complexidade de relações desse espaço, como parte do espaço rural. Ou seja, Indiana é uma pequena cidade que apresenta papéis específicos e se insere na sociedade urbana como um todo.

Como observa Carlos (2003, p.16),

[...] a sociedade atual contemporânea aparece como sociedade urbana em constituição, o que significa que, ao mesmo tempo em que caracteriza uma realidade concreta, também sinaliza uma tendência, a possibilidade de sua realização. Nessa perspectiva, o urbano aparece como realidade mundial, ultrapassando realidades e conceitos parciais. A prática urbana em sua totalidade, no plano mais amplo, aquele da reprodução das relações sociais, é uma pista importante para entender a cidade em sua totalidade.

As pequenas cidades não estão desarticuladas da rede urbana, elas são partes de uma totalidade, se integrando ao todo de acordo com os diferentes papéis que lhe são determinados. Os papéis urbanos desempenhados referenciam-se na divisão técnica, social e territorial do trabalho e devem ser entendidos como parte integrante do processo de urbanização (BERNARDELLI, 2004).

Uma forma possível de se entender a constituição de uma sociedade urbana pode se dar pelas novas relações entre cidade e campo.

Bernardelli (2004) analisa que a constituição de uma sociedade urbana não indica o desaparecimento do campo nem a extensão da urbanização por todo o mundo, mas que

[...] a superação da divisão entre cidade e campo se estabelece pela ampliação do conhecimento técnico-científico, a partir da incorporação ao segundo de novos sistemas de produção e tecnologia produzidas na primeira, bem como no modo de vida. Assim, as relações cidade e campo, ou seja, as relações sociais travadas a partir desses espaços, fazem-se em novos termos, ou seja, tanto a agricultura quanto a indústria são transformadas, novas formas e novos conteúdos são

reproduzidos (BERNARDELLI, 2004, p.239).

Essas duas entidades espaciais: cidade e campo, não podem ser entendidas de maneira separada, apesar de suas especificidades. No campo, o conjunto das permanências é mais predominante do que o das transformações e o tempo se relaciona muito mais ao da natureza. Já a cidade apresenta a sociedade urbana, cujas transformações são mais predominantes que as permanências, ocorrendo uma separação entre tempo e espaço.

Lefebvre (1969) entende a relação entre o campo e a cidade através da expansão do sistema de objetos e valores da sociedade urbana para a rural, mas sem o desaparecimento total dessa relação.

A relação “urbanidade – ruralidade”, portanto não desaparece; pelo contrário: intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados. Interfere com outras representações e com outras relações reais: cidade e campo, natureza e facticidade [...] (LEFEBVRE, 1969, p.17).

Na relação entre cidade e campo é necessário esclarecer que são duas realidades materiais diferentes, sendo que o rural e o urbano são modos de vida, valores, comportamentos, práticas e condutas. Assim, o campo não acabará, mas será a cada dia mais influenciado por valores da sociedade urbana, caracterizada pelo consumo e pelo tempo urbano.

Entretanto, apesar de apresentar papéis urbanos bastante restritos, o espaço das pequenas cidades comporta uma multiplicidade de relações, desempenhando papéis religiosos, políticos e comerciais; mesmo que sejam básicos e destinados apenas à parte dos seus habitantes.

No que se refere à produção familiar, a cidade de Indiana apresenta-se como ponto de apoio para as atividades na agropecuária, pois nela existe a possibilidade de comercialização da produção nos mercados, na feira e no comércio de “porta em porta”, no qual os produtores vendem sua produção²⁷ na rua, visitando principalmente conhecidos e pessoas que estão acostumadas a comprar seus produtos há muitos anos. A cidade pequena, na qual as pessoas se conhecem e tem entre si laços de amizade, colabora na comercialização da produção e para a permanência dos produtores no meio rural.

2.2.3 – As instâncias de Poder local no Município de Indiana.

²⁷ Esses produtos baseiam principalmente em frutas, legumes, doces e queijos.

Esse item do trabalho foi elaborado com base nas leituras realizadas sobre a temática aliadas às informações coletadas por meio da aplicação dos roteiros de entrevista junto às várias instâncias de poder local, materializadas pelos técnicos e responsáveis da Prefeitura Municipal de Indiana, da Casa da Agricultura, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Associação de Produtores Rurais do Bairro Sete Copas de Indiana.

Hespanhol e Hespanhol (2004, p.5) destacam a importância das instâncias de poder local, no âmbito da descentralização político-administrativa:

A partir da descentralização das ações na agricultura no Estado de São Paulo, o desenvolvimento rural passou a depender dos agentes presentes nos próprios municípios e regiões, tais como Secretaria Municipal de Agricultura ou Departamento Agrícola; sindicatos de proprietários rurais, sindicatos de trabalhadores rurais; cooperativas e associações de produtores rurais; empresários do setor agroindustrial; organizações não governamentais; universidades; enfim, de representantes dos vários setores que, direta ou indiretamente, têm interesses e/ou atuação na agropecuária.

As informações obtidas nas várias instâncias de poder local foram importantes para termos uma idéia geral de como se encontra, do ponto de vista do município, as articulações da produção familiar com as instâncias do poder local.

Hespanhol e Noronha (2004, p.66) destacam a importância da esfera do poder local para a dinamização da atividade agropecuária:

Isso porque, considerando as particularidades desta atividade, a atuação e a participação de diferentes agentes sociais na criação/efetivação de políticas, podem se tornar amplamente favoráveis, uma vez que tendem a reduzir a exclusão política, econômica e social de segmentos historicamente marginalizados, como é o caso dos pequenos produtores rurais, e viabilizar a participação da comunidade local na criação de alternativas e estratégias de desenvolvimento.

Nesse sentido, será apresentada a situação vivenciada pelas principais instâncias envolvidas nesse processo que deveria culminar em um projeto de desenvolvimento territorial no Município de Indiana. Observa-se, no entanto, que essas instâncias não cumprem seu papel, no sentido de promover melhores condições de produção e de vida para os produtores rurais.

No município de Indiana, as instâncias de poder local limitam-se à atuação formal, já que sua existência apresenta-se como condição necessária para o acesso a programas do governo federal e estadual, ao acesso ao crédito etc.

2.2.4 - A Prefeitura Municipal de Indiana e o seu papel no Desenvolvimento Rural do Município.

O Município de Indiana, como os demais pequenos municípios brasileiros que têm sua base social e econômica na agricultura, enfrenta uma grave crise. Essa crise que se apresenta no âmbito do município é um reflexo da crise de um modelo de desenvolvimento²⁸ adotado pelo Estado brasileiro em relação ao setor agrícola. De acordo com relatório do DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais):

Quando falamos em crise do modelo de desenvolvimento, estamos nos referindo ao conjunto de idéias que hegemonizaram e determinaram as ações governamentais ao longo das últimas décadas. Políticas que estimularam um desenvolvimento, cujos pressupostos básicos eram a centralização urbana e industrial; e o papel marginal dos pequenos municípios no desenvolvimento do setor industrial, sendo estes sustentados basicamente pela agricultura que também assumiu um papel secundário (DESER, 1997, p.06).

Outra questão importante ligada aos pequenos municípios é a situação vivenciada pelas prefeituras, que na grande maioria dos casos, dispõe de poucos recursos econômicos, sendo que algumas vezes são mal utilizados e aplicados de maneira assistencialista, clientelista e até para fins eleitoreiros. Parte dos administradores municipais dificilmente consegue resultados positivos sustentáveis, já que suas ações apenas mascaram os problemas e os mantêm no poder ou garantem a eleição do seu sucessor.

A situação enfrentada pela Prefeitura Municipal de Indiana deve ser entendida no contexto do processo de descentralização político-administrativa do Estado brasileiro desencadeado a partir da Constituição de 1988.

Uma das grandes expectativas em torno da descentralização baseia-se no anseio de que ela pode levar a uma maior participação da população nas decisões que afetam diretamente a sua

²⁸ Antes de se pensar em políticas ou ações que promovam o desenvolvimento, é importante ressaltar a questão do significado da palavra desenvolvimento, já que o termo é freqüentemente confundido com crescimento econômico. O prêmio Nobel de economia de 1993, Amartya Sen (2000) define o desenvolvimento como o processo de ampliação das capacidades dos indivíduos fazerem escolhas. Assim, essa definição não se concentra em indicadores econômicos, mas na ampliação do horizonte social da vida das pessoas, sendo que a base material é vista como um meio e não como um fim no processo de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2001).

realidade. Nesse contexto, Castro (1991, p.86) explica que

[...] embora descentralização não seja sinônimo de participação, as estruturas descentralizadas podem estimular diversas formas de participação cidadã. Com os novos dispositivos constitucionais que prevêem a criação de conselhos municipais em quase todas as áreas de intervenção setorial, os quais deverão se integrar no âmbito da formulação e da gestão do Plano Diretor, é possível imaginar o surgimento de novos mecanismos de representação.

Limana (1999, p.03) ressalta a importância da descentralização para a sociedade local, através do uso eficiente dos recursos de acordo com as necessidades locais, afirmando que

Desta forma, não é difícil para os cidadãos perceberem que se as prioridades nos investimentos dos recursos públicos e o acompanhamento da execução de tais ações fossem definidas pela população diretamente envolvida, os resultados seriam diversos, pois, mesmo mudando os governos, não mudariam as prioridades locais, mantendo uma linha de continuidade e, desta forma, evitando o desperdício de obras inacabadas. É fácil constatar que quando as ações são definidas por simples técnicos, distanciados dos problemas, na capital administrativa, nem sempre dispõe das informações e todas as providências necessárias, contam com o retardo decorrente de ajustes que sempre se fazem necessários neste tipo de ação.

Porém, apesar do processo de municipalização ter sido realmente implementado no Brasil a partir da Constituição de 1988, alguns problemas em relação à descentralização foram ressaltados pelo relatório elaborado pelo DESER (1997), quais sejam:

Os princípios básicos que orientam as administrações municipais ainda hoje são fortemente influenciados por uma lógica clientelista e altamente subordinada aos interesses das oligarquias locais. O papel dos governos municipais era extremamente limitado, restringindo-se suas responsabilidades pelas pequenas obras de infra-estrutura, conservação de ruas e estradas, praças, etc, ou de políticas assistencialistas. Pouco se discutia sobre o papel dos governos municipais na implementação de políticas de desenvolvimento econômico e social (DESER, 1997, p.03).

Dessa forma, apesar dos municípios terem de assumir competências que antes eram de responsabilidade dos governos estadual e federal, muitos dos problemas existentes são resultantes da má gestão dos recursos públicos, seja em virtude da falta de formação técnica dos seus representantes, da sua ineficiência administrativa e/ou do privilegiamento de alguns segmentos produtivos e interesses pessoais em detrimento do coletivo, e que levam ao endividamento e à precária situação financeira das prefeituras.

Os problemas relacionados com a descentralização político-administrativa, tais como a má

gestão pública e o desinteresse da maioria da população em participar de conselhos e associações, devem ser entendidos no contexto de extrema centralização que marcou a história da administração pública brasileira.

Em entrevista com o atual prefeito do Município de Indiana, o Sr. Salvador Roberval Pereira (2000-2007), este explicou que nesta localidade o processo de descentralização²⁹ atingiu apenas as áreas da Saúde e da Agropecuária, com a conseqüente municipalização dos serviços prestados pelo Posto de Saúde e pela Casa da Agricultura.

Nesse sentido, com a municipalização da Casa da Agricultura, o prefeito avalia que a assistência técnica tem sido prejudicada devido à falta de contratação por concurso público de um engenheiro agrônomo para prestar os serviços necessários aos produtores rurais de maneira continuada. O prefeito relata que os produtores contaram com os serviços técnicos municipais em todo o ano de 2002, porém, em 2003, os produtores ficaram sem qualquer assistência técnica da Casa da Agricultura devido à ausência de contratação do engenheiro agrônomo. Nos anos de 2004 e 2005 os produtores rurais do Município contaram novamente com assistência técnica.

Mesmo sendo a atividade agropecuária de grande importância para a economia do município, não existe uma Secretaria de Agricultura nesta localidade devido à falta de recursos públicos. Segundo o prefeito, o orçamento anual da prefeitura de Indiana é de R\$2.835.000,00, sendo insuficiente para atender muitos problemas enfrentados pelo município.

No Município de Indiana existe apenas uma secretaria, que é a da Educação. Nesse sentido, a inexistência de uma Secretaria de Agricultura foi explicada pelo prefeito pela ausência de recursos financeiros, sendo que as decisões referentes às atividades agropecuárias e a população rural como um todo, são tomadas em conjunto pelo presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural, pela Casa da Agricultura e, por ele próprio, o prefeito do município.

A ausência de recursos nas prefeituras, principalmente dos pequenos municípios relaciona-se ao processo de descentralização, que transferiu responsabilidades e competências sem o correspondente suporte financeiro e de capacidade de gestão (DESER, 1997).

Assim, a principal atividade de Indiana, que dinamiza a economia do Município, ou seja, a agropecuária, não pode contar com uma secretaria que congregue pessoas que se preocupem com essa atividade, ao mesmo tempo em que somem forças e esforços para apresentar alternativas em

²⁹ No Brasil, o processo de descentralização deu-se através de uma reforma na política fiscal, com a instituição do Fundo de Participação dos Municípios e, através da transferência para os municípios de competências que antes eram coordenadas nas esferas estadual e federal (DESER, 1997).

termos de solução para os problemas locais enfrentados pelos produtores rurais, tais como a necessidade de assistência técnica de qualidade, formas de comercialização da produção, ausência de capacitação técnica, estradas vicinais em precárias condições de tráfego etc.

Para se alcançar o desenvolvimento³⁰ é necessário ações concretas que levem à melhor distribuição de renda e, conseqüentemente, à melhor qualidade de vida da população rural, ao invés de medidas assistencialistas, que são incapazes de gerar renda e emprego.

No município de Indiana, conforme ressalta o prefeito, existem três (3) Conselhos Municipais de Desenvolvimento: da Educação, da Saúde e Rural. Porém, ele não soube informar o nível de participação dos representantes nos conselhos. Cabe salientar que durante a entrevista, o prefeito não se recordava sequer do nome do presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Este fato nos remete a pensar sobre a importância dada pelo atual prefeito ao espaço rural e aos produtores rurais do Município de Indiana.

O prefeito afirmou também não conhecer em detalhes o funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Entretanto, salientou que o Conselho Municipal de Saúde apresenta resultados satisfatórios nos níveis de participação dos representantes.

Desta forma, o que realmente deveria ocorrer nos municípios e, em particular no caso de Indiana, é uma administração organizada, que garantisse a participação da sociedade ou de seus representantes em todos os debates, pois é ela que deve apontar quais as prioridades e como os recursos devem ser aplicados, resultando numa gestão que fosse comprometida com todos os segmentos da sociedade local.

Nesse sentido é necessário que um plano de desenvolvimento seja um protocolo de práticas que materializam a ambição de uma comunidade a respeito de seu território. O desenvolvimento local passa pela redução da estagnação e ampliação da dinamicidade dos municípios.

Para que o processo de desenvolvimento se dê em uma esfera municipal e que tenha sustentação a longo prazo, é necessário que se leve em consideração as potencialidades do local. Como na maioria dos municípios brasileiros e, também no caso de Indiana, a agricultura é a principal força geradora de renda, por isso, a importância de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural que contemple as reivindicações dos agricultores de uma forma geral e,

³⁰ O desenvolvimento só pode corresponder, segundo Veiga (2001), à ampliação das possibilidades de escolha, sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem dos direitos, da liberdade e de fatores sócio-culturais, como saúde, educação etc.

particularmente, dos agricultores familiares.

No Município de Indiana foi elaborado em 2001 um plano municipal de desenvolvimento rural, que apresenta como principais objetivos: aumentar a renda familiar dos produtores; melhorar a qualidade de vida dos produtores promovendo a recuperação dos recursos naturais; incentivar e capacitar os produtores para a ampliação e diversificação das atividades agropecuárias.

Entretanto, é necessário que o plano tenha sido elaborado de forma democrática e popular, que seja o resultado de um debate sobre as principais potencialidades e deficiências no âmbito do espaço rural, e não como uma simples exigência legal para a obtenção de recursos para o setor agropecuário de forma geral, como é o caso que se apresenta no Município de Indiana.

2.2.5 – O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

A primeira missão de um conselho de desenvolvimento rural consiste em lutar contra a crença fatalista vigente na opinião brasileira que os termos rural e desenvolvimento são antagônicos. O maior desafio dos conselhos é descobrir os potenciais de geração de renda existentes em um determinado território, que vão muito além do crescimento estritamente agropecuário (ABRAMOVAY, 2001).

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Indiana foi instituído em 1997, sendo atualmente composto por: Almir Kunh (presidente), Ivanito Mative (vice-presidente); Mario Luiz Madia (fiscal) (representando os produtores rurais); Mauro da Sanção Lopes (representando a Associação de Produtores Rurais de Indiana); Denis Cachefo (representando a Prefeitura Municipal); e, Antonio Carlos Cesário (representando a Casa da Agricultura).

Desta forma, a composição do conselho busca representar todos os setores ligados à sociedade rural do Município de Indiana. O tempo de mandato dos membros do conselho é de dois (2) anos e as reuniões são realizadas mensalmente.

Segundo Favareto et al. (2002, p.19) a primeira crítica aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural baseia-se no fato deles só se constituírem “[...] por ser uma exigência para o acesso aos recursos do Pronaf/Infra-estrutura, o que, por sua vez, seria o elemento detonador de uma série de vícios e limites que restringiriam enormemente a eficácia desses mecanismos de gestão social”.

Em entrevista realizada com o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento

Rural, o produtor rural Almir Kunh, este destacou que o objetivo maior do conselho é o de buscar uma melhor qualidade de vida para os produtores rurais, integrando os poderes executivo e legislativo para trabalhar em conjunto na busca do desenvolvimento rural. Outra meta importante é a procura de parcerias com o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural, já que um trabalho realizado além dos limites municipais consegue atingir resultados mais abrangentes e significativos.

O presidente do conselho ressaltou que, com a maior participação de representantes da associação de produtores do município³¹ nas reuniões, instalou-se entre os membros uma energia maior para o trabalho na busca de amenizar os problemas enfrentados pelos produtores rurais, principalmente em relação à falta de assistência técnica, já que a solução para este e outros problemas identificados passaram a ser reivindicados diretamente pelo presidente da associação de produtores, fazendo com que se discutisse e se buscasse coletivamente alternativas para resolvê-los.

Entretanto, o presidente destaca que o conselho enfrenta muitas dificuldades, sendo que a principal delas refere-se à tentativa de conseguir reunir todos os membros para a realização das reuniões, o que expressa a falta de vontade de alguns participantes, pois é a partir das reuniões do conselho que decisões extremamente relevantes ao meio rural podem ser tomadas visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas que nele vivem; de fato, este desejo de melhora não é contemplado no conselho.

Em relação à expectativa dos produtores rurais, Almir Kunh considera muito pequena. Segundo ele, nos primeiros meses a partir da composição do conselho, existiu uma grande expectativa por parte de alguns produtores; entretanto, depois de algum tempo, passaram a participar das reuniões apenas seus membros. O presidente do conselho destaca que a população é convidada a participar, porém como não tem direito de voto para a tomada de decisões, acaba ficando desestimulada. O entrevistado afirma também que não existe divulgação para a população da existência do conselho e, sobretudo, do seu papel e das suas atividades e ações.

Essas informações sobre o patamar de participação da população refletem as expectativas da população do município, já que a maioria desta não sabe da existência do conselho e nem de suas funções e objetivos.

O ponto mais relevante da existência dos conselhos de desenvolvimento, ou seja, a

³¹ Associação de Produtores Rurais do Bairro Sete Copas de Indiana.

discussão sobre os problemas e a busca de alternativas, a tomada de decisões e a procura de soluções para as dificuldades mais diretas dos agricultores, não pode ser percebida no Município de Indiana, no qual o Conselho existe apenas para cumprir a exigência formal, que obriga a existência destes em todos os municípios.

2.2.6 - A Atuação da Casa da Agricultura de Indiana

Em entrevista realizada com o engenheiros agrônomo Antonio Carlos Cesário³² e Márcia Regina Vivan³³ foi explicada a dinâmica e o funcionamento das atividades da Casa da Agricultura do Município de Indiana.

Os serviços prestados pela Casa da Agricultura são de responsabilidade da prefeitura municipal. Sobre isso, Hespanhol e Hespanhol (2004, p.4) salientam que

[...] o governo do Estado de São Paulo passou a promover a partir do início dos anos 1990 a descentralização da estrutura de assistência técnica, materializada pela presença das Casas da Agricultura na maioria dos 645 municípios paulistas, as quais tiveram sua administração e seu funcionamento repassados às prefeituras.

Além de desenvolver alguns projetos do governo federal e estadual, como o FEAP (Programa de Expansão da Agropecuária e da Pesca do Estado de São Paulo) e o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, a Casa da Agricultura comercializa sementes com os produtores rurais e fornece dados e subsídios para o IEA - Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e para o Ministério da Agricultura.

Em relação ao Programa de Microbacias, Hespanhol (2005, p.01) destaca que:

O Programa de Microbacias Hidrográficas [...] vem sendo executado no Estado de São Paulo desde o ano 2000, com financiamento parcial do Banco Mundial. Os princípios e diretrizes gerais do programa são muito avançados, no entanto tem havido muitos problemas no momento da operacionalização dos projetos.

No Município de Indiana, as atividades do programa estão sendo realizadas em três (3) Microbacias Hidrográficas: a do Córrego Santa Maria, a do Córrego Novo Destino I e a do Córrego Novo Destino II, como se observa na figura 3.

³² Contratado pela CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), que tem maior atuação na parte de engenharia, elaboração e verificação de cartas.

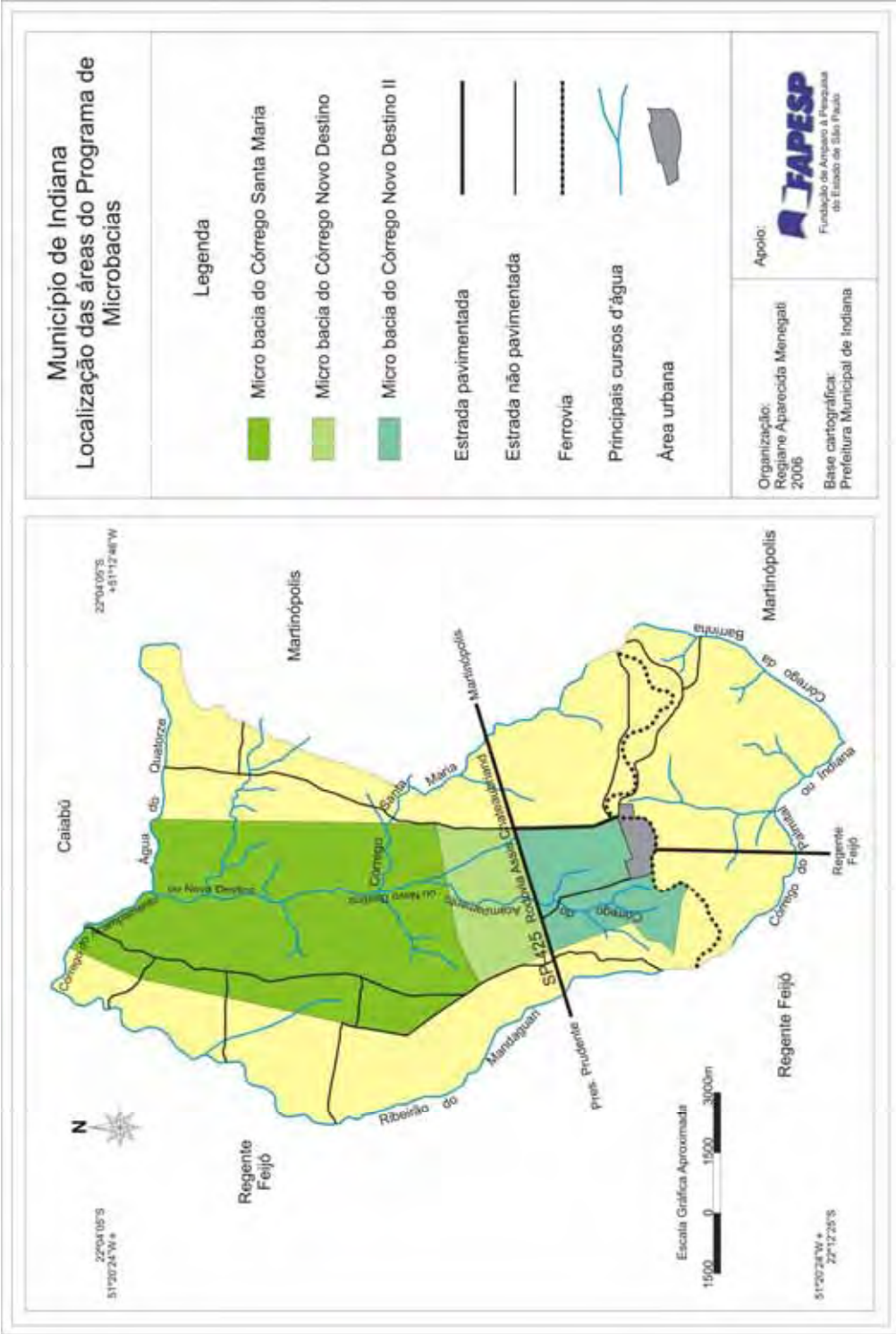
³³ Engenheira Agrônoma contratada pelo Município e que atua no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

A Microbacia do Córrego Santa Maria corresponde principalmente ao Bairro Sete Copas, abrangendo uma área de 2685,12 ha, que compreende 60 propriedades rurais, das quais 78% têm até 50 ha.

No Córrego Novo Destino I houve também a implantação do programa de microbacias. Nessa microbacia, que compreende uma área de 966 hectares, abarcando parte do Bairro Sete Copas, existem 22 propriedades rurais, em sua maioria, pequenas com estrato de área de até 50 ha.

Na Microbacia do Córrego Novo Destino II, as ações encontram-se ainda em implantação, abarcando uma área de 1.103 ha. Essa microbacia compreende os Bairros Rurais Novo Destino e São Jorge, num total de 53 propriedades, das quais 92 % têm até 50 ha.

Figura 3: Localização das áreas do Programa de Microbacias Hidrográficas no Município de Indiana



No total, o Programa de Microbacias no Município de Indiana abrange 135 propriedades, sendo que 97% destas são consideradas pequenas e médias em termos de tamanho, estando no estrato de área de até 100 ha.

Hespanhol e Hespanhol (2004, p. 5) destacam que para a implementação do Programa de Microbacias, o município deve contemplar as seguintes exigências:

a) ter aderido ao processo de municipalização da agricultura; b) constituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; c) elaborado o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural; e, d) estejam em dia com as suas contas perante o governo estadual.

Segundo os técnicos responsáveis pela operacionalização do programa no Município de Indiana, dentre as ações que estão sendo implementadas destacam-se: a recuperação de voçorocas, a distribuição de mudas de mata ciliar, a adequação das estradas rurais e a aquisição de abastecedor comunitário.

Dentre os problemas verificados no Programa no âmbito do município, destacam-se a falta de continuidade das ações e dos trabalhos implementados, já que nesta localidade o programa desenvolveu suas atividades entre 2000-2005 e, nesse período, contou-se com a passagem de três engenheiros agrônomos com formas de trabalho bastante diferenciadas, o que implicou na descontinuidade das ações e projetos.

Um ponto importante para a compreensão do papel da Casa da Agricultura junto aos produtores familiares do Município baseia-se no fato de que os serviços de assistência técnica prestados restringem-se ao Programa Estadual de Microbacias, ou seja, os serviços prestados limitam-se às unidades produtivas que se encontram localizadas dentro das microbacias abrangidas pelo programa. Portanto, a Casa da Agricultura também não oferece nenhum tipo de serviço específico aos agricultores familiares.

Nesse sentido, a problemática central reside no fato de que apenas as propriedades localizadas dentro dos limites de atuação programa de microbacias recebem assistência técnica e são beneficiadas pelas demais ações implantadas. Assim, tomando como exemplo as propriedades de até 100 hectares, eleitas como objeto de análise na presente pesquisa, tem-se que as propriedades inseridas no programa somam 125, representando 48,8 % do total de propriedades nesse estrato de área.

As demais propriedades com área até 100 ha que estão fora da área (microbacia) de abrangência do programa, que somam 131, representando 51,2% do total desse estrato de área, não

contam com assistência técnica ou qualquer outra ação de iniciativa da Casa da Agricultura do município. Isso se deve ao fato de que apenas os produtores com propriedades localizadas nas microbacias selecionadas pelo Programa recebem a assistência técnica prestada pela Casa da Agricultura do Município de Indiana. Esse problema tem relação não apenas com a escala local – do município – mas também com a forma com que o Estado levou a municipalização das casas da agricultura no Estado de São Paulo, no sentido que repassou muitas competências, antes estaduais, sem o referente repasse de verbas para a sua execução.

2.2.7 - Associação de Produtores Rurais do Bairro Sete Copas de Indiana

No Município de Indiana existe apenas uma associação de produtores rurais, a Associação de Produtores do Bairro Sete Copas, que foi fundada em 1992. Esta associação está sediada no bairro rural Sete Copas, porém, como única associação existente, tem abrangência (atuação) municipal, ou seja, todos os produtores rurais do município podem se associar.

Hespanhol e Costa (2001, p.79) ressaltam a relevância das associações de produtores que:

“[...] por estarem localizadas na própria comunidade, pressupõe a eliminação ou a diminuição de certas dificuldades (distância geográfica, entraves burocráticos, etc.) em termos de acesso, facilitando a participação, o controle e a representação dos interesses dos associados”.

Segundo o presidente da associação, o Sr. Mauro da Sanção Lopes, dentre os fatores importantes para a criação da associação, destacam-se: a busca de união entre os produtores rurais; o trabalho e a realização de compras e vendas em conjunto; e, a tentativa de resolver os problemas dos produtores do município, como as dificuldades de comercialização, por exemplo. A associação tem como principal objetivo contribuir para o bem estar e desenvolvimento dos produtores rurais do Município de Indiana.

A associação contava em 2006 com trinta (30) associados e oferecia os seguintes benefícios: locação de máquinas (trator e implementos), trator roçadeira, grade niveladora, arado; compra comunitária de insumos; e, organizava uma feira de comercialização de hortifrutigranjeiros no município, que é realizada semanalmente (aos sábados) na Praça da Matriz (centro) de Indiana.

As reuniões dos produtores associados são realizadas, mensalmente, na Escola Municipal Guilherme Kunh, localizada no bairro Sete Copas.

Hespanhol e Costa (2001) destacam que a organização dos produtores em associações tem sido uma estratégia adotada pelos produtores rurais, principalmente no caso daqueles com área inferior a 100 hectares, para enfrentar o processo de descapitalização a que estão sendo submetidos e outras dificuldades, tais como: os altos preços dos insumos químicos e equipamentos utilizados; os baixos preços recebidos na comercialização da produção etc.

Ainda segundo as autoras

As associações de produtores rurais são definidas como sociedade civis, sem fins lucrativos, que podem desempenhar funções tanto de representação de interesses dos agricultores junto a outras instâncias de poder, como de prestação de assistência social e serviços aos seus associados (HESPANHOL; COSTA, 2001, p.82).

Para a criação da associação, os produtores contaram com a colaboração da Prefeitura do município, através da orientação e disponibilidade de informações. Porém, segundo seu presidente, encontraram algumas dificuldades como a falta de união, a desconfiança e o pouco interesse de parte dos produtores do município.

Segundo o presidente da associação, atualmente as principais dificuldades encontradas para a continuidade das ações são a incompreensão dos associados frente aos problemas encontrados para a produção e a falta de determinação de alguns produtores na participação em decisões e nas ações em conjunto.

A exigência para que os produtores se tornem associados é produzir no município de Indiana, participar das reuniões que ocorrem toda a primeira segunda-feira de cada mês e pagar a quantia de R\$2,00 mensais a título de contribuição.

Os principais produtos cultivados pelos associados, que em sua maioria são pequenos e médios produtores rurais, são: milho, feijão, melância, hortaliças e frutas.

A associação tem um estatuto, no qual, por exemplo, faltas consecutivas nas reuniões resultam na saída do produtor da associação, o que na prática não é efetivamente aplicado. Também foi eleita pelos produtores uma diretoria, composta por produtores rurais que organizaram-se em: presidente, vice-presidente, dois secretários, dois tesoureiros e quatro fiscais.

Para os associados e suas famílias são efetuados cursos e palestras sobre temas gerais, tais como saúde da família e importância da educação, e a abordagem de assuntos mais específicos, como o manejo de solos. O presidente avalia como boa a participação dos produtores nas atividades desenvolvidas pela associação.

A Associação de Produtores do Bairro Sete Copas de Indiana tem vínculos com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Regente Feijó, pois o Município de Indiana não conta com um sindicato rural, sendo que muitos dos produtores da Associação também fazem parte deste Sindicato.

Após apresentarmos o panorama geral das instâncias representativas do poder local no Município de Indiana diretamente ligadas à atividade agropecuária, é necessário afirmar que as entendemos como importantes pontos de apoio para o fortalecimento da agricultura familiar³⁴, que no entanto não tem cumprido seu papel mobilizador e de representação dos produtores rurais.

O relatório da FAO/INCRA (1994) defende a promoção da agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento rural, já que segundo o mesmo, esta forma de produção apresenta um perfil essencialmente distributivo, melhor em termos sócio-cultural e mais adaptada a um modelo de sustentabilidade.

A opção pela agricultura familiar justifica-se por sua capacidade de geração de emprego (da família e de outros) e renda a baixo custo de investimento. A sua capacidade de retenção da população fora dos grandes centros urbanos é fator fundamental na construção de alternativas de desenvolvimento. Sua capacidade de produzir alimentos a menor custo e, potencialmente, com menores danos ambientais, impulsiona o crescimento de todo o entorno sócio-econômico local (SANTOS, 2001, p.229).

Cabe ressaltar que no Brasil uma proposta de desenvolvimento que privilegie a agricultura familiar, assim como ocorre nos países de capitalismo avançado, não se mostra como tarefa simples no contexto atual de expansão do capitalismo. Entretanto, apresenta-se como necessária a tentativa de construção de metas e objetivos operacionalizáveis para uma política que assegure melhor qualidade de vida aos agricultores familiares.

³⁴ Sob o ponto de vista da relação com a natureza, a unidade familiar é capaz de organizar a produção sob uma lógica que favorece o desenvolvimento de sistemas diversificados de produção agrícola, de ecossistemas mais equilibrados em relação ao consumo de energia e recursos não-renováveis e à preservação da flora e fauna nativas (BRANDENBURG, 1999, p.88-89). O desenvolvimento de uma agricultura que se diferencia da convencional não surge no vácuo, de forma espontânea e isoladamente. É preciso que haja condições objetivas para que isso se realize. De um lado, essas condições como desequilíbrio ambiental, intoxicações, endividamento, perda de autonomia, rompimento nas relações comunitárias, êxodo rural, foram dadas pelo processo de modernização, entendido como mudança da sua base técnica. [...] Por outro lado, para se implementar uma proposta alternativa, há que se construir condições que possibilitem o seu desenvolvimento. (BRANDENBURG, 1999, p.266).

III

A ESTRUTURA PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE INDIANA

Neste capítulo, objetivou-se caracterizar e analisar a estrutura produtiva do Município de Indiana, através da coleta, sistematização e análise de dados de fonte secundária obtidos junto às publicações dos Censos Agropecuários da FIBGE³⁵ no período entre os anos de 1970 e 1995/96 e do LUPA³⁶ (Levantamento de Unidades Produtivas do Estado de São Paulo) de 1995/96; buscou-se alguns indicadores para entender a estrutura produtiva do Município de Indiana³⁷.

A participação percentual do setor agropecuário na receita global do Município de Indiana em 2005 foi de aproximadamente 25%. Segundo dados da Casa da Agricultura, em 2005 a produção agropecuária do Município de Indiana gerou 700 empregos diretos. O valor bruto da produção agropecuária do município em 2003 foi de R\$3.934.166, 00.

A base agrícola do Município está estruturada no cultivo das lavouras de café, feijão, milho, melancia e hortifrutigranjeiros. No setor pecuário predomina o gado de corte e de leite. A maior parte da produção é comercializada com as cerealistas, frigoríficos, feiras e mercados da região.

Segundo a Engenheira Agrônoma da Casa de Agricultura de Indiana, Márcia Regina Vivan, os principais problemas enfrentados pelos produtores rurais do município são: necessidade de criação de novas fontes de renda; descapitalização; queda acentuada da produção de leite no período da seca; erosão do solo; plantio em época inadequada; comercialização da produção; preparo do solo inadequado; êxodo rural dos jovens desestimulados com o trabalho no campo; baixo nível cultural no que se refere à adoção de tecnologia disponível. No entanto, apesar da constatação desses problemas, nada tem sido feito de efetivo para solucioná-los.

³⁵ A FIBGE adota como unidade base para levantamento de dados o estabelecimento agropecuário – definido como todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação, formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, em que se processasse uma exploração agropecuária – (IBGE, 1995/96). Nesse sentido, um dos problemas que podem ser verificados é a contagem de dois estabelecimentos em uma única propriedade desde que a mesma seja administrada por outro, que não seja o proprietário.

³⁶ O LUPA apesar de não apresentar uma seqüência temporal, pois os dados disponíveis referem-se apenas a 1995/96, fornece um conjunto de informações mais pormenorizadas relacionadas às unidades produtivas do município, propiciando uma análise tanto qualitativa como quantitativa.

³⁷ É necessário destacar a dificuldade de análise dos dados de fonte secundária (IBGE e LUPA), pois a seqüência temporal destes vai até 1995/996, o que impede o acompanhamento atual dos dados e informações disponibilizados.

3.1 - A Estrutura Produtiva.

O período enfocado se estende de 1970 até 1995/96. Para justificar esse recorte temporal nos utilizaremos das palavras de Hespanhol (2000, p.10).

Do ponto de vista histórico, a própria complexidade das mudanças que ocorreram no campo brasileiro, pelo menos nos últimos 30 anos se refletiram, com maior ou menor intensidade, tanto na forma de organização interna dessas unidades produtivas como na sua dinâmica com a sociedade em geral.

Para a delimitação do recorte temporal, levou-se em conta que foi a partir da década de 1970 que se desencadeou mudanças sócio-econômicas importantes no campo brasileiro, originadas pelo processo de modernização agrícola. Todavia, no Município de Indiana essas mudanças sócio-econômicas não ocorreram tendo em vista a baixa incorporação de tecnologia nas unidades produtivas.

Observou-se no período delimitado que no Município de Indiana houve a expansão das áreas de pastagens, com o fortalecimento da pecuária de corte e de leite, em decorrência principalmente da decadência das lavouras de café e de algodão.

No Município de Indiana, segundo a Casa de Agricultura, existiam 283 unidades produtivas no ano de 2004, sendo que destas, 256 (ou seja, 90,4%) tem área de até 100 ha. Esses dados mostram que o Município é caracterizado por pequenas e médias propriedades. Das 256 unidades produtivas no estrato de área de até 100 ha, 232 (ou seja 90,6%) tem área de até 50 ha.

3.1.1 – Estrutura fundiária

Os dados sobre a estrutura fundiária, baseados no número e na área dos estabelecimentos, no período entre 1970 e 1995/96 possibilitam entender como se processou a concentração de terras no Município de Indiana.

No referido município, cujo surgimento e formação se deram através da expansão da fronteira agrícola para o Oeste Paulista, nos primeiros anos do século XX, com a agropecuária sendo a principal atividade dinamizadora.

Os dados da tabela 2 nos revelam que numa análise histórica, os estabelecimentos com área inferior a 100 ha destacam-se numericamente. Entretanto, foi nesse estrato de área (entre 1 e 100 ha) que houve a maior concentração das terras. Isso por que houve grande diminuição no número de estabelecimentos, que somavam 452 em 1970 e reduziram-se para 162 em 1995/96.

Em relação à área ocupada por esses estabelecimentos, em 1970 era 6.436 ha e em 1995/96 houve diminuição para 5008 ha. Esses dados comprovam a grande redução no número de pequenos estabelecimentos no Município de Indiana, com a conseqüente diminuição das áreas ocupadas por estes, ocorridos devido a diminuição da população rural, já que neste período constatou-se o êxodo rural, no qual muitas pessoas migraram para as cidades em busca de novas oportunidades de trabalho.

**Tabela 2: Grupos de área por estabelecimentos no Município de Indiana
(1970 – 1995/96).**

Estratos de área (ha)	Anos									
	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Nº de estab	Área (ha)	Nº de estab	Área (ha)	Nº de estab	Área (ha)	Nº de estab	Área (ha)	Nº de estab	Área (ha)
Menos de 1 a menos de 20	359	3021	182	1755	135	1340	151	1527	82	1021
20 a menos de 50	76	2135	70	2093	69	2081	67	2112	56	2085
50 a menos de 100	17	1280	40	2069	21	1494	25	1895	24	1902
Menos de 100	452	6436	292	5917	225	4915	243	5534	162	5008
100 a menos de 200	8	1085	11	1572	15	1925	13	1882	11	667
200 a menos de 500	8	2204	8	2467	9	2899	9	2738	7	2796
100 a menos de 500	16	3289	19	4039	24	4824	22	4620	18	3463
500 a menos de 1000	3	1846	2	1128	2	1418	2	1102	1	568
Total	471	11562	303	11083	251	11162	267	11260	181	10044

Fonte: Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Nos estratos de área entre 100 a menos de 500 ha entre os anos de 1970 e 1995/96 houve o aumento no número de estabelecimentos (de 16 para 18) e na área ocupada (de 3289 para 3463 ha), mostrando que no período houve a consolidação dessas médias propriedades rurais no município.

Em relação aos estratos de área entre 500 e 1000 ha houve a diminuição dos estabelecimentos e da área ocupada, pois no período analisado (1970-1995/96) o número de

estabelecimentos reduziu-se de 3, que ocupavam 1846 há, para 1, abrangendo uma área de 568 ha. Esse dados nos mostram que em 1995/96 o maior estabelecimento do município tinha 568 ha.

A situação da estrutura fundiária do Município de Indiana pode ser melhor visualizada na tabela 3.

Apesar da diminuição do número de pequenos estabelecimentos agropecuários, o Município de Indiana não se caracteriza por apresentar grave concentração de terras, como a maioria dos municípios que compõem a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

Hespanhol (2000, p.134)) destaca que

[...] desde o início do processo de ocupação, esta região apresentou uma estrutura fundiária que, grosso modo, reproduziu as características da estrutura fundiária brasileira, com a presença de latifúndios, dominando grandes extensões territoriais, e um número significativo de unidades produtivas estruturadas com base no trabalho familiar, ocupando inversamente, pequenas áreas.

Observa-se que em todo o período analisado (1970 - 1995/96), os dados são críticos para o número de estabelecimento entre 1 e 100 há. Em 1970, no estrato de área de 1 até 100 hectares, 96% dos estabelecimentos ocupavam 55,6 % do total da área, enquanto que apenas 4% detinham 44,4 % da área de terras no Município. Em relação à 1995/96 (período de aproximadamente 25 anos) constata-se que 162, ou seja, 89,5 % do total de estabelecimentos ocupavam 55,5 % das áreas, enquanto que no estrato de área com estabelecimentos acima de 100 ha, se tinha 10,5 % dos estabelecimentos em uma área que representava 44,5 % da área total.

Nesse sentido, a estrutura fundiária do Município de Indiana apresentou estabilidade, pois houve o desaparecimento no estrato de área entre 1 e 100 ha de 286 estabelecimentos com área de 1428 ha no período entre 1970 e 1995/96. Mas, dentre os estabelecimentos de 100 a 1000 ha, no período analisado, permaneceram os 19 estabelecimento com redução na área de 1104 ha.

Pode-se destacar que a diminuição do número e da área dos estabelecimentos no estrato de área de até 100 há é mais significativa entre os anos de 1970 e 1975, já que se tinha 452 estabelecimentos em 1970 com área de 6436 ha e no ano de 1975 tem-se uma redução para 282 estabelecimentos, ocupando 5917 ha.

Tabela 3: Estrutura Fundiária do Município de Indiana

Estratos de área (há)	Anos											
	1970				1975				1980			
	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%
De 1 até 100	452	96	6436	55,6	282	93,1	5917	53,3	225	89,7	4915	44
De 100 até 1000	19	4	5135	44,4	21	6,9	5167	46,7	26	10,3	6242	56
Total	471	100	11562	100	303	100	11083	100	251	100	11162	100

Fonte: Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Isso pode ser explicado, pois foi nesse período que se inicia a modernização da agricultura no país que, mesmo sendo incipiente no município, já que, a grande maioria dos produtores familiares foi excluída desse processo, manteve a estrutura concentradora de terra. A perda do acesso à terra por parte de grande parcela de parceiros e arrendatários nos ajuda a entender esses dados.

Analisando em conjunto as tabelas 2 e 3 constata-se que a estrutura fundiária caracterizou-se no período analisado principalmente pela diminuição no número e na área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários de até 100 ha. Merece destaque que a produção familiar, em sua maioria, encontra-se concentrada nesse estrato de área, o que indica uma diminuição da produção familiar no Município de Indiana no período entre 1970-1995/96.

A situação vivenciada no Município de Indiana não é uma caso particular na estrutura agrária brasileira. Em relação ao Brasil, segundo dados do IBGE (Censo Agropecuário de 1995/96), existiam 4.859.864 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares. Deste total, 4.139.369 eram familiares, ou seja, 85, 5% do total, e ocupavam uma área de 107, 8 milhões de ha (30,5% da área total).

Dessa forma, a produção familiar, tanto em relação ao país, como no Município de Indiana, em particular, é majoritária no número de estabelecimentos, estando “sufocada” numa pequena parte da área disponível.

3.1.2 - Pessoal Ocupado no setor agropecuário

A tabela 4 apresenta dos dados referentes ao número de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias no Município de Indiana e na Microrregião de Presidente Prudente, no período compreendido entre 1970 e 1995/96.

Tabela 4: Pessoal ocupado nos estabelecimentos no Município de Indiana e na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (1970 – 1995/96).

Pessoal Ocupado	Anos				
	1970	1975	1980	1985	1995/96
Microrregião Geográfica de Presidente Prudente	88.669	86.895	67.215	70.966	45.891
Município de Indiana	1.560	1.315	1.008	917	640

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 1996.

Verificamos que houve um decréscimo no número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, tanto no Município de Indiana, que diminuiu de 1.560 pessoas em 1970 para 640 em 1995/96, como na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, que no ano de 1970 contava com 88.669 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários e no ano de 1995/96 foi de 45.891 pessoas.

Essa diminuição do pessoal ocupado, apesar de ser observada em todos os anos relacionados, ocorre de forma mais significativa no ano de 1980 na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, em que dos 86.895 ocupados em atividades agropecuárias em 1975, tem-se em 1980 apenas 67.215. No Município de Indiana, a queda do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários mostrou-se constante em todos os anos verificados.

Esse fato pode ser explicado pela crise agrícola que ocasionou a diminuição das áreas com lavoura e o aumento das pastagens que ocorreu na década de 1970, somada à modernização limitada, que ocorreu na agricultura brasileira, que só abarcou os grandes e médios produtores, cujo processo trouxe reflexos para a região de maneira geral, e ao Município de Indiana, no qual, a maioria dos produtores ficaram excluídos.

3.1.3 - Condição do Produtor segundo a propriedade da terra

Analisando a condição do produtor em relação à propriedade da terra no Município de Indiana, entre os anos de 1970 e 1995/96, verificamos que houve diminuição no número de estabelecimentos conduzidos por proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes. Em relação à área (ha) explorada, observou-se também uma diminuição para todas essas condições, como pode se observar na tabela 05.

Tabela 5 - Condição do produtor segundo a propriedade da terra no Município de Indiana (1970 – 1995/96).

Anos	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
1970	471	11.562	118	968	90	772	35	274
1975	216	10.269	38	364	12	137	37	313
1980	204	10.515	35	478	02	13	10	154
1985	179	9.576	35	657	12	146	41	879
1995/96	181	8.602	21	938	03	501	02	21

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Ao analisarmos a produção familiar, deve se destacar que ela não se desenvolve apenas por meio da propriedade da terra³⁸. Alves (2004, p.107) ressalta que,

[...] na questão agrária brasileira, a produção familiar não se desenvolve somente por intermédio da propriedade privada da terra, apesar da propriedade ser importante para a reprodução social destes produtores, pois o fundamental é o acesso à terra. Este pode ocorrer tanto pela propriedade, como por outras formas, como o arrendamento, por meio do sistema de parceria ou pela posse.

Os dados da tabela nos mostram que ocorreu a diminuição, tanto em termos de número como de área, de todas as formas de condição do produtor. O número de proprietários diminuiu de 471 em 1970 para 181 em 1995/96, sendo acompanhado pela diminuição da área ocupada por estes no mesmo período.

A situação dos parceiros, que em 1970 somavam 90 estabelecimentos e, em 1995/96 reduziram para apenas 03, merece destaque. Essa prática que era importante em 1970 se apresentou, no último período temporal analisado, pouco representativa em termos numéricos, já que envolveu apenas três (03) estabelecimentos, embora a área ocupada (501 ha.) tenha sido significativa.

Com relação à área explorada, deve-se destacar a situação dos arrendatários, que tiveram decréscimo no número de estabelecimentos, já que em 1970 eram 118 estabelecimentos no município, diminuindo para 38 em 1975 e, em 1995/96, eram apenas 21 estabelecimentos.

Entretanto, essa diminuição no número de estabelecimentos não se reflete sobre a área explorada pelos arrendatários, a qual não apresentou grande variação, pois em 1970 era de 968

³⁸ Apesar de que, para a realização da pesquisa de campo junto aos produtores familiares do Município de Indiana, elegeram-se apenas as unidades produtivas familiares em que há a propriedade da terra.

hectares; entre os anos de 1975 e 1980, essa área reduziu-se para 478 hectares, porém, no ano de 1995/96, essa área aumentou para 938 hectares. Ou seja, mesmo tendo o município neste ano (1995/96) apenas 21 estabelecimentos arrendados, a área destes é bastante significativa, mostrando que estes buscam realizar sua produção em grandes áreas de terras.

Em relação aos ocupantes, nota-se que no período entre 1970 e 1985 teve um significativo aumento tanto do número de estabelecimentos quanto da área ocupada, sendo que em 1970 eram 35 estabelecimentos numa área de 274 ha para em 1985, representarem 41 estabelecimentos ocupando 879 ha. Entretanto, no período seguinte, em 1995/96, foram apenas 2 estabelecimentos com área ocupada de 21 ha. Diminuição significativa no número de posseiros, que reforça a redução do número de estabelecimentos com área de até 100 ha, observada nos dados sobre a estrutura fundiária nas tabelas 2 e 3.

3.1.4 - Utilização das terras

Analisando a utilização das terras no período de 1970 a 1995/96, pode-se notar que no Município de Indiana ocorreu uma reorganização. A tabela 6 apresenta como se deu a utilização das terras de acordo com as subcategorias: lavouras permanentes e temporárias; pastagens naturais e plantadas.

No que diz respeito ao total de informantes e da área ocupada, constata-se que houve diminuição do número de informantes: de 471 em 1970 para 207 em 1995/96, com uma pequena diminuição da área de 11562 ha para 10044 no respectivo período.

Em relação às lavouras permanentes, observou-se um pequeno aumento entre o ano de 1970 e o de 1985, tanto em relação ao número de informantes quanto na área explorada. Assim, em 1970 haviam 89 informantes, com uma área ocupada de 325 hectares; já no ano de 1985, o número de informantes era de 103 e a área ocupada era de 458 hectares. Porém, esse crescimento não foi verificado em 1995/96, com uma pequena diminuição do número de informantes e da área explorada.

As lavouras temporárias tiveram uma significativa diminuição do número de informantes, de 396 no ano de 1970 para 146 em 1995/96. A área explorada também diminuiu, sendo de 3.104 hectares em 1970 e 1.243 hectares no ano 1995/96.

Nesse sentido, verifica-se a progressiva redução da área utilizada com as lavouras (temporárias e permanentes) em todo o período analisado, que se deu em virtude de um acelerado

processo de expansão das terras utilizadas com pastagens.

Hespanhol (2000, p.148) relata que na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, a produção agrícola:

[...] passou a apresentar uma série de problemas (exaustão dos solos; maior incidência de pragas e doença; baixa produtividade; aumento dos custos de produção; dificuldade por parte dos produtores em ter acesso ao crédito rural e assistência técnica; etc.), fazendo com que a mesma fosse relegada à uma atividade secundária [...].

Ao analisarmos as áreas utilizadas com pastagens no período entre 1970 e 1995/96, observa-se que houve aumento de 7028 ha para 7352 ha. O número de informantes não apresentou grande alteração até 1985, com pequeno decréscimo (de 227 para 209), que se acentuou em 1995/96, já que foram apenas 185 informantes.

Tabela 6 - Utilização das terras no Município de Indiana (Período: 1970-1995/96)

Anos	Total		Lavouras						Pastagens					
			<i>Permanente</i>		<i>Temporária</i>		<i>Total de lavouras</i>		<i>Naturais</i>		<i>Plantadas</i>		<i>Total de pastagens</i>	
	Infor	área (ha)	infor.	área (ha)	Infor	área (ha)	Info	área (ha)	infor	área ha	infor	área (ha)	Infor	Área (ha)
1970	471	11562	89	325	396	3.104	485	3429	182	6.172	45	856	227	7028
1975	303	11083	74	346	233	2.107	307	2453	131	1.896	174	5.848	305	7744
1980	251	11162	113	647	193	1.845	306	2492	108	1.489	152	6.308	260	7797
1985	267	11620	103	458	197	2.136	300	2594	02	36	207	7.870	209	7906
1995/96	207	10044	92	373	146	1.243	238	1616	28	499	157	6.853	185	7352

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 1996.

Verifica-se no Município de Indiana que a utilização das terras é marcada pela expansão da pecuária de corte e a retração das áreas de lavouras, o que é confirmado pelo aumento das áreas com pastagens.



Figura 4: Área com predominância de pastagens no Município de Indiana
Autor: R.A.Menegati, Nov/2005.

Observando as terras ocupadas com pastagens naturais no Município de Indiana, verifica-se que elas representavam em 1970, 53% do total da área. Porém, notou-se uma grande diminuição em 1995/96, tendo neste ano, 28 informantes e uma área de apenas 499 hectares.

Situação inversa pode ser verificada nas pastagens plantadas, que em 1970 envolviam 45 informantes e ocupava 856 hectares e, em 1995/96 passaram a ter 157 informantes, ocupando uma área de 6.853 hectares.

No âmbito geral da utilização das terras em Indiana, notou-se uma diminuição dos estabelecimentos de 471 em 1970 para 207 em 1995/96 e, também, no total da área, que reduziu-se de 11.562 hectares para 10.044 hectares no período entre 1970 e 1995/96.

3.1.5 - Efetivo Bovino e Número de Vacas Ordenhas

Com a tabela 7 pode-se avaliar o total do efetivo bovino do município de Indiana no período compreendido entre 1970 e 1995/96.

Tabela 7: Efetivo Bovino no Município de Indiana

Anos	1970	1975	1980	1985	1995/96
Total (nº de cabeças)	6292	11118	10793	13031	12251

Fonte: Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Na tabela 6 sobre a utilização das terras no Município de Indiana observamos que houve um aumento da área de pastagens. Ao cruzarmos essa informação com a tabela 7 referente ao efetivo bovino, pode-se notar que houve um aumento no total de cabeças no município, já que este total era de 6292 em 1970, passando para 12251 em 1995/69. Cabe ressaltar que entre os anos de 1970-75 observa-se a quase duplicação do número de cabeças do efetivo bovino no município, ampliando-se de 6292 em 1970 para 11118 em 1975.

Pode-se constatar que o município tem na pecuária uma importante atividade econômica. A bovinocultura não se constitui numa atividade especializada, mas apresenta-se de maneira diversificada: de corte e de leite, baseando-se na cria, recria e engorda dos animais.

Para detalhar e atualizar essas informações sobre o efetivo bovino e acrescentar à análise, os dados sobre o número de vacas ordenhadas no Município de Indiana, apresenta-se nas tabelas 8 e 9, as informações advindas das publicações da Produção Pecuária Municipal (1990-2004) da FIBGE.

Tabela 8: Efetivo do rebanho Bovino (nº. de cabeças)														
ANOS														
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
12586	10996	10500	10990	14267	13401	13500	14350	14350	14400	14508	13388	15288	16185	16200

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal – 1990 a 2004.

A tabela 8 que apresenta os dados da Pesquisa Pecuária Municipal para o período entre 1990 e 2004, confirma e atualiza o crescente aumento do rebanho bovino no Município. Analisando-se esses dados observa-se que houve um aumento significativo do efetivo bovino, que passou de 14508 cabeças para 16200 cabeças.

Em 1990 eram 12586 cabeças de gado bovino e, em 2004, esse número alcançou um total de 16200 cabeças, com um aumento para o período de 3614 cabeças. Esse aumento do efetivo bovino ocorreu de maneira extensiva, principalmente devido ao aumento das áreas ocupadas com pastagens.

Na tabela 9 sobre o número de vacas ordenhadas, pode-se constatar que ocorre períodos de aumento e de redução no efetivo. A tabela se inicia com os dados de 1990 que indicam 1200 cabeças de vacas ordenhadas.

Tabela 9: Vacas ordenhadas (nº. de cabeças)														
ANOS														
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
1200	780	800	800	1200	1000	1050	1180	1200	1200	1001	1000	1000	1200	800

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal.

Nos anos seguintes (1991-1993) houve redução do número de cabeças, que se ampliou no ano de 1994, com um efetivo de 1200 cabeças. Depois tivemos um período de equilíbrio, de 1995 a 2003, com o total de vacas ordenhadas variando entre 1000 e 1200 cabeças. Entretanto, ao verificarmos o ano de 2004, tem-se uma diminuição no número de vacas ordenhadas para 800 cabeças. Essa diminuição é explicada, principalmente, devido às exigências sanitárias atribuídas a atividade leiteira, que obrigou os produtores a se adaptarem através da compra de aparelhos de ordenha e resfriamento do leite, aumentando os custos finais da produção e desanimando uma série de produtores a continuar com a atividade.

3.2 - As Unidades de Produção do Município de Indiana

Para a compreensão da atual situação das unidades produtivas no Município de Indiana, se buscou informações e dados complementares aos dos Censos Agropecuários da FIBGE. Por isso recorreu-se ao levantamento, sistematização e análise dos dados de fonte secundária do LUPA39 (Levantamento das Unidades Produtivas Agropecuárias), através de alguns indicadores para o Município de Indiana para o ano de 1995/9640. Pretende-se entender a dinâmica das unidades produtivas, através de dados, tais como: a utilização de assistência técnica; nível de escolaridade; condição das unidades produtivas; e, área ocupada.

3.2.1 – Nível de Escolaridade

Com a tabela 10 pode-se verificar o grau de escolaridade dos proprietários no Município de Indiana. Assim, constata-se que parte significativa dos proprietários (77), ou seja, 29% não têm

³⁹ O LUPA apesar de não apresentar uma sequência temporal, já que os dados disponíveis são de 1995/96, fornece dados qualitativos, assim, consegue-se realizar uma análise complementar, já que trabalha-se com unidades produtivas agropecuárias e não com estabelecimentos agropecuários, como ocorre nos dados da FIBGE.

⁴⁰ Os dados do Lupa sistematizados e analisados tem como objetivo complementar e qualificar os dados dos Censos Agropecuários.

instrução ou apresentam instrução incompleta. Dentre os proprietários destacam-se os que cursaram apenas o antigo primário, constituindo 35 % do total.

Esses dados demonstram as dificuldades encontradas por estes produtores em sua infância para terem acesso ao Ensino Fundamental. Um maior nível de escolaridade a estes produtores propiciaria mais alternativas na produção, pois facilitaria o manuseio com novas técnicas e formas de produção e, assim, resultaria numa maior competitividade.

Tabela 10: Nível de Escolaridade segundo os proprietários das UPAS no Município de Indiana.

Nível de Escolaridade/ proprietário	Nº de UPAS
Sem instrução ou instrução incompleta	77
Antigo primário completo	93
1º grau completo	14
2º grau completo	41
Curso superior completo	41
Total	266

Fonte: LUPA, 1995/96

Desta forma, o grau de escolaridade dos proprietários pode refletir na situação em que se encontram, já que normalmente esse tipo de produtor não tem condições econômicas para a utilização de tecnologias.

3.2.2 - Área Cultivada

Por meio da tabela 11 é possível a caracterização das unidades produtivas, através da constatação de quais cultivos são realizados nas unidades produtivas. Assim, verifica-se entre os principais cultivos, o destaque para a braquearia, como gramínea presente em 70% das unidades produtivas. Assim, ressalta-se a importância da pecuária no Município de Indiana, assim como é na região de Presidente Prudente.

Tabela 11: Principais cultivos segundo o número de UPAS no Município de Indiana

Área cultivada com	Nº de Upas	Área cultivada com	Nº de Upas
Braquearia	186	Amendoim	16

Feijão	35	Abóbora	14
Milho	74	Uva de Chupar	13
Algodão	30	Laranja	16
Seringueira	1	Palmito	1
Melancia	10	Banana	13
Café	21	Tangerina	10
Eucalipto	53	Sorgo	6
Cana de açúcar	54	Cenoura	3
Batata doce	19	Manga	4
Capim napier	23	Berinjela	5
alface	3		

Fonte: LUPA, 1995/96

Cabe ressaltar que a maioria das unidades produtivas do Município utiliza-se da policultura como estratégia para sua reprodução, já que podem combinar tanto o cultivo de lavouras destinadas à comercialização, com outras para o auto-consumo na propriedade. Em muitas unidades produtivas ocorre a combinação da pecuária de corte mista com o cultivo de outras lavouras, como o feijão e o milho.

As outras culturas que se destacam na tabela são: o milho, aparecendo em 74 unidades produtivas (27,8% do total); a cana- de -açúcar em 54, (20%); o eucalipto em 53 unidades (19,9%); o feijão em 35 (12,3%); e o algodão em 30 unidades produtivas (26,1%).

3.2.3 - Mão de Obra Utilizada

Outro dado bastante relevante é demonstrado pelo número de UPAS em que existem familiares trabalhando, ou seja, em 203 unidades. Em 76,3% desse total existem membros da família do proprietário exercendo atividades na unidade produtiva. Entretanto, o número de unidades produtivas que utilizam trabalhadores temporários e permanentes também é significativo.

Tabela 12: Mão de Obra utilizada nas UPAS no Município de Indiana

Mão de Obra Utilizada	Nº de UPAS
Familiares que trabalham nas UPAS	203
UPAs que utilizam trab. Temporários	88
UPAs que utilizam trab. Permanentes	84
Total de UPAS	266

Fonte: LUPA, 1995/96

A utilização de trabalhadores temporários se dá em 88 unidades produtivas, representando 33 % do total de UPAS. Os trabalhadores temporários são utilizados principalmente no período da colheita em que apenas a força de trabalho família não é suficiente. Já em 84 UPAS ocorre a presença de trabalhadores permanentes, representando 31,5% do total.

Os dados referentes à mão-de-obra mostram que as unidades produtivas se constituem como importantes locais de trabalho no Município de Indiana, pois oferecem continuamente ou por determinado período do ano algumas possibilidades de emprego.

3.2.4 - Assistência Técnica, Infra-estrutura e Inovações técnicas nas unidades produtivas.

A utilização de assistência técnica, a infra-estrutura disponível e as inovações técnicas são elementos que podem indicar a produtividade e a qualidade de vida das famílias rurais que vivem nas unidades produtivas.

Podemos observar com a tabela 13 referente à utilização de assistência técnica, as condições de produção das UPAs, já que o seu acesso ou a sua falta, implicam numa maior ou menor produtividade nas unidades, na diminuição de possíveis prejuízos, como pragas por exemplo, ou em uma melhor conservação do solo, do qual dependem os próximos plantios.

Tabela 13: Assistência Técnica no Município de Indiana

Uso de Assistência Técnica	Nº de UPAS
Não utiliza	123
Somente governamental	70
Somente privada	52
Tanto governamental quanto privada	21
Total de UPAS	266

Fonte: LUPA, 1995/96

Nesse sentido, os dados não trazem boas perspectivas, pois nem a metade do total das unidades produtivas, ou seja, 46,2% (123 UPAS) utilizam algum tipo de assistência técnica. Em 26,3% do total (70 unidades) ocorre a utilização apenas de assistência técnica pública. Esse dado precisa ser analisado com muito cuidado, já que com a difícil situação vivenciada pela Casa da Agricultura do município que, devido à falta de recursos, esteve durante alguns anos sem a prestação de assistência técnica por parte de um engenheiro agrônomo, tem como resultado a ausência de auxílios técnicos para a produção, por parte dos pequenos produtores.

As unidades produtivas que utilizaram somente assistência técnica privada somaram 52, representando 19,5% do total e as que se utilizam tanto de assistência privada quanto pública, representam apenas 7,8% do total das unidades produtivas agropecuárias.

Com relação à infra-estrutura disponível no meio rural do Município de Indiana, podemos avaliar a situação vivenciada pelos produtores. Assim, nota-se na tabela 14, que o uso de comunicação via telefone não é um serviço disponível a grande maioria das unidades produtivas, já que, segundo os dados, apenas 19 unidades apresentavam o acesso a este serviço. Porém, cabe salientar que pode ter ocorrido grande mudança em relação a esses dados que são de 1995/96. Essa mudança pode ter se dado pela expansão significativa das linhas telefônicas no país, especialmente dos celulares, nos últimos anos. Essa expansão foi mais abrangente nas cidades, mas teve reflexos positivos também no campo.

Tabela 14: Utilização de outros serviços, segundo as UPAS no Município de Indiana

Utilização de	Nº de UPAS
Comunicação telefônica (celular ou fixa)	19
Energia elétrica (uso residencial)	169
Energia elétrica (uso na atividade agrícola)	10
Computador nas atividades agropecuárias	8

Fonte: LUPA, 1995/96

Nota-se, também, que o uso de energia elétrica está acessível à grande maioria das unidades produtivas (em 169 delas), representando 63,5% do total, entretanto, em apenas 10 unidades produtivas, ela é utilizada na atividade agrícola.

O uso de computadores na atividade agropecuária ainda é incipiente nas unidades produtivas do Município de Indiana, mostrando que o difícil acesso ao crédito rural e a falta de perspectivas dos produtores, faz com que, a agropecuária seja uma atividade desenvolvida de forma tradicional, sem inovações na produção, que resulta em menores riscos aos produtores.

Essa situação também pode ser verificada na tabela 15 em que se pode ser analisada a utilização pelas unidades produtivas de alguns serviços que são bastante importantes para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, a obtenção de uma melhor renda para os produtores.

Tabela 15: Inovações Técnicas nas UPAS no Município de Indiana

Utilização de	Nº de UPAS
Análise de solo	76
Calagem, quando necessário	87
Adubação orgânica	61
Conservação de solo, quando necessário	153

Sementes melhoradas	157
Plasticultura	3
Inseminação artificial	5
Confinamentos de Bovinos	2
Pastejo intensivo	3
Mineralização	206
Vermifugação	201

Fonte: LUPA, 1995/96

Pode-se notar que alguns tipos de inovações técnicas são utilizados na grande maioria das unidades produtivas, como a mineralização, presente em 206 unidades, e a vermifugação, que era realizada em 1995/96 por 201 unidades produtivas. Já outros tipos, como a plasticultura, era utilizada em apenas 3 unidades; o confinamento de bovinos em 2; a inseminação artificial em 5; e, o pastejo intensivo em 3 unidades produtivas; são inovações que se caracterizam pelo difícil acesso para a grande maioria das unidades produtivas. Desta forma, por falta de recursos e de crédito rural, não estão ao alcance da maioria dos proprietários do município.

Outro dado que pode ser destacado é a utilização por parte significativa dos produtores da prática de conservação do solo e do uso de sementes melhoradas, que podem resultar em uma maior produtividade às unidades produtivas.

3.2.5 - Participação dos Produtores em Organizações coletivas

Analisando a tabela 16 que se refere à participação dos produtores em organizações coletivas no Município de Indiana podem ser verificados quais as formas de organização utilizadas pelos produtores para que, consigam superar as dificuldades e barreiras impostas pelo capital, para continuar ou aumentar a produção em suas unidades produtivas.

Tabela 16: Participação dos produtores segundo as UPAS no Município de Indiana

Participação dos produtores	Nº de UPAS
Em cooperativas de produtores	88
Em associações de produtores	37
Em sindicatos de produtores	45

Fonte: LUPA, 1995/96

Assim, conclui-se que o número de UPAS nos quais os produtores participam de alguma associação ou cooperativa é muito baixo. Apenas 88 produtores participam de cooperativas,

representando 30% do total; 37 de associações (13%); e, 45 de sindicatos, constituindo 15% do total. O total de unidades produtivas em que o proprietário tem alguma participação em cooperativa, associação e/ou sindicato soma 263 UPAS, o que representa 26,3% do total.

Os benefícios para os produtores decorrentes das organizações coletivas, tais como: a compra de insumo e vacinas a preços mais baratos, o pagamento parcelado, o aluguel de maquinários agrícolas e as formas de reivindicação, não tem sido aproveitado.

A participação dos produtores é pequena nas organizações coletivas existentes no Município de Indiana e nos municípios vizinhos. Essa problemática poderia ser minimizada se a Associação de Produtores do Bairro Sete Copas de Indiana (única associação de produtores do município) tivesse maior penetração e envolvimento com os produtores rurais, se constituindo efetivamente num espaço de representação destes na escala municipal.

Apesar das condições adversas para o desenvolvimento da agricultura familiar, verificadas pela falta de assistência técnica de qualidade, pela pequena participação em organizações coletivas, o baixo nível de escolaridade, etc., parte dos produtores continuam no campo. Essa permanência em um contexto de difíceis condições econômicas e sociais se deve às estratégias utilizadas pelos produtores para continuarem no campo.

Visando melhor conhecer a dinâmica da agricultura familiar, serão apresentadas no próximo capítulo (IV), a sistematização e análise da pesquisa de campo realizada junto aos produtores do Município de Indiana.

IV

A DINÂMICA DA PRODUÇÃO FAMILIAR E AS ESTRATÉGIAS DOS PRODUTORES NO MUNICÍPIO DE INDIANA

Este capítulo do trabalho busca contemplar os resultados da pesquisa de campo realizada nos meses de novembro e dezembro de 2005 nas unidades produtivas familiares do espaço rural do Município de Indiana.

Essa pesquisa – um estudo de caso – sobre a dinâmica da produção familiar tem como objetivo contribuir para enfocar as estratégias adotadas pelos produtores como forma de manutenção no espaço rural do Município de Indiana.

Segundo Casari (2006, p.135), o delineamento do estudo de caso

[...] faz parte do pressuposto de que a análise de uma unidade de um determinado universo possibilita compreender a generalidade do mesmo, ou pelo menos, estabelecer algumas bases para uma investigação posterior [...]

Para tanto, a seleção das unidades produtivas familiares visitadas seguiu os seguintes critérios: a organização do trabalho na propriedade é realizada pela família; o trabalho assalariado, quando utilizado, é complementar (até um trabalhador); e a propriedade deveria ter área total variando entre 1 e 100 hectares.⁴¹

Os procedimentos adotados para a aplicação do questionário basearam-se na realização das seguintes atividades: primeiramente optou-se por fazer o reconhecimento da área; na sequência elaborou-se o questionário, sendo que este foi aplicado a cinco produtores (questionários-teste) para verificar a necessidade de correções e/ou adequações; e, após essas etapas, foi realizado o trabalho de campo que envolveu a aplicação do questionário aos agricultores familiares do Município de Indiana, objetivando a obtenção de informações e dados quantitativos e qualitativos.

Em relação à metodologia utilizada para a escolha do número de questionários que seriam aplicados e a forma como essa aplicação seria realizada, adotou-se o cálculo da amostragem pelo

⁴¹ A escolha do estrato de área entre 1 e 100 hectares deu-se, por um lado, devido à característica principal das propriedades do Município de Indiana, que são, em termos de dimensão territorial, pequenas e médias (tem entre 1 e 100 hectares). Por outro lado, a escolha desse estrato de área ocorreu, pois em vários estudos sobre a agricultura familiar adotou-se esse recorte.

método estratificado, que considera o total dividido em subgrupos, sendo que cada subgrupo recebe o nome de estrato e apresenta uma característica comum entre seus elementos⁴².

Para aplicação da amostragem estratificada⁴³ considerou-se as 256 unidades produtivas (total de unidades produtivas com área de até 100 ha no espaço rural do Município de Indiana), dividindo-as em dois grupos (estratos), em que o primeiro contém somente as unidades com estrato de área entre 1 e 50 hectares, ou seja, 139 unidades produtivas e, o segundo, as unidades produtivas com área de 51 a 100 hectares, totalizando 14 unidades produtivas.

O questionário foi aplicado considerando-se a seguinte estratificação das unidades produtivas: 139 questionários aplicados para os produtores familiares com unidades produtivas no

⁴² De modo geral, os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível (inviável) considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, freqüentemente trabalha-se com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo, e quando essa amostra é rigorosamente selecionada, os resultados obtidos nos levantamentos tendem a aproximar-se daqueles que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos do universo. Existem diferentes métodos de obtenção de amostras para realização de levantamentos, que variam de acordo com o tipo de população em estudo, a extensão da pesquisa, das condições materiais para realização da pesquisa, etc.

⁴³ O cálculo da amostra foi feito através da seguinte fórmula, que pode ser encontrada em Bolfarine e Bussab (2000):

$$n = \frac{\left(\frac{\sum_{h=1}^2 N_h^2 \cdot p_h \cdot q_h}{W_h} \right)}{N^2 \cdot D + \sum_{h=1}^2 N_h \cdot p_h \cdot q_h}, \quad \text{onde } W_h = \frac{N_h \cdot \sqrt{p_h \cdot q_h}}{\sum_{h=1}^2 N_h \cdot \sqrt{p_h \cdot q_h}} \quad \text{e } D = \left(\frac{e}{Z_0} \right)^2$$

Sendo:

n = tamanho da amostra

N_h = número de unidades produtivas em cada estrato, onde $N_1 = 232$ e $N_2 = 24$

N = número total de unidades produtivas = 256

Z_0 = probabilidade de ocorrência do resultado, que para 95% de confiança, isto é $\alpha = 0,05$, $Z_0 = 1,96$

e = erro máximo = 5% = 0,05

$p_h = q_h = 0,5$ (supõe-se o valor de 0,5 porque não se tem o valor da variância a priori, sendo que $p_h q_h$ é um estimador não-viciado da variância).

Sabendo que $n_h = n \cdot W_h$, temos $n_1 = 139$ e $n_2 = 14$ unidades produtivas.

Substituindo os valores na fórmula temos:

$$W_1 = 0,09375 \quad , \quad W_2 = 0,90625 \quad \text{e} \quad D = 6,507705 \times 10^{-4}$$

$$n = \frac{14848 + 1536}{256^2 \cdot 6,507705 \times 10^{-4} + 64} = \frac{16384}{106,6488} \cong 153$$

estrato de área entre 1 e 50 hectares e 14 questionários para os produtores de unidades produtivas com área entre 51 e 100 hectares, num total de 153.

Para chegarmos ao total de 153 questionários aplicados, com o intuito de assegurar a representatividade da variável adotada como critério para estratificação, o tamanho da amostra foi calculado proporcionalmente ao tamanho (número de unidades) de cada grupo (estrato), e trabalhou-se com margem de erro de 5%.

Após o cálculo da amostra, para aleatorizar a seleção dentro de cada estrato, realizou-se um sorteio, definindo em quais propriedades seriam aplicados os questionários e, caso os proprietários não se encontrassem no local, optou-se por visitar as unidades localizadas à esquerda da sorteada.

Após a aplicação dos questionários, os dados e informações foram sistematizados e organizados em tabelas. A partir daí iniciou-se a etapa de análise e compreensão dos resultados obtidos por meio da aplicação do questionário, cujas informações foram complementadas com citações das conversas informais e verificações realizadas em campo. Essas etapas do trabalho se realizaram nos meses de Março, Abril e Maio de 2006.

Destaca-se que a pesquisa de campo teve como alvo para a aplicação do questionário, o chefe da família. Por isso, muitas respostas relacionadas aos filhos ou a família como um todo, tem a perspectiva e a opinião do chefe pesquisado.

Para uma melhor exposição e clareza dos resultados, estes foram analisados considerando-se: Perfil do chefe da família; Caracterização da propriedade familiar; Comercialização da produção; Rendas; Assistência técnica e implementos agrícolas; Acesso ao crédito rural; Opinião e perspectivas dos produtores; Pluriatividade nas unidades de produção familiar; Estratégias de reprodução social e organização cultural; Relação campo - cidade; e, Participação no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

4.1 - Perfil dos produtores familiares

A agricultura familiar existe em ambientes sociais e econômicos diversos, sendo que não se podem escamotear as diferenças sociais e econômicas existentes numa mesma região (ABRAMOVAY, 2002). Daí a necessidade de se identificar dentro dessa ampla gama de atores sociais, que tipo de agricultor familiar tem-se no Município de Indiana.

Maluf (2002) ressalta que a compreensão da agricultura familiar com seu conjunto diversificado de atividades produtivas desenvolvidas, requer uma abordagem espacial. Segundo o referido autor, deve-se realizar:

[...] uma abordagem espacial territorial focalizada nos agentes econômicos (a unidade familiar rural ou as associações de produtores) em seus ambientes (o território ou a região). A unidade familiar rural é considerada de um modo em que sua dinâmica de reprodução econômica assenta-se num conjunto de atividades complementares (MALUF, 2002, p.246).

A relevância da análise espacial se faz pela amplitude de situações e relações estabelecidas nesta abordagem em detrimento do caráter setorial. A agricultura familiar enquadra-se nessa compreensão, já que é responsável por um espaço contemplado pela produção, consumo e vida, caracterizada por uma lógica familiar diretamente relacionada com o contexto espacial no qual está inserida.

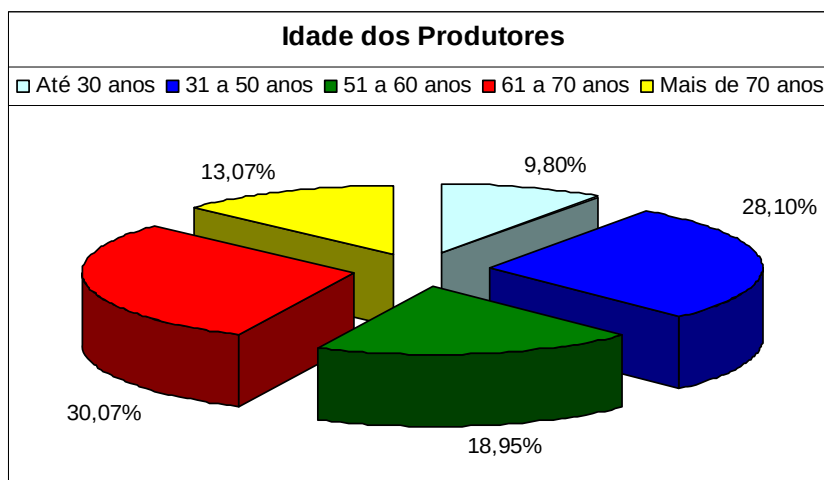
Ainda segundo Maluf (2002, p.254):

O grau de complexidade da dinâmica de reprodução das unidades rurais é tanto mais elevado quanto mais acentuado for o caráter familiar dessas unidades, pois o caráter familiar acarreta maior diversidade das atividades que as compõe e, conseqüentemente, das relações que elas mantêm com seu entorno.

Para traçar um perfil dos produtores familiares do Município de Indiana abordados no trabalho de campo, procurou-se organizar os dados e informações referentes à idade, ao lugar de origem, à origem da família, à auto-definição da profissão, ao número de filhos por casal e à escolaridade dos produtores. Considera-se importante esta tarefa, pois se mostra necessário identificar qual é o tipo de produtor familiar pesquisado no Município de Indiana, delimitando o objeto de estudo desta pesquisa.

No gráfico 1 se pode verificar os dados referentes à idade dos produtores familiares. Observa-se que do total de produtores abordados na pesquisa, apenas 9,8% têm idade inferior a 30 anos. Os produtores com idade entre 31 e 50 anos contabilizam 28,1% e os produtores entre 51 e 60 anos representam 18,9 % do total de pesquisados. Dentre os produtores com idade entre 61 e 70 anos tem-se 30,0% do total; e com 13,1% os produtores com idade acima de 70 anos.

Gráfico 1: Idade dos produtores



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005.

Ao analisarmos os dados coletados por estratos de área, nota-se na tabela 17 que no estrato de área entre 1 e 50 hectares apenas 10,1% dos produtores tem idade inferior a 30 anos; 14,4% tem idade entre 31 e 40 anos; 13% tem idade entre 41 e 50 anos. A maioria dos produtores apresenta-se com idade superior a 50 anos, sendo que: 18,7% encontram-se na faixa etária entre 51 e 60 anos; 29,4% tem idade entre 61 e 70 anos; e 14,4% tem idade acima de 70 anos.

Ao tratarmos do segundo estrato, que corresponde às propriedades com tamanho entre 51 e 100 hectares, constata-se que apenas um produtor tem idade inferior a 30 anos. Dos produtores nesse estrato: 21,4 % têm idade entre 31 e 40 anos e 14,3% estão na faixa etária entre 41 e 50 anos. A maioria dos produtores abordados tem idade acima de 50 anos, de tal forma que: 21,4 % estão na faixa etária entre 51 e 60 anos e 35,7% têm idade entre 61 e 70 anos. Nesse estrato não se constatou produtores com idade superior a 70 anos.

Tabela 17: Idade dos produtores

Idade	1 a 50 ha		51 a 100		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Até 30 anos	14	10,1	1	7,2	15	9,8
31 e 40 anos	20	14,4	3	21,4	23	15,0
41 e 50 anos	18	13,0	2	14,3	20	13,1
51 e 60 anos	26	18,7	3	21,4	29	18,9
61 e 70 anos	41	29,4	5	35,7	46	30,1
Mais 70 anos	20	14,4	-	-	20	13,1
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005

Podemos afirmar que em relação aos chefes de família pesquisados no Município de

Indiana está ocorrendo o seu envelhecimento, já que dos 153 produtores abordados: 62,1 % dos produtores têm idade superior a 50 anos, sendo que deste total, 18,9% tem idade entre 51 e 60 anos; 30,1%, ou seja, um número significativo de produtores abordados na pesquisa, têm entre 61 e 70 anos; e, 13,1 % têm idade superior a 70 anos.

A questão do envelhecimento dos produtores rurais coloca em cena um importante elemento para entendermos como se configura a sua reprodução social: a aposentadoria rural. Do total de produtores investigados, 52,29% são aposentados, ou seja, 80 produtores contam com a aposentadoria rural para a constituição total de suas rendas.

Para melhor compreendermos o perfil dos produtores investigados, cabe ressaltar que do total de produtores abordados pela pesquisa, somente em 10 unidades produtivas, ou seja, em 6,5% do total, o chefe da família era uma mulher. Tal predominância masculina entre os chefes de família, que representam 93,5% do total, demonstra ainda a relevância da família tradicionalmente patriarcal no espaço rural.

Sant'ana (2003) verificou em pesquisa realizada nos municípios da Mesorregião Geográfica de São José do Rio Preto, a importância da presença da família com base patriarcal. Segundo o autor, existe “um forte predomínio da família patriarcal, centrado na figura de um chefe, cujas atribuições incluem a organização do trabalho e da vida familiar e o provimento de suas principais necessidades” (SANT'ANA, 2003, p.159).

A origem da família dos produtores familiares pesquisados no Município de Indiana e dos produtores são aspectos sistematizados nas tabelas 18 e 19, respectivamente. Apresentar e analisar esses dados tem como objetivo buscar um pouco de sua trajetória de vida, mostrando brevemente o caminho feito até o acesso à propriedade.

Na tabela 18 e no gráfico 2 pode-se constatar os dados sobre a origem dos produtores rurais no Município de Indiana. Em relação aos dados por estratos de área, observa-se na tabela 18 que a maioria dos produtores teve sua origem ligada ao rural, já que dos produtores com área entre 1 e 50 hectares o percentual foi de 77%; e no estrato de área entre 51 e 100 hectares, 71,4 dos produtores afirmaram ter origem no meio rural.

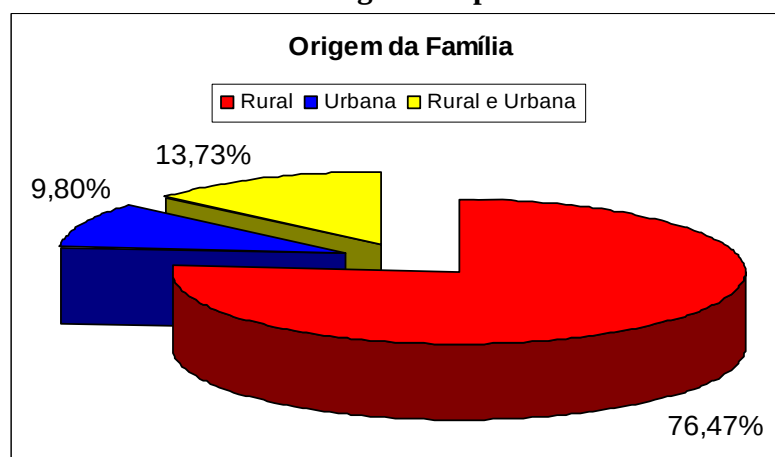
Tabela 18: Origem dos produtores

Origem	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Rural	107	77,0	10	71,4	117	76,5
Urbana	11	7,9	4	28,6	15	9,8
Rural e Urbana	21	15,1	-	-	21	13,7
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005

Esses dados podem ser visualizados no gráfico 2, quando constata-se que 76,5% dos produtores têm origem no meio rural. Os agricultores que afirmaram ter origem urbana representam apenas 9,8% do total e aqueles que em sua trajetória até a propriedade familiar, combinaram a vida no campo e na cidade perfazem 13,7% do total.

Gráfico 2: Origem dos produtores



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005

Na tabela 19 são apresentados os dados sobre o Município de Nascimento dos produtores pesquisados. Constata-se a relevância dos dados em que o Município de nascimento do chefe de família coincide com o atual lugar de moradia, ou seja, o Município de Indiana. Confirma-se, portanto, que a grande maioria desses produtores sempre residiu no município, inclusive no mesmo lugar, na mesma propriedade em que vivem na atualidade.

Tabela 19: Município de Nascimento do chefe de família

Lugar de origem	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Indiana	105	75,5	11	78,6	116	75,8
Outros Municípios do Estado de S.P.	28	20,1	2	14,2	30	19,6
Outros estados	6	4,3	1	7,2	7	4,6
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005

Analisando os dados observa-se que no estrato de área entre 1 e 50 hectares 75,5% dos agricultores nasceram no Município de Indiana; 20,1% afirmaram ter origem em outros municípios do Estado de São Paulo; e, apenas 4,3% tem sua origem ligada a outros Estados da Federação. Dos produtores com área entre 51 e 100 hectares, a maioria (78,6%) afirma ter nascido no Município de Indiana; 14,2% em outros municípios do Estado de São Paulo; e, 7,2 % em outros Estados do Brasil.

Do total de produtores abordados, 75,8% tem origem no próprio Município de Indiana. Cabe ressaltar que dentre aqueles que responderam ter nascido em outros municípios do Estado de São Paulo, aparecem: Presidente Prudente, São Paulo, São José do Rio Preto, Bauru, Itapetininga, Regente Feijó, Fernandópolis, Assis, Ourinhos, Santo André, Registro, Pontal, Tatuí e Botucatu. Dentre os outros estados da federação citados nas respostas estão: Paraná, Pernambuco, Minas Gerais e Santa Catarina.

A tabela 20 sistematiza os dados sobre a auto-definição dos produtores em relação à terra e à atividade desenvolvida. Do total de produtores abordados pela pesquisa: 12,4% destes autodenominaram-se proprietários de terras; 2,0% como trabalhadores do campo; 41,8% se vêem como agricultores; 40,5% como produtores rurais; e 3,3% não souberam responder a questão proposta.

Tabela 20: Auto-definição do Produtor

Categorias	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Proprietário de terras	13	9,3	6	42,9	19	12,4
Trabalhador do campo	3	2,2	-	-	3	2,0
Agricultor	61	43,9	3	21,4	64	41,8
Produtor Rural	57	41,0	5	35,7	62	40,5
Não sabe	5	3,6	-	-	5	3,3
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005

Os dados mostram que 82,3% do total de pesquisados se autodefiniram como agricultores ou produtores rurais, o que afirma a identidade destes com a atividade agropecuária, já que estas denominações estão relacionadas com “o produzir no campo”.

Wanderley (1995) destaca em pesquisa realizada no Brasil⁴⁴que:

⁴⁴ As áreas brasileiras pesquisadas foram: a região do Cariri, na Paraíba; o Município de Leme, em São Paulo; e de Ijuí, no Rio Grande do Sul. A equipe de pesquisadores brasileiros foi constituída pelos Professores Anita Brumer

Os brasileiros que entrevistamos nesta pesquisa se percebem no seio da sociedade enquanto agricultores, mais precisamente, enquanto produtores rurais e, em menor proporção, trabalhadores da terra. Esta identidade social parece ter como principal referência a competência profissional e o exercício do trabalho [...] (WANDERLEY, 1995, p.45).

Quando se remete aos dados da tabela 20, segundo a estratificação por área, tem-se que no estrato entre 1 e 50 hectares, a grande maioria (84,9%) dos pesquisados respondeu ser agricultor e produtor rural, sendo que os números foram de 43,9 % e 41,0%, respectivamente.

Entretanto, no estrato de área entre 51 e 100 hectares, a maioria (42,9%) dos produtores respondeu ser proprietário de terras, o que apresenta uma identificação maior com a propriedade da terra.

A percepção que os agricultores têm em relação ao desenvolvimento das suas atividades e a sua condição na sociedade é uma questão reconhecida como importante. A atividade de agricultor é caracterizada por Branderburg (1999, p.209) em virtude do⁴⁵

[...] forte caráter hereditário na profissão, [trazendo] consigo experiência de vida na agricultura, o que fez deles sujeitos possuidores de um conhecimento que advém da sua relação com os recursos produtivos e com os meios que utilizam para produzir. O conhecimento é derivado da sua prática, de observações que, muitas vezes, são aplicadas intuitivamente, sem que sejam codificadas pelo conhecimento científico, e sem que sejam submetidas a um julgamento à luz da racionalidade econômica. O domínio de uma saber “empírico” se reflete diretamente na forma de desenvolver sua atividade e na sua identidade profissional.

Nesse sentido, ser agricultor pressupõe ao mesmo tempo ter acesso a terra (como proprietário ou arrendatário), ser um trabalhador que executa as tarefas e também responsável pelo desenvolvimento das atividades agropecuárias.

Na tabela 21 pode-se notar que as perspectivas para a continuidade da agricultura familiar, por meio dos filhos (descendentes), não são nada otimistas ao verificarmos os resultados apresentados na pesquisa de campo realizada no Município de Indiana.

A diminuição do número de filhos por casal verificada no meio rural do Município de Indiana, somada à falta de perspectiva destes em termos de reprodução social são alguns dos

(UFRS), Ghislaine Duque (UFPB), Fernando Antônio Lourenço e Maria de Nazaré Baudel Wanderley (UNICAMP). A pesquisa brasileira foi parte integrante de um estudo internacional, coordenado por Hugues Lamache, realizado na França, no Canadá, na Polônia, na Tunísia e no Brasil em 1988 e 1989.

⁴⁵ O trabalho de Alfio Branderburg (1999) “Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável” apresenta grande contribuição sobre a temática da auto-identificação dos agricultores familiares em relação à atividade profissional.

fatores que podem explicar a problemática da continuidade da atividade agrícola pelas próximas gerações.

Os filhos dos produtores associam ter uma melhor qualidade de vida através da realização de trabalhos nas cidades. Para eles, trabalhar na cidade aparece como a única forma de ter melhores condições de vida, como o acesso ao estudo e à assistência médica de qualidade.

Tabela 21: Número de filhos por casal

Filhos	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Nenhum	6	4,3	4	28,6	10	6,5
1 a 3	80	57,5	7	50,0	87	56,9
4 a 6	39	28,1	2	14,3	41	26,8
Mais de 7	14	10,1	1	7,1	15	9,8
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005

Ao analisarmos a condição dos produtores do estrato de área entre de 1 e 50 hectares, nota-se que 4,3% destes não tem filhos. A maioria dos produtores deste estrato de área, ou seja, 57,5% tem entre 1 e 3 filhos, enquanto que 28,1% tem entre 4 e 6 filhos e 10,1% dos agricultores tem mais de 7 filhos.

No estrato de área entre 51 e 100 hectares, os números nos mostram que 28,6% dos produtores não tem filhos, 50,0% tem entre 1 e 3 filhos, 14,3% tem entre 4 e 6 filhos e apenas 7,1% tem mais de 7 filhos.

Do total de agricultores abordados na pesquisa de campo, os que não tem filhos somam 6,5 % do total; a maioria dos agricultores familiares, ou seja, 56,9% tem entre 1 e 3 filhos; os produtores que tem entre 4 e 5 filhos representam 26,8 %; e, apenas 9,8% dos produtores abordados tem 7 filhos ou mais.

Antigamente, ter um maior número de filhos representava a possibilidade de se ter mais braços para serem utilizados como mão de obra da família para trabalhar na agricultura. Atualmente, as aspirações são outras: de um lado, a utilização de máquinas e equipamentos, tais como tratores e semeadeiras substituem a necessidade de muitos trabalhadores para a atividade agropecuária e, de outro, os produtores familiares aspiram outros projetos de vida profissional para seus filhos, pois tem como “espelhos” para esses sonhos a sua própria realidade, que foi marcada por problemas para produzir e dificuldades para se reproduzir socialmente no espaço rural por meio da agricultura.

O nível de escolaridade dos agricultores é apresentado na tabela 22. No estrato de área entre 1 e 50 hectares tem-se que 9,4% dos produtores são analfabetos; a maioria destes, ou seja, 49,6% estudaram entre a 1ª e a 4ª série e 32,4% estudaram entre a 5ª e 8ª série do Ensino Fundamental; apenas 5,7% estudaram até o Ensino Médio; e 2,9% cursaram o Ensino Superior.

Entre os produtores com áreas entre 51 e 100 hectares nenhum respondeu ser analfabeto; a maioria dos agricultores, ou seja, 35,7%, estudou entre a 1ª e a 4ª séries; 21,4% cursaram entre a 5ª e 8ª séries do Ensino Fundamental; 28,6% cursaram o Ensino Médio (antigo colegial); e, 14,3% têm o ensino superior completo.

Tabela 22: Nível de Escolaridade dos produtores

Nível	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Analfabeto	13	9,4	-	-	13	8,5
1ª a 4ª séries Ens. Fund.	69	49,6	5	35,7	74	48,4
5ª a 8ª séries Ens. Fund.	45	32,4	3	21,4	48	31,4
Ens. Médio	8	5,7	4	28,6	12	7,8
Ens. Superior	4	2,9	2	14,3	6	3,9
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005

Os dados totais confirmam que a maioria dos produtores, ou seja, 48,4% estudaram até a 4ª série do Ensino Fundamental, o que demonstra as dificuldades encontradas por estes em sua infância para terem acesso ao ensino básico.

Dentre os principais motivos pela baixa escolaridade apresentada pelos produtores destacam-se a necessidade de começar o trabalho na atividade agropecuária muito jovem, com o conseqüente abandono do estudo pelo trabalho ; a grande distância das escolas, que majoritariamente era percorrida a pé ou a cavalo; e, a não valorização dos estudos.

4.2 - Caracterização da Propriedade Familiar

Para realizar a caracterização da propriedade familiar analisamos as informações coletadas em trabalho de campo, relacionadas ao tipo de moradia, forma de acesso a terra, principal atividade econômica realizada na unidade produtiva, lavouras cultivadas, mão de obra utilizada e a condição das estradas de acesso à propriedade.

Com a tabela 23 pode-se verificar os materiais utilizados na construção das moradias dos produtores familiares no Município de Indiana. A maioria dos produtores abordados tem casa de alvenaria, representando 47% do total. Nos dados estratificados por área, a moradia de alvenaria

também tem destaque, pois soma 44,6% dos produtores com área entre 1 e 50 hectares e 57,1% dos produtores no estrato de área entre 51 e 100 hectares.

Tabela 23: Tipo de Moradia

Residência	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Madeira	29	20,9	4	28,6	32	21,0
Alvenaria	62	44,6	8	57,1	72	47,0
Mista	48	34,5	2	14,3	49	32,0
Outro material	-	-	-	-	-	-
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005

A moradia mista, ou seja, que apresenta a combinação em sua construção de tijolos e madeira, foi encontrada em 32% das casas do total de produtores abordados pela pesquisa, ficando em 34,5% no caso dos produtores do estrato de área entre 1 e 50 hectares e 14,3% nas propriedades com área entre 51 e 100 hectares. As moradias de madeira aparecem em 21% do total de produtores abordados. Não foram encontradas casas de qualquer outro tipo de material. Observe as imagens de duas moradias de produtores do Município de Indiana.



Figura 5: Moradia rural do Município de Indiana. (à esquerda: exemplo de casa de alvenaria; e, à direita: tipo de residência de madeira). Autor: R.A. Menegati (Nov/2005).

As moradias dos produtores apresentam-se, em sua maioria, com conforto razoável se comparadas ao modelo urbano de “tipo ideal de casa”. A melhoria na moradia é vista como uma das prioridades de investimento pela família, que objetiva sempre uma casa mais confortável e bonita.

Cabe salientar que do total de produtores abordados na pesquisa de campo, 98% têm em suas casas o rádio e/ou televisão que, como meios de comunicação de massa, podem significar a

incorporação por alguns membros das famílias, sobretudo dos mais jovens, de hábitos, valores e necessidades de consumo tipicamente urbanos, indicando novas formas de ver e se relacionar com o mundo.

Além da casa, verificou-se a presença, na grande maioria das propriedades, dos “barracões” que servem para guardar os tratores e implementos agrícolas e as “tuias” nas quais é guardada a produção até a espera de um melhor preço para a comercialização. Em algumas propriedades tem-se também um depósito de sementes, fertilizantes e outros insumos químicos.

A tabela 24 refere-se à forma de acesso à propriedade familiar e traz dados bastante interessantes sobre a importância da herança. Os dados indicam que para 70,6% dos produtores abordados a sucessão hereditária foi uma das principais formas de acesso a terra. Dentre estes, os produtores que afirmaram ser a herança familiar a única forma de acesso a terra representaram 56,9%; os que conseguiram o acesso a terra combinando a herança e a compra somam 6,5 %; e os produtores que combinaram a herança e o arrendamento chegam a 7,2% do total de produtores abordados.

O caráter familiar da produção repercute-se não só na maneira como é organizado o processo de trabalho, mas nos processos de transferência hereditária e sucessão profissional. A esmagadora maioria dos agricultores contemporâneos continua a atividade paterna, o que não ocorre em nenhuma outra profissão (ABRAMOVAY, 2002).

Sant’Ana (2003) relata a diversidade de situações engendradas no processo de sucessão dentre os produtores dos Municípios de Jaci, Valentin Gentil e Mariapólis, todos localizados na Mesorregião de São José do Rio Preto (SP), .

A grande maioria das propriedades onde as famílias moram foi herdada pelo homem (chefe da família), o que indica um viés de gênero compondo a sucessão e possivelmente a divisão da terra. No entanto, quando indagados sobre a forma de divisão da herança, surge um mosaico de situações bastantes distintas, como a divisão de aproximadamente a mesma área entre todos os filhos; a venda da propriedade e divisão de aproximadamente a mesma área entre todos os filhos; a venda da propriedade e divisão do dinheiro obtido entre todos os herdeiros; a partilha formal da área, mas com o usufruto do pai/mãe e às vezes mantendo algumas atividades em comum; a divisão da área apenas com uma parte dos filhos, sob alegação de que os demais não ajudaram a construir o patrimônio; o parcelamento da área com todos os filhos, mas com o pai retendo também para si uma das partes [...] (SANT’ANA, 2003, p. 95).

A sucessão hereditária através da exclusão das filhas mulheres mostrou-se como o tipo mais comum de acesso a terra nas propriedades abordadas na pesquisa de campo no Município de

Indiana, pois a continuidade na atividade agropecuária e do patrimônio familiar se deu por meio dos filhos homens. As mulheres, por sua vez, recebiam sua parte na herança em dinheiro ou em outros bens familiares.

No Município de Indiana, o acesso a terra unicamente pela compra foi a forma predominante para 22,9 % dos produtores; o acesso a terra pela doação correspondeu a 3,9%; e por meio da posse por 2,6% do total de produtores pesquisados.

Tabela 24: Forma de Acesso a Terra

Acesso a terra	1 a 50 ha		51 a 100		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Herança familiar	80	57,6	7	50,0	87	56,9
Herança e compra	8	5,7	2	14,3	10	6,5
Herança e arrendamento	11	7,9	-	-	11	7,2
Compra	31	22,3	4	28,6	35	22,9
Doação	5	3,6	1	7,1	6	3,9
Posse	4	2,9	-	-	4	2,6
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov./Dez. de 2005

No estrato de área entre 1 e 50 hectares, a herança como forma de acesso a terra foi apontada por 57,6% dos agricultores; no estrato de área entre 51 e 100 hectares, 50,0% tiveram acesso à propriedade unicamente pela herança.

Ressalta-se que todos os produtores familiares abordados nesta pesquisa têm a propriedade privada das terras em que produzem, sendo que há também aqueles que realizam a prática do arrendamento para obter uma área cultivada maior do que a que possui visando aumentar a produção.

O acesso a terra por meio da propriedade privada é encarada pelos agricultores familiares como a única forma para obter sucesso na atividade agropecuária

Desse modo, conclui-se que a sucessão hereditária constituiu-se para a maioria dos produtores familiares como uma importante forma de acesso a terra, representando a continuidade da atividade profissional de seus pais, ou seja, reforçando a reprodução da agricultura familiar.

Para uma caracterização da unidade produtiva familiar consideramos ser importante as informações referentes às condições das estradas rurais que dão acesso as propriedades pesquisadas, como se pode constatar na figura 6.



Figura 6: Estrada do Bairro Sete Copas que liga o referido bairro à Rodovia Assis Chateaubriand (SP-123), que é a principal via de acesso a sede do Município e ao Município de Presidente Prudente. Autor: R.A.Menegati (Nov/2005).

A tabela 25 mostra a avaliação feita pelos produtores sobre a condição das estradas. Do total de produtores abordados na pesquisa de campo, 45,1% acham boas as condições das estradas. Essa opinião é compartilhada também pelos produtores quando se analisa por estrato de área.

Entretanto, número significativo do total de produtores familiares abordados, ou seja, 34% afirmaram ser precárias as condições das estradas. Essa opinião é compartilhada por 33,8% dos produtores pesquisados no estrato de área entre 1 e 50 hectares e 35,7% dos produtores com área entre 51 e 100 hectares.

Verificou-se que 16,3% do total de agricultores abordados na pesquisa de campo avaliaram como péssimas as condições das estradas de acesso as suas respectivas propriedades.

Tabela 25: Condição das estradas de acesso

Estado	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Boa	63	45,3	6	42,8	69	45,1
Precária	47	33,8	5	35,7	52	34,0
Péssima	23	16,6	2	14,3	25	16,3
Outra	6	4,3	1	7,2	7	4,6
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005.

A facilidade de transportes e de acesso à propriedade é um elemento importante para compreendermos a agricultura familiar em relação com o seu entorno, pois estas condições

favoráveis podem determinar a mobilidade da família em seu cotidiano, nos atos de trabalhar e estudar fora, por exemplo. A comercialização da produção agropecuária também pode ser prejudicada em casos de difícil acesso a propriedade rural.

4.3 - Estratégias de reprodução social utilizadas pelos produtores rurais do Município de Indiana

Brumer e Wanderley (1993) destacam qual é o principal desafio a ser enfrentado pela agricultura familiar através de suas estratégias de reprodução. Segundo as autoras:

[...] o grande desafio dos agricultores brasileiros consiste em garantir um espaço aos numerosos 'herdeiros', um lugar de trabalho (muitas vezes a própria exploração familiar), sem que isso se torne técnica e economicamente inviável (BRUMER; WANDERLEY, 1993, p.205).

Para realizarmos uma caracterização da unidade produtiva familiar torna-se necessário identificar qual é a principal atividade econômica desenvolvida. A tabela 26 mostra a importância da atividade agrícola no Município de Indiana.

A importância do cultivo de lavouras é mais significativa nas unidades produtivas com estrato de área entre 1 e 50 hectares, já que 63,3% dos pesquisados deste estrato afirmam que a agricultura é a principal atividade econômica da propriedade. A pecuária leiteira aparece nas respostas de 14,4% dos produtores e a pecuária de corte em 22,3% destas. Observe a figura 7 apresentando uma área de pastagens.



Figura 7: Pecuária de corte no Município de Indiana
 Autor: R.A.Menegati (Nov.2005).

No estrato de área entre 51 e 100 hectares, o cultivo de lavouras é realizado por 42,8% dos pesquisados, mesmo percentual (42,8%) dos que tem a pecuária de corte como principal atividade econômica. A pecuária leiteira é a atividade principal em apenas 14,4% das propriedades deste estrato de área.

Tabela 26: Principal atividade econômica

Origem	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Cultivo de lavouras	88	63,3	6	42,8	94	61,4
Pecuária leiteira	20	14,4	2	14,4	22	14,4
Pecuária de corte	31	22,3	6	42,8	37	24,2
Total	139	100	14	100	153	100

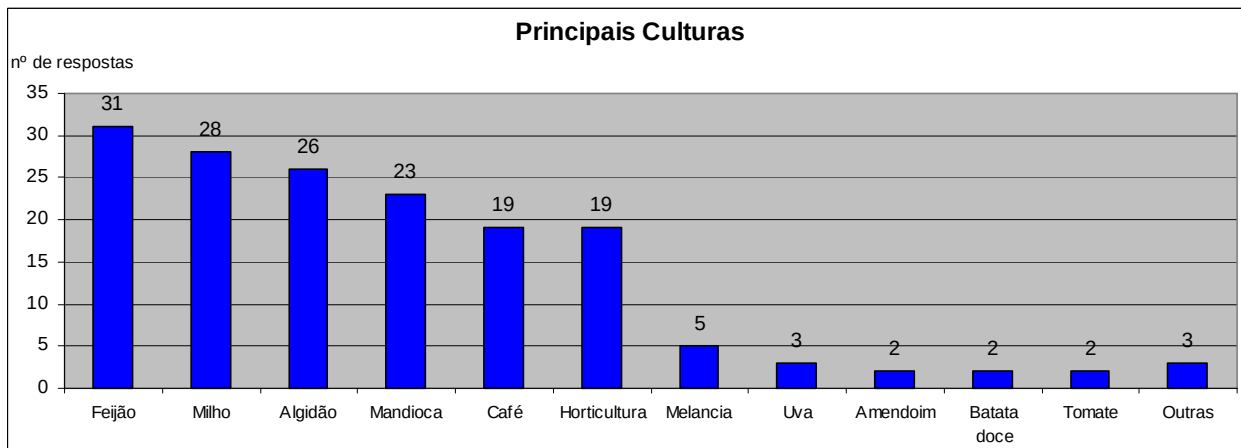
Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

Em relação ao total das propriedades visitadas, a atividade agrícola soma 61,4% dos produtores, ressaltando a importância desta atividade econômica para o Município de Indiana.

Com a comprovação da importância do cultivo de lavouras, o gráfico 3 busca complementar as informações, mostrando quais são as lavouras mais cultivadas entre os agricultores. O cultivo do feijão ganha destaque aparecendo como o principal cultivo em 31 unidades produtivas. As culturas do milho (28), do algodão (26), da mandioca (23), do café (19) e a horticultura (19) foram representativas nas respostas dos agricultores.

Gráfico 3: Principais culturas⁴⁶ em termos de frequência nas respostas dos produtores pesquisados

⁴⁶ Cabe ressaltar que alguns produtores indicaram mais de uma resposta.



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005.

Os agricultores do Município de Indiana têm como característica a diversificação dos cultivos em suas propriedades. Apesar de indicarem um ou dois cultivos como principais, geralmente direcionados à comercialização, apresentam em suas propriedades outras culturas direcionadas principalmente ao autoconsumo da família.

Mendes (2005) ressalta alguns problemas relacionados à produção por parte dos produtores familiares de cultivos considerados “tradicionais” do Município de Catalão e que na verdade são típicos da agricultura familiar, que mostram-se presentes na realidade vivenciada pelos agricultores do Município de Indiana.

Os cultivos tradicionais, como o arroz, feijão, mandioca, milho e produção de leite, dentre outros produtos, são destinados ao consumo direto das populações urbanas, impossibilitando a agregação de valor. E como sua produção é pequena e suas necessidades são prementes, necessitam comercializar rapidamente a safra (em função da descapitalização do setor), não podendo esperar a possibilidade da melhoria de preços no mercado, mesmo porque não teriam local adequado para armazenar a produção. E, ainda, alguns produtos, como as hortaliças, são perecíveis, devendo ser comercializados imediatamente após a colheita. A escolha da produção fundamenta-se em produtos que exigem poucos recursos tecnológicos e investimentos de capitais (MENDES, 2005, p.258-259)

Cabe ressaltar, a título de exemplificação, o papel da lavoura do milho para os produtores familiares do Município de Indiana. Esse cultivo se mostrou bastante expressivo nas propriedades, pois além de sua comercialização quando seco para os cerealistas, ele é destinado para a alimentação das aves, suínos e bovinos criados na propriedade. O milho verde e seus derivados podem ser comercializados nas feiras e nos mercados, tendo também importante papel no auto-

consumo da família.

Sant’Ana (2003, p.127) enfatiza que a prática da diversificação das atividades agropecuárias permite “(...) à família dispor de rendas alternativas quando um produto apresenta quedas drásticas de preços e quando há perdas por doenças, pragas e fatores climáticos diversos [...]”.

A diversificação da produção mostra-se como relevante prática entre os produtores do Município de Indiana. No entanto, as culturas escolhidas baseiam-se naquelas que os produtores estão acostumados a plantar, colher e comercializar. Assim, como se observa no gráfico 3 destacam-se as culturas do feijão, milho, algodão, mandioca, café e horticultura, ou seja, existe a diversificação, mas não há a introdução de novos com a produção de outros tipos de culturas.



Figura 8: Horticultura irrigada (repolho e couve)
Autor: R.A. Menegati (Nov/2006).

Sobre essa diversificação de culturas, Sant’Ana (2003, p.131) esclarece que para alguns produtores da Mesorregião de São José do Rio Preto

Nem sempre a diversificação ou a mudanças de atividades significa melhores rendas ou é acompanhada de um criterioso processo de decisão. Alguns produtores comentam que a decisão do plantio de determinada cultura ocorre basicamente em função da euforia de outros produtores e comentários vagos de que esta alcançava bons preços no mercado [...] Tão importante quanto a diversificação é a forma como é composto o conjunto de atividades que serão desenvolvidas.

Deve-se ressaltar que apesar da diversificação de culturas ser uma estratégia presente na maioria das propriedades visitadas na pesquisa de campo no Município de Indiana, existe sempre a

seleção de um ou dois produtos, cuja produção e comercialização compõem a base da renda total auferida pela família.

A presença do pomar e da horta nas propriedades é um exemplo de cultivo para o auto-consumo e para a comercialização, como pode ser observado na figura 9.



Figura 9: Casal de agricultores em seu pomar de laranjas e poncãs para comercialização
Autor: R.A. Menegati (Nov/2005).

Na tabela 27 verifica-se que o pomar está presente em 70,6% do total das unidades produtivas visitadas na pesquisa de campo, sendo que o mesmo comparece em 71,2% das propriedades do estrato de área entre 1 e 50 hectares e de 100% nas unidades de produção com área entre 51 e 100 hectares.

Tabela 27: Existência de Horta e Pomar para alimentação familiar

Pomar	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	99	71,2	14	100	108	70,6
Não	10	28,8	-	-	45	29,4
Horta	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	85	61,2	5	35,7	90	58,8
Não	54	38,8	9	64,3	63	41,2
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

Em relação à existência de horta na propriedade, a resposta é positiva em 61,2% das unidades de produção no estrato de área entre 1 e 50 hectares e de 35,7% no estrato de área entre

51 e 100 hectares. Do total das propriedades visitadas, 58,8% contam com a horta para compor a alimentação da família.

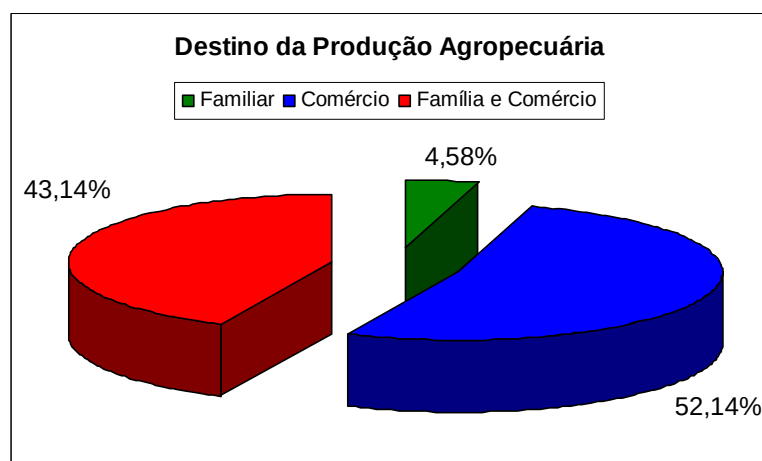
4.3.1 - Comercialização da produção

Neste item do trabalho procura-se enfocar quais são os destinos da produção agropecuária e as formas de comercialização empregadas nas unidades de produção familiar do Município de Indiana.

A combinação de diferentes canais de comercialização dos produtos pode se constituir como uma importante estratégia dos produtores para melhorar a renda total das propriedades.

O gráfico 4 indica que para 52,2% dos produtores o destino da produção agropecuária é estritamente comercial; no estrato de área entre 1 e 50 hectares representam 54% dos produtores e 35,7% dos produtores com áreas entre 51 e 100 hectares.

Gráfico 4: Destino da produção agropecuária



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005

Na tabela 28 verifica-se os dados analisados por estrato de área, sendo que a produção agropecuária que destina-se tanto ao consumo familiar como ao comercial aparece de maneira significativa nas respostas, constituindo-se em 41% no estrato de área entre 1 e 50 hectares e 64,3% entre 51 e 100 hectares. Do total de produtores pesquisados, os que responderam destinar a produção agropecuária tanto ao auto-consumo como a comercialização somam 43,1% do total.

Apenas 4,6% dos produtores afirmaram destinar a produção agropecuária somente ao consumo da família, sendo que destes todos se encontram no estrato de área entre 1 e 50 hectares.

Tabela 28: Destino da produção agropecuária

Destino	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Familiar	7	5,0	-	-	7	4,6
Comércio	75	54,0	5	35,7	80	52,3
Família e comércio	57	41,0	9	64,3	66	43,1
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

Dos produtores que comercializam sua produção agropecuária, seE pode observar na tabela 29 quais são as principais formas e locais de comercialização. Nota-se que aparecem muitos canais de comercialização, mas de modo geral, a produção é comercializada no mercado local/regional.

A comercialização do leite com os laticínios aparece em 17% do total das respostas dos produtores pesquisados no Município de Indiana.

As respostas que indicam a comercialização das lavouras com mercados e feiras na região representam 41,9 % do total de produtores abordados pela pesquisa.

O papel das feiras como importante forma de comercialização para os produtores é destacada por Mendes (2005, p.250):

A feira é uma oportunidade para os produtores comercializarem, diretamente, seus produtos, aumentando a possibilidade de agregar valores. Vários produtores vêm na feira um meio de complementar sua renda. Mesmo aqueles que não participam dessa atividade encontram-se, indiretamente, envolvidos. Os horticultores, por exemplo, destinam parte de sua produção para os feirantes [...].

Tabela 29: Principal forma de comercialização da Produção

Formas de comercialização	1 a 50 ha		51 a 100		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Mercados na região	22	15,8	-	-	22	14,4
Feiras na região	40	28,8	2	14,3	42	27,5
Cerealistas	23	16,6	2	14,3	25	16,3
Atravessadores	16	11,5	2	14,3	18	11,8
Laticínios	23	16,5	3	21,4	26	17,0
Frigoríficos	5	3,6	3	21,4	8	5,2
Outros	10	7,2	2	14,3	12	7,8
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov./Dez. de 2005

As respostas dos produtores indicam que principalmente aqueles do estrato de área entre 1 e 50 hectares vêm achando mais vantajoso comercializar diretamente a sua produção nos

mercados e feiras do próprio município e da região (Presidente Prudente, Martinópolis e Regente Feijó), pois assim diminuem a atuação dos atravessadores.

Nesse sentido, os produtores se utilizam de algumas estratégias para comercializar a produção diretamente com o mercado consumidor por meio da venda: de produtos *in natura* nos domicílios e feiras livres, principalmente como uva, poncã, ovos, leite e hortaliças; de produtos processados, também em domicílios e nas feiras, como os derivados (doce de leite, queijos, mandioca descascada e café torrado e moído); e, a venda de frutas e hortaliças aos mercados e restaurantes do Município de Indiana e da região de Presidente Prudente.

Em relação à comercialização em domicílio ou de “porta em porta”, os produtores afirmam que existem consumidores definidos, que eles denominam como “fiéis”, principalmente na cidade de Indiana, que fazem pedidos e compram semanalmente, devido ao conhecimento e amizade com o produtor e pela qualidade do produto ofertado.

A comercialização com frigoríficos é apontada em apenas 5,2% das respostas, devido ao fato que a produção animal é majoritariamente comercializada de maneira informal com terceiros. Esse tipo de comercialização é mais significativo no caso dos suínos e das aves⁴⁷. Sant’Ana (2003) denomina essas formas de comercialização como sendo diferenciadas. Segundo o referido autor:

[...] a utilização de qualquer canal de comercialização que tenha permitido ao produtor auferir rendas superiores ao que obteria se vendesse sua produção aos intermediários ou individualmente no mercado formal. A operacionalização dessa estratégia é realizada, basicamente, aproximando o produtor do consumidor, por meio da eliminação de agentes de intermediação; adicionando valor aos produtos; e/ou criando condições que facilitam a negociação com as grandes agroindústrias. A maioria desses mecanismos utilizados, no entanto, possuem caráter precário e/ou informal (SANT’ANA, 2003, p.147).

A comercialização para cerealistas também aparece de forma significativa nas respostas, sendo de 16,6% dos produtores no estrato de área entre 1 e 50 hectares e de 14,3% daqueles com área entre 51 e 100 hectares. Do total de produtores, a comercialização com cerealistas representou 16,3% das respostas.

⁴⁷ Os produtores afirmaram que, principalmente em períodos de festas (Páscoa, Natal e Ano Novo), a procura por pessoas de várias cidades da região, principalmente das mais próximas, como Presidente Prudente e Regente Feijó pela carne de porco é grande.

Do total de produtores abordados pela pesquisa, apenas 11,8% indicaram o comércio realizado com atravessadores – intermediários - como a principal forma de comercialização, indicando que os produtores buscam vender diretamente ao consumidor e, assim, aumentar seus lucros, sem a presença dos atravessadores.

4.3.2 - O significado da Pluriatividade nas unidades de produção familiar no Município de Indiana.

Para se entender o significado da pluriatividade em situações em que se predomina a agricultura familiar:

[...] é preciso admitir que determinadas formas sociais se transformam (no sentido de que se superam), se metamorfoseiam e se reproduzem fora do escopo rígido das leis de valorização do capital. Trata-se de aceitar a hipótese de que determinadas formas sociais estabelecem relações com o modo de produção dominante sem que, *a priori*, elas assumam um caráter capitalista (SCHNEIDER, 2003a, p.21).

Anjos (2003) trata a pluriatividade como um

[...] fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização a nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno (ANJOS, 2003, p.90-91).

O referido autor (2003, p.91) complementa sua definição destacando que

A pluriatividade, portanto, não se trata de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista.

Para Carneiro (1997, p.152) mesmo sendo a pluriatividade um fenômeno antigo nas unidades familiares de produção, ela assume no período atual novas dimensões, devido à “possibilidade de novas formas de organização da produção vir a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados”.

Nesse sentido, de acordo com Anjos (2003, p.09), “[...] a exploração familiar já não representaria o lugar único e exclusivo em que trabalham os membros das famílias rurais”. Segundo o referido autor, a combinação de atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas pode surgir

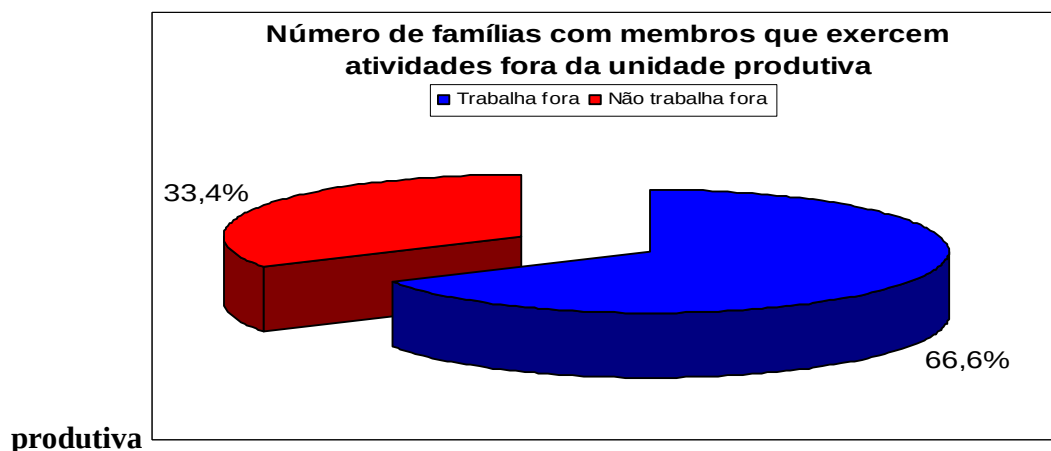
[...] tanto da crise da agricultura tradicional (resultado da exclusão de unidades camponesas do processo de modernização) como daquelas situações nas quais certas explorações, havendo iniciado o processo modernizante, foram incapazes de manter-se ou consolidar-se nesta condição (ANJOS, 2003, p.62-63),

O termo pluriatividade corresponde, segundo a perspectiva de Anjos (2003, p.81-82), baseada em Fuller (1990), à combinação da agricultura com outras atividades, tais como:

a) emprego em outras explorações; b) atividades para-agrícolas como o processamento de alimentos, a exemplo da produção de vinhos para venda direta; c) outras iniciativas executadas na própria exploração (alojamento de turistas, fabricação de móveis, etc.); d) atividades extra-agrícolas, incluindo o trabalho externo.

Ao analisarmos os dados do gráfico 5, se observa que 66,6 % das propriedades abordadas na pesquisa de campo apresentam algum membro da família que exerce atividades fora da propriedade e apenas em 33,4% delas todos os membros exercem atividades apenas na unidade produtiva.

Gráfico 5: Número de famílias com membros que exercem atividades fora da unidade



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005.

Estas 66,6% de propriedades familiares são consideradas pluriativas, pois nelas pelo menos um membro da família exerce uma ocupação agrícola e outro uma não agrícola; ou ainda, quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária).

Se verificarmos as unidades produtivas em que existem dois (02) membros da família trabalhando fora da propriedade, chega-se ao número de 50,9 % do total de unidades produtivas abordadas. Dessa forma, nas famílias menos numerosas, já que 56,9 % das unidades produtivas o casal de produtores tem de 1 a 3 filhos, o exercício de atividades não agrícolas que, majoritariamente, é exercido pelos filhos fora da propriedade, pode representar o caminho para a ausência de sucessores na agricultura familiar, ou seja, para a falta de filhos que continuem trabalhando na agropecuária. Merece destaque que, embora muitos dos filhos não queiram mais trabalhar e depender economicamente da agricultura, há o caso de filhos que apenas residem na propriedade.

A tabela 30 nos traz informações complementares em relação aos dados por estrato de área. Verifica-se que no estrato de área entre 1 e 50 hectares, 67 % das famílias podem ser consideradas pluriativas; percentual que representa 64,3% no estrato de área entre 51 e 100 hectares.

Tabela 30: Número de Famílias com membros que exercem atividades fora da unidade produtiva

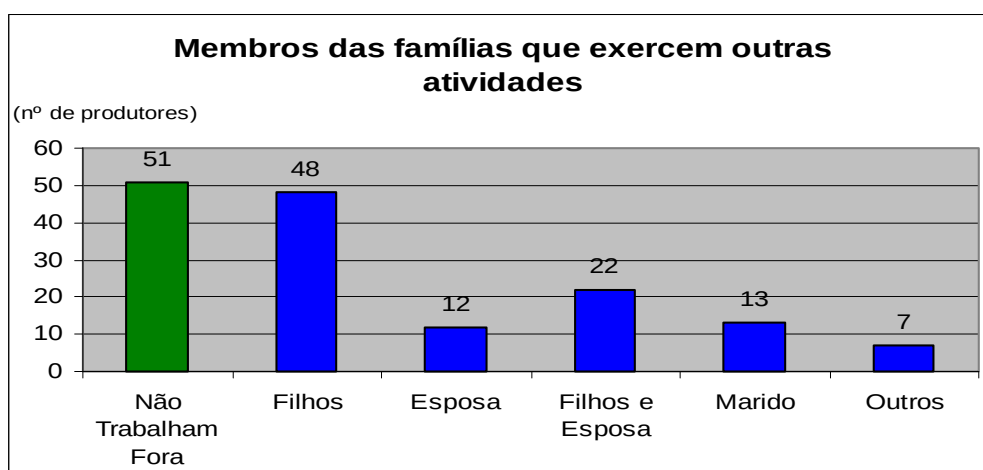
Respostas	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%

Sim	93	67,0	9	64,3	102	66,6
Não	46	33,0	5	35,7	51	33,4
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

Com o gráfico 6 e a tabela 31 pode-se verificar quais SÃO os membros das famílias rurais que estão ocupados em atividades realizadas fora da unidade produtiva. E, conclui-se que na maioria das unidades produtivas são os filhos que exercem essas atividades, representando 47,1% do total de produtores abordados. Analisando por estrato de área, tem-se 46,2% no estrato de área entre 1 e 50 hectares e 55,6% no estrato entre 51 e 100 hectares.

Gráfico 6: Membros das famílias rurais que exercem outras atividades



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005

Os produtores pesquisados que afirmam ser a esposa quem exerce outras atividades representa 11,8% do total de unidades produtivas abordadas, merecendo destaque na tabela 56, que neste caso, todas as propriedades encontram-se no estrato de área entre 1 e 50 hectares.

Tabela 31: Membros das famílias que exercem outras atividades

Renda (R\$)	1 a 50 ha		51 a 100		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Filhos	43	46,2	5	55,6	48	47,1
Esposa	12	13,0	-	-	12	11,8
Filhos e esposa	20	21,5	2	22,2	22	21,5
Marido	11	11,8	2	22,2	13	12,7
Outros	7	7,5	-	-	7	6,9
Total	93	100	9	100	102	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov./Dez. de 2005

As famílias que combinam o trabalho em atividades externas as unidades produtivas por dois ou mais membros, ou seja, pela esposa e filhos, representam 21,5% do total, sendo que no

estrato de área entre 1 e 50 hectares a representatividade é de 21,5% e entre 51 e 100 hectares é de 22,2%.

Um dado importante baseia-se no fato de que apenas em 12,7% das propriedades visitadas é o marido quem exerce essas outras atividades, no caso, o chefe da família. Nestes casos, os produtores realizam um trabalho *part-time*, ou seja, dedicam parte do seu tempo à atividade agropecuária e a outra parte às atividades não-agrícolas realizadas fora da propriedade.

As propriedades nas quais os filhos e/ou a esposa é responsável pelo exercício das atividades não agrícolas representam 80,4% do total das unidades em que existe algum membro da família trabalhando em atividades não agrícolas.

A pluriatividade provoca mudanças na dinâmica interna das famílias rurais, principalmente no que se refere as relações de poder entre os membros da família. Pois, a agricultura familiar sempre caracterizada pelo patriarcalismo, passa a caracterizar-se por uma melhora no nível de *status* da esposa e filhos, particularmente nos casos em que são esses membros da família os responsáveis pelo aumento da renda, através de ingressos econômicos oriundos do desenvolvimento de outras atividades que não as agrícolas (ANJOS, 2003).

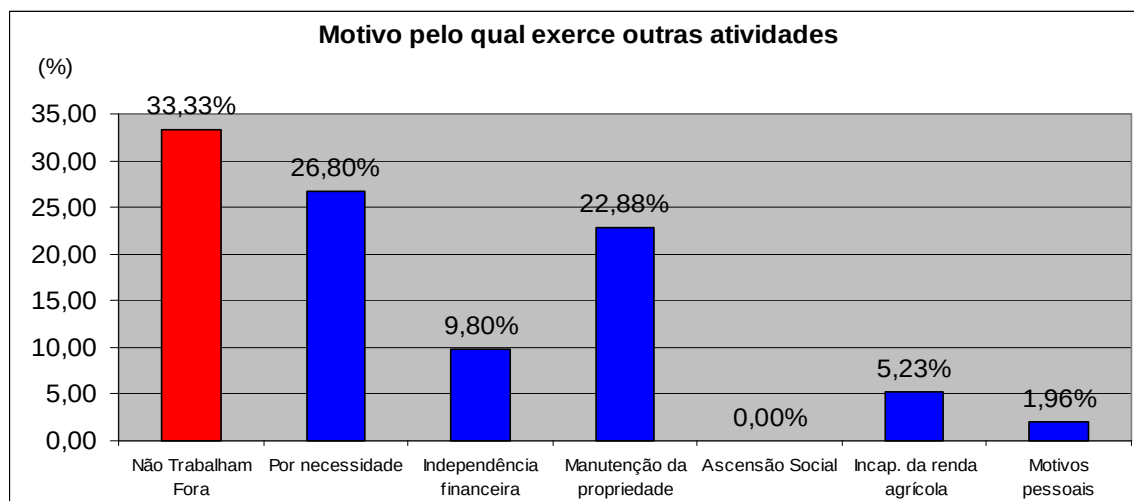
A finalidade da pluriatividade está atrelada às características do contexto sócio-econômico em que estão inseridas as famílias de produtores, de maneira combinada com os elementos e motivações internas da própria racionalidade familiar (ANJOS, 2003).

Isso quer dizer que tanto os aspectos relacionados aos objetivos dos membros das famílias rurais (ascensão social, independência financeira, ajudar a família, etc.), quanto às características do espaço no qual estas se inserem (facilidade de transportes, proximidade de centros urbanos, mercado de trabalho propício, etc.), são elementos que influenciam o desenvolvimento combinado de atividades ligadas à agropecuária com atividades em outros setores.

Para compreender esse trabalho realizado fora da propriedade por determinados membros das famílias de agricultores é necessário entender o motivo pelo qual são realizadas, em qual (is) local (is) é (são) realizada (s) e onde é investida a renda auferida com a realização desses trabalhos.

O gráfico 7 e a tabela 32 nos mostram um panorama no qual se pode identificar os motivos alegados pelos indivíduos que exercem outras ocupações externas as propriedades rurais.

Gráfico 7: Motivo pelo qual exerce outras atividades



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005.

O motivo pelo qual exerce atividades fora da unidade produtiva que mais apareceu nas respostas dos produtores foi a necessidade, que obteve 40,2% das respostas. Entretanto, foi pedido que se especificasse que tipo de necessidade, o que era necessário para essas famílias. A resposta majoritária deu-se em torno da necessidade de se comprar roupas, eletrodomésticos e móveis para a casa. Os produtores afirmam que a renda auferida com a atividade agropecuária não proporciona condições suficientes para comprar certos objetos que os filhos gostariam e/ou que as esposas sonham em ter.

Tabela 32: Motivo pelo qual exerce outras atividades

Motivos	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Por necessidade	37	39,8	4	44,5	41	40,2
Independência financeira	13	14,0	2	22,2	15	14,7
Manutenção da propriedade	34	36,6	1	11,1	35	34,3
Ascensão social	-	-	-	-	-	-
Incap. da renda agrícola ⁴⁸	7	7,5	1	11,1	8	7,8
Motivos pessoais	2	2,1	1	11,1	3	3,0
Total	93	100	9	100	102	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov./Dez. de 2005.

Quando se afirma que as rendas provenientes das atividades agropecuárias não são mais suficientes para suprir as necessidades da família, cabe destacar que estas também se transformaram. Muitas necessidades foram criadas devido à incorporação de hábitos urbanos.

⁴⁸ Incapacidade da renda agrícola de prover a sobrevivência da família.

Essa incorporação de hábitos e “modo de vida” tipicamente urbana se dá pelo encontro cotidiano com as cidades, seja pela ocupação urbana realizada, seja pelos meios de comunicação que incentivam a propagação de valores da sociedade urbano-industrial.

A manutenção da propriedade aparece em segundo lugar nas respostas dos produtores, como o motivo pelo qual se exerce atividades não agrícolas, representando 34,3%. Assim, a renda é utilizada para investimentos na propriedade, contribuindo para a continuidade das atividades agropecuárias.

Do total de produtores abordados pela pesquisa, 14,7% afirmam que exercem outras atividades em busca de independência financeira. Neste caso, principalmente os filhos buscam independência para comprar coisas que os pais não poderiam lhes dar.

Outra resposta que apareceu foi a incapacidade da renda gerada na agropecuária suprir a sobrevivência da família, representando 7,8% do total de produtores. Neste caso, os produtores reclamam que não conseguem sobreviver dignamente com a renda obtida na agropecuária, pois a produção realizada na propriedade é basicamente para o auto-consumo; e, em 3% do total de produtores, a resposta foi por motivos pessoais, tais como: sair de casa, conhecer outras pessoas, etc.

De acordo com Sant’Ana (2003), nota-se para os produtores familiares pesquisados nos Municípios de Jaci, Mariapólis e Valentin Gentil que:

[...] o trabalho assalariado não agrícola, sem qualificação, por exemplo, está ligado, muitas vezes, a uma situação de renda insuficiente e pobreza, mas pode ser uma opção dos filhos que não desejam se submeter ao trabalho árduo na lavoura e à rígida autoridade do pai; no caso das mulheres pode significar a duplicação da jornada de trabalho, mas também a elevação de seu prestígio (mais do que poder de decisão) no interior das relações familiares (SANT’ANA, 2003, p. 158).

A pluriatividade das famílias rurais vai se delineando com as informações até aqui apresentadas, entretanto, é necessário verificar qual é o lugar em que essas atividades não agrícolas são realizadas.

A tabela 33 mostram que a maior parte (69,6%) dessas outras atividades são realizadas fora da propriedade, mais especificamente nas cidades. Das propriedades no estrato de área entre 1 e 50 hectares tem-se 68,9% e no estrato entre 51 e 100 hectares, 77,8% das propriedades apresentam membros das famílias rurais trabalhando nas cidades. Em apenas 11,8% das unidades de produção familiar essas atividades não agrícolas são exercidas dentro da propriedade.

O exercício de atividades não-agrícolas fora da propriedade, mas no espaço rural do Município, representa 18,6 do total de propriedades visitadas na pesquisa de campo, sendo que todas encontram-se no estrato de área entre 1 e 50 hectares.

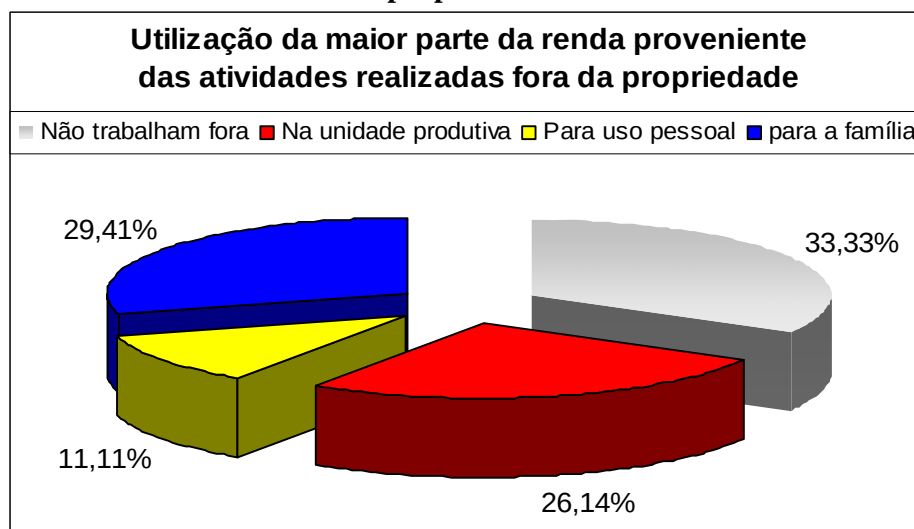
Tabela 33: Lugar em que são realizadas outras atividades

Onde	1 a 50 há		51 a 100 há		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Dentro da propriedade	10	10,7	2	22,2	12	11,8
Fora da prop. no meio rural	19	20,4	-	-	19	18,6
Fora da prop. na cidade	64	68,9	7	77,8	71	69,6
Total	93	100	9	100	102	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

Das rendas auferidas nessas atividades, o gráfico 8 e a tabela 34 mostram em que estas são utilizadas pelas famílias de produtores. Observa-se que dentre as repostas dos produtores, 44,1% afirmaram que a renda é utilizada para as necessidades da própria família. Do total de produtores da pesquisa, 39,2% responderam utilizar a renda em investimentos na unidade produtiva, ou seja, com gastos na propriedade de maneira geral e 16,7% afirmaram utilizar a renda para uso pessoal.

Gráfico 8: Utilização da maior parte da renda proveniente das atividades realizadas fora da propriedade



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005.

Para os produtores que afirmaram que a maior parte da renda proveniente dessas atividades é utilizada para uso pessoal do membro da família que trabalha, é necessário refletir sobre a questão da individualização das decisões no âmbito das famílias rurais. Para Sant'Ana (2003, p.169):

Na maioria dos casos em que a distribuição do trabalho e da renda é individual, mais do que ser consequência do atendimento do desejo de autonomia de cada um dos membros ou núcleos familiares, o que se busca é reduzir as áreas de conflito e manter a relação familiar forte, de modo que possam enfrentar de forma coesa as dificuldades mais abrangentes e sérias quase sempre interpretadas como de origem externa à unidade familiar.

Como se observa na tabela 34, os números relacionados à análise estratificada não apresentam discrepâncias, sendo que nos dois estratos pesquisados a utilização dos recursos obtidos com a família aparece na maioria das respostas, com destaque também para o uso na unidade de produção.

Tabela 34: Utilização da maior parte da renda proveniente das atividades realizadas fora da propriedade

Renda utilizada	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Na unidade produtiva	37	39,8	3	33,3	40	39,2
Para uso pessoal	15	16,1	2	22,2	17	16,7
Para a família	41	44,1	4	44,5	45	44,1
Total	93	100	9	100	102	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

Quanto à diversidade de situações encontradas quando o assunto é o destino dado às rendas auferidas em atividades não agrícolas, Santa'Ana (2003, p. p.173) observa que:

O destino que é dado a estas rendas não agrícolas é bastante variável. Quando filhos trabalham fora, a contribuição dos mesmos depende da situação geral da família. Há casos em que se tornam os principais provedores e há aqueles em que os salários são integralmente utilizados para fins pessoais ou para pequenos investimentos.

A tabela 35 apresenta quais são as atividades não agrícolas desenvolvidas pelos membros das famílias rurais no Município de Indiana.

Em relação às atividades desenvolvidas na propriedade familiar, que representam 11,8% do total de visitas na pesquisa de campo, destacam-se o artesanato, a culinária e o processamento de alimentos (fabricação de queijos, bolos, doces e salgados) com 4,9% das respostas cada uma, além do emprego em estabelecimento comercial (bar) na propriedade de dois pesquisados, representando 1,9% do total.

Tabela 35: Outras atividades realizadas pelos membros das famílias

Atividades	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Na Propriedade	10	10,7	2	22,2	12	11,8
artesanato	4	4,3	1	11,1	5	4,9
Processamento de alimentos	4	4,3	1	11,1	5	4,9
bar	2	2,1	-	-	2	1,9
Fora da prop./no campo	19	20,4	-	-	19	18,6
diarista em lavoura	12	12,9	-	-	12	11,8
tratorista	3	3,2	-	-	3	3,0
empregada doméstica	4	4,3	-	-	4	3,9
Na cidade	64	68,9	7	77,8	71	69,6
professor(a)	6	6,6	2	2,2	8	7,8
comércio e serviços	29	31,2	4	44,5	33	32,4
empregada doméstica	9	9,7	1	11,1	10	9,8
garçom/garçonete	11	11,8	-	-	11	10,8
pedreiro	4	4,3	-	-	4	3,9
motorista	3	3,2	-	-	3	3,0
Outros	2	2,1	-	-	2	1,9

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

As informações nos levam a concluir que não é apenas no interior das propriedades que os produtores familiares estão buscando estratégias para a elevação da renda familiar.

As atividades realizadas fora da unidade produtiva familiar, mas na zona rural representam 18,6% do total das atividades realizadas pelos membros das famílias rurais abordados pela pesquisa de campo no Município de Indiana. As atividades e ocupações desenvolvidas são: diarista em lavouras com 11,8%; processamento de alimentos com 3%; e empregada doméstica com 3,9% do total de propriedades. Cabe destacar que todas as atividades e ocupações realizadas fora da propriedade, mas no espaço rural, foram desenvolvidas por membros das famílias de produtores com área entre 1 e 50 hectares.

O trabalho não agrícola realizado na cidade, ou seja, em atividades urbanas representaram 69,6% do total das repostas oriundas da pesquisa de campo. Dentre estas, destacam-se as

atividades ligadas ao comércio e aos serviços, com 32,4% do total de respostas. Dentre as ocupações destacam-se: vendedor, balconista, caixa de lanchonete e atendente. As ocupações de garçom e garçonete, que também podem ser incluídas no setor de comércio e serviços, apareceu em 10,8% das propriedades familiares.

Dentre as outras ocupações que apareceram na pesquisa estão: professor (a) com 7,8% das respostas; empregada doméstica com 9,8%; pedreiro com 3,9%; e, motorista com 3% do total das repostas.

Para o entendimento do significado da pluriatividade no meio rural é necessário desvendar as características das atividades e ocupações não-agrícolas que são realizadas em combinação com a atividade agropecuária. E, essa discussão pode ser incorporada ao debate maior sobre o “mundo” do trabalho, que enfrenta hoje mudanças que alteram e precarizam suas condições de realização, inclusive com a possibilidade de o capital colocar em prática suas novas formas de acumulação, tais como: o trabalho parcial, temporário e/ou terceirizado; a informalização das relações; a flexibilização da produção; etc., se utilizando para isso, dentre outras formas, da produção familiar rural.

Nesse sentido, com a análise dos dados e informações sobre a pluriatividade, chegou-se a dois pontos centrais sobre a relação da pluriatividade com a produção familiar no Município de Indiana. Essas formas de entendimento, mesmo que se apresentem como opostas, elas se configuram como reais e conflitantes, já que fazem parte do dia-a-dia dos agricultores familiares e tem grande relevância na determinação da sua permanência no campo.

A primeira questão diz respeito à precariedade da grande parte das atividades que são exercidas pelos membros da família dos produtores. Precariedade que se afirma, principalmente, na informalidade do trabalho, pois se verifica, por exemplo, a relevância do trabalho sem carteira assinada. Em relação a esse fato, tem-se um desdobramento: no caso das atividades realizadas pelos produtores (chefes da família) e de suas esposas, permeia uma preocupação sobre a questão da aposentadoria rural⁴⁹, no qual opta-se pelo trabalho não registrado para não ocasionar problemas posteriores, ou seja, no momento de se aposentar como um produtor rural.

Dentre os membros das famílias que exercem as atividades não-agrícolas, o trabalho realizado é constituído por dupla jornada: na propriedade e no trabalho externo. Esse fato nos

⁴⁹ A aposentadoria rural é o benefício concedido aos produtores rurais que comprovem a vida de trabalho na atividade agropecuária, sendo que a idade mínima para se conseguir o mesmo para os homens é de 60 anos e para as mulheres é de 55 anos.

remete a questionar a existência da auto-exploração, muitas vezes despercebida pelos produtores pesquisados.

Em relação ao trabalho feminino, principalmente no caso das esposas, existe a realização de tripla jornada: o trabalho fora, em atividades e ocupações não-agrícolas; o trabalho doméstico por meio dos afazeres de casa, como lavar, passar e cozinhar; e, o trabalho na propriedade familiar, com a realização de tarefas de manutenção, como alimentar os animais, limpeza do “terreiro”, cuidados com a horta e o pomar.

A segunda proposição diz respeito à relevância das rendas auferidas nestas atividades e ocupações não agrícolas para a formação da renda total da família, sendo um elemento importante para a manutenção e reprodução social da agricultura familiar.

A pluriatividade é uma estratégia de reprodução social na medida em que se constitui num mecanismo de adaptação às novas exigências e formulações colocadas pela dinâmica do capital e de continuidade do patrimônio familiar.

Alternativas também são criadas para amenizar os próprios malefícios acarretados pela combinação de atividades na agropecuária com as atividades e ocupações não agrícolas, tais como: a compra de eletrodomésticos que facilite e torne ágil o trabalho doméstico; e, a divisão do trabalho na propriedade, com uma considerável diminuição de tarefas exercidas na propriedade aos membros da família que exerçam as atividades não-agrícolas.

Ao mesmo tempo tem-se a constatação na pesquisa de campo que em número significativo das propriedades visitadas, a renda proveniente das atividades externas é utilizada em investimentos na propriedade ou para a família. A questão relacionada à individualização do trabalho na propriedade aparece como possibilidade para 16,7% das propriedades, nas quais se verifica que a renda auferida é utilizada individualmente, sendo para uso pessoal.

Com as informações sobre a pluriatividade das unidades produtivas familiares pesquisadas no Município de Indiana, conclui-se que esta se apresenta como uma reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo. A pluriatividade aparece como estratégia de reprodução social e como uma alternativa ao êxodo rural e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante.

Wanderley (1995, p.57) constata em pesquisa sobre a produção familiar que em diferentes regiões brasileiras, o

[...] envolvimento externo representa, frequentemente, estratégias de utilização da força de trabalho existente, em função dos recursos disponíveis, interna e

externamente: o trabalho feito fora do estabelecimento é quase sempre parcial e os recursos obtidos complementam o orçamento da família, não significando necessariamente o abandono do estabelecimento familiar.

Desse modo, a pluriatividade das famílias rurais não significa o fim da agricultura familiar, ou a proletarianização das famílias rurais, pois esta só ocorre quando não se pode manter a condição de produtor. A pluriatividade é a combinação da atividade agrícola com outras atividades e/ou ocupações denominadas de não-agrícolas, que no Município de Indiana se configuram basicamente como urbanas..

Por isso, a produção agropecuária continua, sendo que a renda auferida nas atividades não-agrícolas é muitas vezes investida na propriedade e, por isso, colabora para a continuidade da agricultura familiar e para a permanência dos produtores no campo.

4.4 - Mão de Obra na unidade produtiva familiar

O trabalho familiar aparece com destaque na pesquisa de campo realizada no Município de Indiana, pois todos os produtores entrevistados trabalham juntamente com a família nas suas propriedades. Do total de produtores abordados (153), 60,8% utilizam em suas propriedades apenas a mão de obra da família para a realização das atividades agropecuárias e para a manutenção da unidade produtiva.

Concorda-se com Brandenburg (1999, p.124), o qual afirma que o agricultor familiar: “[...] mais do que proprietário de uma área de terra, é um trabalhador, ou melhor, é um proprietário que trabalha com a família”.

É fato certo que sempre existe muito trabalho a fazer na propriedade, pois como afirmam os produtores, quando não se está cuidando diretamente da produção, seja vegetal ou animal, que por si só já envolve uma série de atividades, existem outros pequenos serviços, mas que são fundamentais para o funcionamento de toda a propriedade, como o conserto de cercas e de carregadores e o cuidado com a horta e /ou pomar, por exemplo.

A tabela 36 referente à utilização de trabalhadores temporários mostra que a maioria dos produtores, ou seja, 25,5% do total de pesquisados, recorre à contratação de uma a três pessoas; 5,9% utilizam de quatro a seis trabalhadores; e, 7,8 % recorrem ao trabalho de mais de sete trabalhadores.

Tabela 36: Trabalhadores temporários na unidade produtiva

Nº de trabalhadores	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Não utiliza	90	64,7	3	21,4	93	60,8
1 a 3	33	23,8	6	42,8	39	25,5
4 a 6	7	5,0	2	14,4	9	5,9
7 ou mais	9	6,5	3	21,4	12	7,8
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005

A contratação de trabalhadores temporários é realizada apenas em épocas de que há a necessidade de maior trabalho, principalmente no período de colheita das lavouras comerciais.

4.5 - Rendas

A análise das rendas obtidas pelos produtores pesquisados apresenta-se como um elemento importante para a avaliação das condições vividas pelas famílias rurais no Município de Indiana, assim como para averiguar os resultados da produção agropecuária. Entretanto, a análise das rendas obtidas pelas famílias sempre tem muitas limitações, sendo a mais importante delas a subestimação dos valores declarados, em particular das rendas mais altas.

A contabilização da renda proveniente das atividades agrícolas se torna difícil uma vez que os preços e os custos variam sazonalmente, além de apresentarem ganhos por colheita ou produção, sendo que para se obter uma estimativa mensal fidedigna seriam necessários vários cálculos mesmo para aqueles produtores que tenham uma contabilidade atualizada, os quais se constituem numa pequena minoria no país.

A questão da produção para o auto-consumo que não é contabilizada faz com que majoritariamente tenha-se uma renda declarada subestimada por parte dos produtores. Del Grossi (1999, p.110) observa ainda que:

[...] na produção familiar, há uma parcela dos produtos que são destinados ao autoconsumo que não é declarada como parte da renda total. Essa dificuldade de estimar o valor da produção autoconsumida, agravada pela dificuldade de estabelecer uma retirada média mensal de produtos sazonais, sugere que, provavelmente, a renda dos conta-própria esteja subdeclarada.

A tabela 37 e o gráfico 9 sistematizam informações sobre a renda total das unidades produtivas familiares pesquisadas no Município de Indiana.

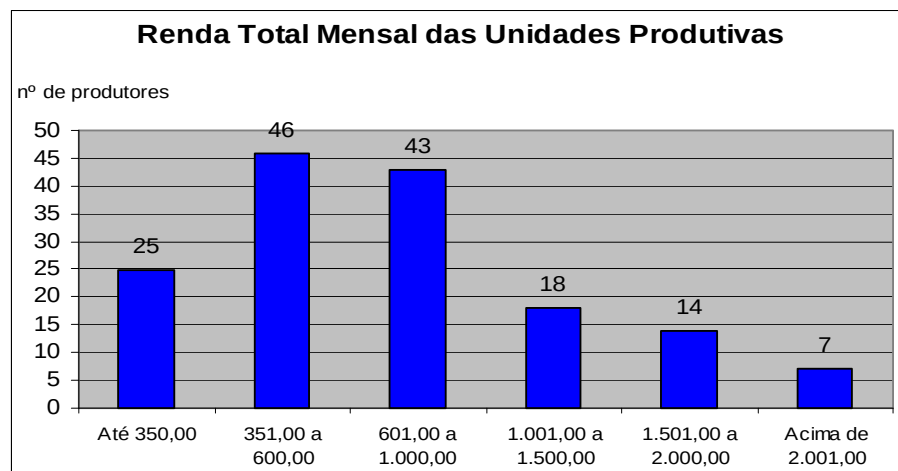
Tabela 37: Renda Mensal Total das unidades produtivas

Renda ⁵⁰ (R\$)	1 a 50 ha		51 a 100		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Até 350,00	25	18,0	-	-	25	16,3
351,00 a 600,00	45	32,3	1	7,2	46	30,1
601,00 a 1000,00	40	28,8	3	21,4	43	28,1
1001,00 a 1500,00	15	10,8	3	21,4	18	11,8
1501,00 a 2000,00	10	7,2	4	28,6	14	9,1
Acima de 2001,00	4	2,9	3	21,4	7	4,6
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov./Dez. de 2005.

Nota-se que 16,3% do total de produtores abordados na pesquisa de campo têm a renda total da família de até um salário mínimo. Cabe destaque que os 25 produtores que se enquadram nesta faixa de renda estão no estrato de área entre 1 e 50 hectares.

Gráfico 9: Renda total mensal das unidades produtivas



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005

Analisando as rendas em seqüência crescente, pode-se afirmar que a maioria dos produtores apresenta renda entre R\$351,00 e R\$1000,00. Do total de produtores pesquisados, constatou-se que 58,2%, ou seja, um pouco mais da metade, afirmaram situar-se nessa faixa de renda mensal.

Os produtores familiares que apresentam renda mensal total entre R\$1001,00 e R\$1500,00 representam 11,8% do total; os que responderam ter renda entre R\$1501,00 e R\$2000,00 somam 9,1%; e apenas 4,6% dos produtores pesquisados responderam ter renda mensal acima de R\$2001,00.

⁵⁰ Valores obtidos por meio da declaração dos produtores pesquisados.

De modo geral, as informações demonstram que a maioria dos produtores abordados apresenta situações de renda que pode oferecer-lhes um nível de vida adequado e digno.

Nota-se que do total de produtores abordados na pesquisa de campo, 60,8% declararam que a maior parte da renda da família origina-se nas atividades agropecuárias, enquanto que 39,2% dos produtores afirmaram ser as atividades e ocupações não agrícolas geradoras da maior parte da renda familiar.

Em relação aos dados estratificados por área, observa-se na tabela 38 que: entre 1 e 50 hectares, 61,2% dos produtores tem a maior parte da renda originada em atividades agropecuárias; no estrato entre 51 e 100 hectares, 57,2% dos produtores também afirmam que a maior parte da renda provém das atividades na agropecuária.

Quanto aos que disseram que as rendas provenientes de atividades não agrícolas constituem a maior parte de seus rendimentos, tem-se 38,8% no estrato de área entre 1 e 50 hectares e 42,8% no estrato de área entre 50 e 100 hectares.

Pode-se concluir que a atividade agropecuária mostra-se fundamental no Município de Indiana, já que a maior parte dos produtores tem seus rendimentos advindos do desenvolvimento das atividades agropecuárias.

A parcela de produtores que declarou que as atividades não agrícolas são responsáveis pela maior parte da renda total da família representou apenas 39,2% do total.

Essas informações podem ser explicadas, pois se por um lado existe a facilidade de contabilização desse tipo de renda originada fora da atividade agropecuária - que apresenta ganhos mensais -, estas rendas são utilizadas sobretudo pelos filhos, que representam os principais membros das famílias que realizam o trabalho ou tem ocupações não agrícolas no Município de Indiana. Portanto, essa renda não é contabilizada pelo chefe da família como renda total da propriedade.

Tabela 38: A maior parte da renda é proveniente das atividades agropecuárias

Respostas	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	85	61,2	8	57,2	93	60,8
Não	54	38,8	6	42,8	60	39,2
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

Para complementar a análise das rendas das unidades produtivas familiares, a tabela 39 refere-se a outros rendimentos recebidos, tais como pensões e aluguéis, que contribuem para a formação da renda total da família.

Tabela 39: Possui outros Rendimentos (Pensões, aluguéis)

Respostas	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	44	31,7	5	35,7	49	32,0
Não	95	68,3	9	64,3	104	68,0
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

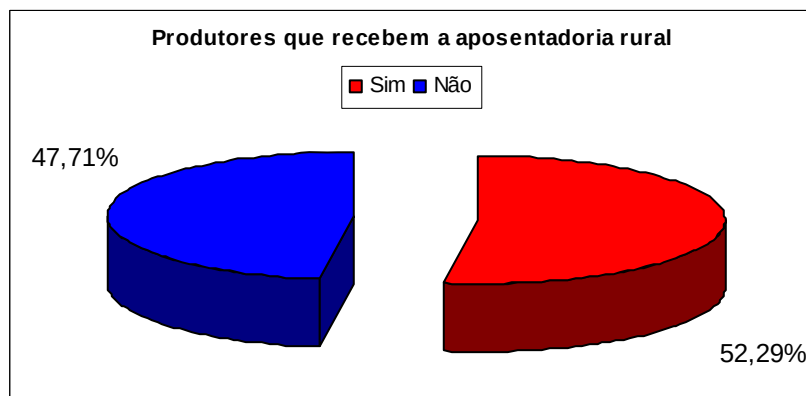
Observa-se o número relevante dos produtores que contam, na formação de seus rendimentos totais, com o recebimento de algum tipo de pensão ou aluguel, representando 32% do total das respostas positivas. No estrato de área entre 1 e 50 hectares, 31,7% afirmaram obter outros rendimentos e no estrato de área entre 51 e 100 hectares, esse número representou 35,7% das repostas.

A renda proveniente do recebimento de aluguéis e pensões tem um caráter complementar para os produtores, mesmo sendo, na maioria das vezes, substancial para uma melhor qualidade de vida, proporcionando mais conforto à família.

O gráfico 10 diz respeito aos produtores que recebem a aposentadoria rural, outro elemento importante para a composição do total de rendimentos recebidos pela família de produtores.

Na pesquisa de campo verificou-se que do total de produtores investigados: 80 produtores (52,3%) contam na formação de seus rendimentos familiares com a aposentadoria rural, que SE baseia em um benefício concedido para os que comprovem o exercício profissional na atividade agropecuária. A idade para a concessão do benefício pela previdência social é de 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres agricultoras.

Gráfico 10: Produtores que recebem a aposentadoria rural



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005.

Ao analisarmos a situação dos 80 produtores que recebem a aposentadoria rural, nota-se que destes, 30, ou seja, 19,6% do total têm duas (2) pessoas aposentadas que vivem na propriedade rural.

Verificando os dados sobre os produtores que recebem a aposentadoria rural segundo o estrato de área, constata-se na tabela 40 que: no estrato entre 1 e 50 hectares, 54,0% dos produtores são aposentados; e no estrato de área entre 51 e 100 hectares, 35,7% contam com a aposentadoria rural.

Tabela 40: Produtores que recebem a aposentadoria rural

Aposentados	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	75	54,0	5	35,7	80	52,3
Não	64	46,0	9	64,3	73	47,7
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

A relevância da aposentadoria no meio rural tem impactos não só sociais, mas também em termos produtivos. Uma renda que não vem diretamente da agricultura, mas do Estado, e que acaba reforçando a própria atividade agrícola, já que muitos produtores afirmaram utilizar parte do benefício proveniente da aposentadoria na propriedade familiar.

Os dados da tabela 40 demonstram que a aposentadoria rural aparece como importante rendimento para os produtores familiares no Município, colaborando de maneira representativa para a formação da renda total das famílias rurais. Nesse sentido, o envelhecimento que, de certa forma, dificulta o trabalho na agricultura, pois baseia-se majoritariamente no desenvolvimento de atividades que implicam num trabalho pesado e que poderia acarretar dificuldades econômicas para as famílias, é minimizado pela obtenção da aposentadoria rural.

Dentre as “forças marginais”, os aposentados são os que asseguram uma renda mensal, além de serem produtivos, pois enquanto tiverem condições físicas não deixarão de trabalhar (WOORTMANN, 1990). Os aposentados apresentam papel importante, pois além de obterem um rendimento mensal que atribui maior estabilidade para a família, também realiza atividades agropecuárias na propriedade.

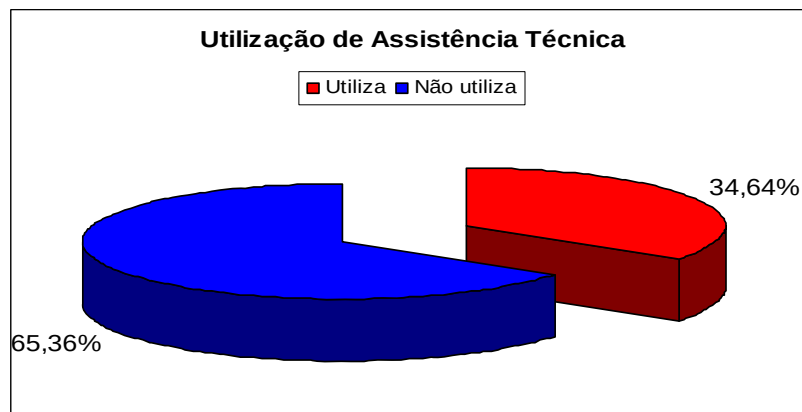
4.6 - Assistência Técnica, Implementos Agrícolas e Participação no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo.

O acesso à assistência técnica de qualidade e a possibilidade de utilização de implementos agrícolas são elementos importantes que impulsionam a produção agropecuária. Segundo Guanziroli (2001, p.183):

Políticas de assistência técnica e extensão rural devem ser reformuladas e reforçadas. (...) Na maioria dos casos, a assistência técnica disponível não é adequada à realidade dos agricultores familiares, pois não aborda os sistemas de produção e as características da unidade de produção de forma global.

No gráfico 11 referente à utilização de assistência técnica, observa-se que do total de produtores abordados na pesquisa de campo, 65,4% não utilizam qualquer tipo de assistência técnica em sua propriedade, sendo que apenas 34,6% dos produtores têm acesso a algum tipo de assistência.

Gráfico 11: Utilização de assistência técnica



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005.

A tabela 41 sistematiza os dados dos produtores que se utilizam de assistência técnica (34,6%), sendo que 32,4% situam-se no estrato de área entre 1 e 50 hectares e 57,2% entre 51 e 100 hectares.

Tabela 41: Utilização de assistência técnica

Resposta	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	45	32,4	8	57,2	53	34,6
Não	94	67,6	6	42,8	100	65,4
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

A tabela 42 apresenta dados sobre a frequência com que os produtores abordados pela pesquisa se utilizam da assistência técnica. Observa-se que a maioria dos produtores (45,3%) utiliza-se de assistência técnica com frequência semestral, sendo que de forma estratificada tem-se: 44,5% dos produtores no estrato de área entre 1 e 50 hectares e 50% no estrato entre 51 e 100 hectares.

Tabela 42: Frequência da assistência técnica

Frequência	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Semanal	-	-				
Mensal	14	31,1	3	37,5	17	32,1
Semestral	20	44,5	4	50,0	24	45,3
Anual	11	24,4	1	12,5	12	22,6
Total	45	100	8	100	53	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

Do total de produtores que afirmaram receber algum tipo de assistência técnica, apenas 32,1% responderam que esta é prestada mensalmente e 22,6% disseram que a frequência da assistência é anual.

Esses dados demonstram a situação de fragilidade vivenciada pelos produtores familiares do Município. A Casa de Agricultura do Município de Indiana tem a contratação de técnicos que, prioritariamente, procuram atender as demandas dos produtores que estão nas áreas de abrangência do Programa Estadual de Microbacias do Estado de São Paulo. Assim, os demais

produtores que estão fora da área de atuação do programa⁵¹ encontram-se sem qualquer tipo de assistência oferecida pelo município.

Pode-se notar com maior clareza na tabela 43 quem presta os serviços de assistência técnica aos produtores. Dos 53 produtores que se utiliza de assistência técnica: 66% dependem da assistência municipal oferecida pela Casa da Agricultura, 30,2% são atendidos pela assistência particular; e, 3,8% têm outras formas para conseguir assistência técnica, como a privada.

Tabela 43: Prestação dos serviços de assistência técnica

Quem presta	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Particular ⁵²	14	31,1	2	25,0	16	30,2
Casa de Agricultura	31	68,9	4	50,0	35	66,0
Outros	-	-	2	25,0	2	3,8
Total	45	100	8	100	53	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

Isso nos remete à importância da assistência técnica prestada pela Casa de Agricultura do município para os que não tem condições de pagar por esses serviços; da falta que ele faz para a grande maioria dos produtores abordados na pesquisa (65,4%) que não tem acesso a qualquer tipo de assistência técnica e o fato de apenas terem acesso a assistência técnica prestada pela Casa da agricultura, os produtores com propriedades dentro da área de atuação do Programa de Microbacias Hidrográficas.

No Município de Indiana, as atividades do Programa de Microbacias Hidrográficas estão sendo realizadas em três (3) Microbacias Hidrográficas: a do Córrego Santa Maria, a do Córrego Novo Destino I e a do Córrego Novo Destino II.

O Bairro Sete Copas está localizado na Microbacia do Córrego Santa Maria, abrangendo uma área de 2685,12 ha, que compreende 60 propriedades, das quais 78% têm até 50 ha.

No Córrego Novo Destino I tem-se a implantação do programa de microbacias, no qual também está localizado no Bairro Sete Copas com uma área de 966 ha. Nessa área existem 22 propriedades, em sua maioria pequenas propriedades com estrato de área de até 50 ha.

Na Microbacia do Córrego Novo Destino II, a área total é de 1103 ha. A localização compreende os Bairros Novo Destino e São Jorge com total de 53 propriedades, das quais 92 %

⁵¹ No Município de Indiana as atividades do programa estão sendo realizadas em três Microbacias Hidrográficas: a do Córrego Santa Maria , a do Córrego Novo Destino I e a do Córrego Novo Destino II.

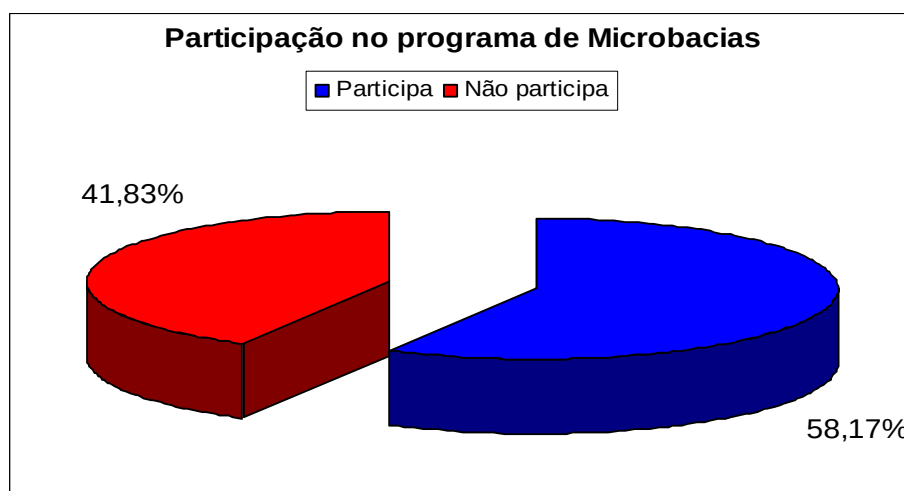
⁵² Referem-se as empresas privadas que prestam assistência técnica aos produtores rurais.

têm até 50 ha.

No total, o Programa de Microbacias no Município de Indiana abrange 135 propriedades, sendo que 97% destas são consideradas como pequenas e médias, estando no estrato de área de até 100 ha.

Os dados sobre a participação dos produtores pesquisados no Programa de Microbacias Hidrográficas foi sistematizada nos gráficos 12 e 13 e na tabela 44. Nota-se que dos produtores abordados na pesquisa de campo, 58,2% fazem parte do programa, ou seja, têm suas propriedades em áreas em que o programa atua no Município. Deste total (58,2%) que participa do programa, 45% afirmaram que houve melhorias e benefícios após a implantação do programa.

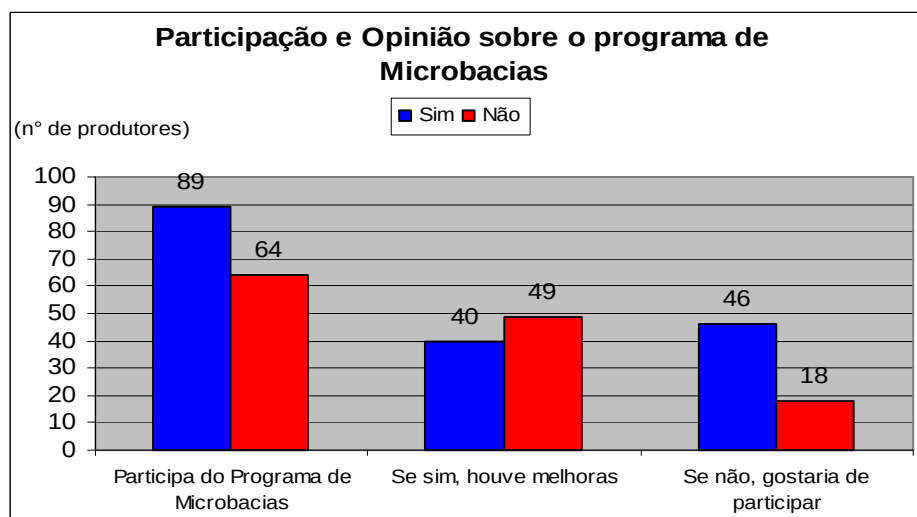
Gráfico 12: Participação no Programa de Microbacias.



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005.

Em relação aos 41,8% dos produtores que não fazem parte do programa do governo estadual, 71,9% destes gostariam de participar para ter acesso à assistência técnica disponibilizada pela Casa de Agricultura. No caso do Município de Indiana, o produtor ter a sua propriedade inserida na área de atuação do Programa de Microbacias representa obter por parte da Casa da Agricultura a assistência técnica, pois esta é disponibilizada prioritariamente aos produtores integrados ao programa, pois normalmente as Casas de Agricultura tem um número pequeno de técnicos para prestar assistência e para dar conta das atividades do programa, sendo necessário priorizar o atendimento aos pequenos produtores que se localizam nas áreas compreendidas pelas microbacias.

Gráfico 13: Participação e Opinião sobre o Programa de Microbacias.



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005.

Os dados da tabela 44 buscam complementar as informações sobre o Programa de Microbacias Hidrográficas, apresentando-os de maneira estratificada. Verifica-se que no estrato de área entre 1 e 50 hectares, 57,6% participam do programa, sendo que destes, 45% afirmaram que houve melhorias. Dos 42,4% que não tem sua propriedade na área de atuação do Programa de Microbacias Hidrográficas, 69,5% gostariam de participar.

Para os produtores do estrato de área entre 51 e 100 hectares, 58,2% participam do programa e, destes, 45% consideram que houve melhorias em sua propriedade após a implantação do programa. Para os produtores que a propriedade não faz parte da área de atuação do referido programa, que representam 35,7% do total, todos gostariam de participar e receber os benefícios.

Tabela 44: Participação e opinião dos produtores pesquisados sobre o Programa de Microbacias

Participa do Programa	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	80	57,6	9	64,3	89	58,2
Não	59	42,4	5	35,7	64	41,8
Se sim:	80	57,6	9	64,3	89	58,2
Houve melhoras	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	36	45,0	4	44,4	40	45,0
Não	44	55,0	5	55,6	49	55,0
Se não:	59	42,4	9	64,3	64	41,8

Gostaria de participar	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	41	69,5	5	100	46	71,9
Não	18	30,5	-	-	18	28,1

Fonte: Trabalho de campo, Nov./Dez. de 2005.

Em relação à utilização de insumos e implementos agrícolas que podem melhorar e aumentar a produção, a tabela 45 traz informações referentes ao uso de produtos químicos e naturais e de tratores na atividade agropecuária. Cabe ressaltar que as propriedades pesquisadas no Município de Indiana são caracterizadas pelo baixo uso de recursos tecnológicos.

Tabela 45: Utilização de insumos e de tratores

Uso Ins. Químicos	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	102	73,4	12	85,7	114	74,5
Não	37	26,6	2	14,3	39	25,5
Uso Ins. Naturais	nº de prod.		nº de prod.		nº de prod.	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	55	39,6	6	42,8	63	42,8
Não	84	60,4	8	57,2	90	57,2
Uso de tratores	nº de prod.		nº de prod.		nº de prod.	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	59	42,4	13	92,8	72	47,1
Não	80	57,6	1	7,2	81	52,9
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov./Dez. de 2005.

A utilização de insumos químicos ganha destaque, pois se constata que 74,5% dos produtores pesquisados afirmaram adquirir fertilizantes e agrotóxicos para melhorar as condições do solo e eliminar pragas nas lavouras, respectivamente. No estrato de área entre 1 e 50 hectares 73,4% dos produtores fazem uso de insumos químicos e dentre os produtores no estrato de área entre 51 e 100 hectares o percentual é de 85,7%.

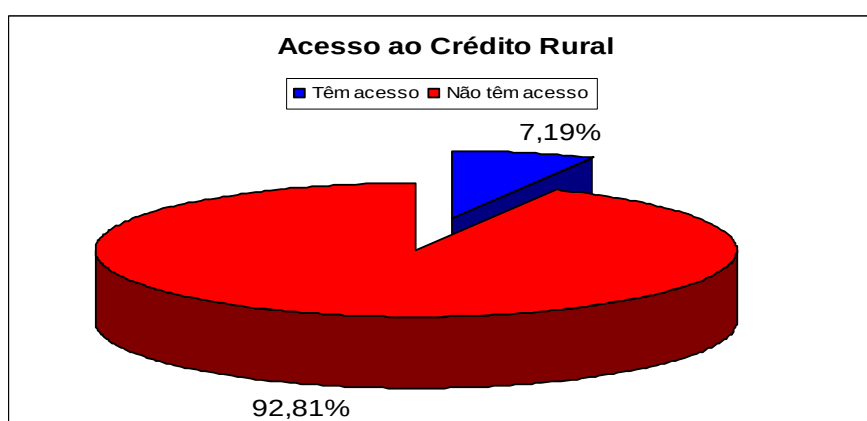
A utilização de insumos naturais pelos produtores também é significativo, pois do total pesquisados 42,8% fazem uso, principalmente do esterco de galinha.

Em relação às informações sobre o uso de tratores, 42,4 utilizam no estrato entre 1 e 50 ha; e, 92,8% dos produtores no estrato de área entre 51 e 100 hectares utilizam-se desse implemento agrícola. Do total de produtores abordados na pesquisa, 47,1% fazem uso do trator, que pode ser de propriedade do agricultor, alugado ou emprestado.

4.7 - Acesso ao crédito rural

O acesso ao crédito rural sempre se constituiu como um entrave para o desenvolvimento produtivo das explorações baseadas no trabalho familiar. Essa limitação do acesso ao crédito pode ser constatado nos produtores pesquisados do Município de Indiana, por meio do gráfico 14. Apenas 7,2% dos produtores abordados na pesquisa utilizaram-se do crédito no ano de 2005, no caso, o PRONAF⁵³.

Gráfico 14: Acesso ao crédito rural



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005.

Cabe destacar na tabela 46 que o estrato de área entre 51 e 100 hectares apresenta um maior número de produtores com acesso ao crédito, representando 35,7% dos agricultores abordados na pesquisa.

Tabela 46: Acesso ao crédito rural

Acesso	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	6	4,3	5	35,7	11	7,2
Não	133	95,7	9	64,3	142	92,8
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

O difícil acesso ao crédito rural é um sério problema enfrentado, pois um sistema de crédito eficiente aos produtores pode representar melhores condições em termos de atividades de

⁵³ Em 1995 foi instituída, pela Resolução CMN/BACEN n. 2.191, a linha de atuação do PRONAF Crédito Rural, que estabeleceu as condições para a contratação do crédito destinado ao apoio financeiro das atividades agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho do agricultor e de sua família, como parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Kageyama, 2003, p.02).

produção agropecuária, com facilidades de acesso a insumos e implementos agrícolas, com chances de aumento da área cultivada e da produtividade, ocasionando conseqüentemente melhores condições de trabalho e renda para os produtores e sua família.

A relevância do crédito para a incorporação de tecnologias foi discutida por Hespanhol (2000, p.185-186) ao afirmar que:

A incorporação de inovações tecnológicas na agricultura brasileira esteve fortemente atrelada à obtenção de crédito rural, que se constituiu, a partir de meados dos anos 1960 com a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) num dos principais elementos propulsores do processo de modernização agrícola.

Esse fato nos remete a pensar que esse sistema de crédito sempre foi acessível apenas aos grandes e médios produtores, pois mesmo com o Pronaf (um programa de crédito específico e dirigido aos produtores familiares), observa-se que o acesso ao crédito aos produtores familiares do Município de Indiana é restrito e a incorporação de tecnologia é baixíssima.

No mesmo momento em que esse programa de apoio ao agricultor familiar via crédito rural é disponibilizado pelo governo federal, nota-se que os produtores têm receio em obter os créditos e não conseguir efetuar o pagamento, perdendo a propriedade das terras que é seu maior e, muitas vezes, o único patrimônio familiar.

4.8 - Organização dos Produtores

O gráfico 15 traz os dados sobre a participação dos produtores em organizações coletivas de produtores, seja na forma de associações ou cooperativas.

A organização dos produtores constitui-se em uma relevante forma para a reivindicação de suas propostas e para a melhoria das condições na atividade agropecuária, devido à possibilidade de compra em conjunto de sementes e fertilizantes e o acesso a máquinas e implementos agrícolas via aluguel. Destaca-se também como um espaço privilegiado para as manifestações de insatisfações e à procura coletiva de propostas alternativas para os problemas e dificuldades enfrentadas pelos produtores.

A organização social é uma fonte decisiva de geração de riqueza e o segredo está no fortalecimento dos vínculos localizados, que permitem a ampliação da confiança e o alargamento do círculo de negócios (ABRAMOVAY, 2003).

No Município de Indiana existe apenas uma associação de produtores rurais, a Associação de Produtores do Bairro Sete Copas, que foi fundada em 1992. Esta associação está sediada no bairro rural Sete Copas, porém, como única associação existente, tem abrangência (atuação) municipal, ou seja, todos os produtores rurais do município podem se associar.

Hespanhol (2005) define as associações de produtores como

[...] sociedades civis, sem fins lucrativos, que podem desempenhar funções tanto de representação de interesses dos agricultores junto a outras instâncias de poder, como de prestação de assistência social e serviços aos seus associados (HESPANHOL, 2005, p.04).

Hespanhol e Costa (2001) ressaltam a relevância das associações de produtores que: “[...] por estarem localizadas na própria comunidade, pressupõem a eliminação ou a diminuição de certas dificuldades (distância geográfica, entraves burocráticos, etc.) em termos de acesso, facilitando a participação, o controle e a representação dos interesses dos associados”.

A associação conta atualmente (2006) com 30 associados e oferece os seguintes benefícios: locação de máquinas (trator e implementos), trator roçadeira, grade niveladora e arado; compra comunitária de insumos; e, organização de feira semanal (aos sábados) para a comercialização de hortifrutigranjeiros na praça da Igreja Matriz de Indiana.

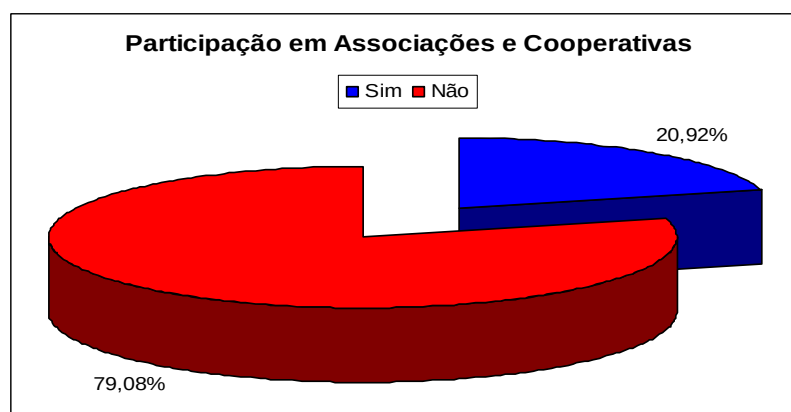
Os principais produtos cultivados pelos associados, que em sua maioria são pequenos e médios produtores rurais, são: milho, feijão, melância, hortaliças e frutas.

Segundo o Sr. Mauro da Sanção Lopes, dentre os fatores importantes para a criação da associação, destaca-se: a busca de união, o trabalho e a realização de compras e vendas em conjunto e a tentativa de resolver problemas dos produtores do município. A associação tem como principal objetivo contribuir para o bem estar e desenvolvimento dos produtores rurais do Município de Indiana.

No entanto, a estratégia organizativa não vem sendo utilizada pelos produtores, pois, do total de produtores rurais do Município de Indiana abordados pela pesquisa, apenas 20,9% afirmaram participar de alguma forma de organização dos produtores⁵⁴, como se verifica no gráfico 15.

⁵⁴ Cabe destacar que no Município de Indiana existe apenas uma Associação de Produtores Rurais, a do Bairro Sete Copas de Indiana. Falta a essa Associação, no entanto, uma maior divulgação entre os produtores familiares, pois com as visitas realizadas as unidades produtivas na pesquisa de campo, pode-se constatar que alguns produtores não sabiam da sua existência e, muitos deles, mesmo tendo conhecimento da associação, não tem idéia de seus objetivos, de seu funcionamento e dos benefícios que coletivamente se pode ter.

Gráfico 15: Participação em Associações e Cooperativas



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005.

Na tabela 47 constata-se que no estrato de área entre 1 e 50 hectares apenas 18% dos produtores abordados participam de organizações de produtores, como associações e cooperativas.

Tabela 47: Participação em associações e cooperativas

Trabalho fora	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	25	18,0	7	50,0	32	20,9
Não	114	82,0	7	50,0	121	79,1
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

Essa baixa participação pode estar atrelada aos problemas enfrentados pelas associações e, constatado por Hespanhol (2000, p.210), ao afirmar que: “[...] um dos principais problemas enfrentados pela maioria das associações diz respeito à falta de condições econômicas de resolver os problemas encaminhados pelos associados, que ficavam desestimulados e acabavam desistindo de participar [...]”.

Em relação aos produtores do estrato de área entre 51 e 100 hectares se observa que metade deles participam de organizações coletivas de produtores. Apesar da pouca

expressividade numérica dos produtores nesse estrato de área, pode-se afirmar que aparece como significativa a sua participação.

Assim como no Município de Indiana, a maioria das Associações de Produtores Rurais da Região de Presidente Prudente apresenta um pequeno número de associados, o que implica em maiores dificuldades para o trabalho realizado pelas associações⁵⁵. Segundo Hespanhol (2005, p.05).

Com um número relativamente pequeno de associados, as associações têm maiores dificuldades econômicas de se manterem de forma independente das ingerências político-partidárias, já que dependem, na maioria dos casos, quase que exclusivamente das contribuições mensais pagas pelos associados e do recebimento pelos serviços prestados.

Nesse sentido, as associações que, teoricamente, deveriam se constituir como importante instância de poder local, com o objetivo de reivindicar os interesses e buscar propostas e soluções para as principais dificuldades dos produtores rurais, não se apresentam como espaços de discussão e resolução das questões referentes aos produtores. Segundo Hespanhol (2005, p.08) tal fato ocorre pois,

Como ficam apenas ao nível das necessidades cotidianas e do curto prazo, as associações não conseguem se constituir em espaço de discussão dos problemas que envolvem a comunidade e não apenas os agricultores. Nesse sentido, não conseguem avançar em termos da articulação com outros agentes e instituições, como os CMDR, na proposta de um projeto de desenvolvimento com base nas potencialidades locais (HESPANHOL, 2005, p.08).

Ainda segundo a autora, a somatória dos problemas enfrentados pelas associações, colocam-nas como incapazes de

[...] serem reconhecidas na escala local como instância de representação dos interesses dos agricultores, ficando estes muitas vezes à margem de decisões políticas tomadas pela administração municipal que favorecem apenas os interesses de uma minoria (HESPANHOL, 2005, p.08).

⁵⁵ Segundo Hespanhol (2005, p.05) no EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural) da Região de Presidente Prudente tem-se um “número relativamente grande de associações compostas por menos de 50 produtores associados revelando a predominância, em termos de porte, de pequenas associações, haja visto que de 65,52% destas, as que possuem entre 20 a menos de 40 associados representam 48,28% desse total.”

Nesse sentido, as associações que representam a instância de poder local diretamente ligada à agropecuária, não possuem representatividade para a tomada de decisões importantes, principalmente no que diz respeito aos interesses dos pequenos produtores rurais no Município de Indiana.

4.9 - Opinião e Perspectivas dos produtores familiares em relação a continuidade no campo e as relações entre campo e cidade

As perspectivas em relação a continuidade no campo dos produtores familiares são importantes, pois a elas se atribui o próprio sucesso e a continuidade da agricultura familiar. Para compreendê-las nos utilizaremos da análise de informações sobre as dificuldades dos produtores familiares para viver no meio rural e para continuar na atividade agropecuária; as opiniões em relação à continuidade dos filhos nas atividades agropecuárias e na propriedade familiar; e as informações sobre a atuação da esfera municipal no que se refere às políticas e incentivos a agropecuária.

As aspirações dos produtores em relação ao seu futuro na agropecuária refletem a própria situação atual de vida nesta atividade e no espaço rural, já que, a falta de perspectivas é resultante das dificuldades enfrentadas por eles para continuar produzindo no campo.

É da subjetividade, enquanto âmbito de uma cultura, de uma experiência vivida, de uma personalidade individual e de um saber cognitivo, que emergem as aspirações, os objetivos e projetos que dão sentido à realização pessoal e motivo para enfrentar desafios e atingir ideais de vida (BRANDENBURG, 1999, p.239).

A tabela 48 traz importantes dados sobre a situação vivenciada no campo, já que nos mostra que 73,2% do total de produtores pesquisados têm dificuldades para continuar vivendo no campo. Entretanto, essa situação está estreitamente relacionada com os problemas e as dificuldades encontradas pelos produtores familiares rurais para dependerem economicamente e exclusivamente do desenvolvimento das atividades agropecuárias.

Tabela 48: Dificuldades para viver no meio rural

Com dificuldades	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	104	74,8	8	57,2	112	73,2
Não	35	25,2	6	42,8	41	26,8
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

Nesse sentido, a tabela 49 mostra que o número de produtores que tem dificuldades em continuar na atividade agropecuária é maior do que aqueles que ressaltaram as dificuldades em viver no meio rural.

Tabela 49: Dificuldades para continuar na atividade agropecuária

Com dificuldades	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	129	92,8	14	100	143	93,5
Não	10	7,2	-	-	10	6,5
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005

Em relação às principais dificuldades apontadas pelos produtores rurais, estas foram praticamente as mesmas nos dois estratos de área analisados, tais como: insumos e implementos agrícolas (compra e manutenção) são muito caros; falta de uma política estatal que estabeleça preços mínimos aos produtos agropecuários, já que os produtos comercializados mal cobrem os custos da produção; ter maior facilidade de acesso e de pagamento ao crédito rural para custeio e investimento, para não precisar vender a terra para quitá-lo; e, falta de canais de comercialização.

Dificuldades semelhantes foram verificadas no estudo de Mendes (2005) com os produtores familiares do Município de Catalão (GO). Segundo a autora, destacam-se na sua pesquisa os seguintes problemas:

[...] a desigualdade nos mecanismos de troca, a partir do baixo valor monetário atribuído a seus produtos e o alto preço dos insumos agrícolas; o acesso restrito aos recursos tecnológicos e o limitado investimento de capitais, as elevadas jornadas de trabalho; a fragmentação da propriedade pela herança; a incapacidade de assegurar a todos os membros da família a sobrevivência enquanto produtores rurais; o baixo poder organizacional; a ausência de programas e medidas de amparo efetivo, técnico e financeiro que contemple as necessidades desse segmento, considerando o seu papel local/regional e, principalmente, as taxas elevadas de migrações e o envelhecimento do produtor rural (MENDES, 2005, p.258).

Os produtores do Município de Indiana manifestaram a sua insatisfação com a situação da agricultura no contexto da economia do país. Entretanto, essa manifestação não se dá pela participação em movimentos sociais, associações de produtores e/ou sindicatos rurais, pois se verificou que a participação destes em organizações de produtores é muito pequena.

As dificuldades da vida no campo e na atividade agropecuária refletem as perspectivas dos agricultores familiares em relação ao futuro profissional de seus filhos, as quais são destacadas na tabela 50.

Lamarche (1992) afirma que os projetos que os agricultores acalentam para seus filhos traduzem provavelmente a avaliação que fazem da situação global da sociedade na qual vivem.

Quando questionados se gostariam que seus filhos também exercessem atividades ligadas à agropecuária, apenas 32,1% dos produtores pesquisados responderam afirmativamente, enquanto que 67,9 % responderam que não gostariam que seus filhos desenvolvessem atividades agropecuárias.

Os produtores que responderam positivamente à questão têm o desejo de que pelo menos um filho dê continuidade às atividades agropecuárias na propriedade como forma de manutenção do patrimônio familiar. Alguns produtores afirmaram que dentre os filhos há sempre um (geralmente, um filho homem) que tem mais “vocação para o trabalho na roça”, enquanto que os demais, mesmo quando moram na propriedade, almejam sair ou simplesmente trabalhar em atividades e/ou ocupações não-agrícolas.

Tabela 50: Perspectiva em relação aos filhos: produtores que gostariam que seus filhos exercessem atividades ligadas à agropecuária

Gostaria	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	41	29,5	8	57,1	49	32,1
Não	98	70,5	6	42,9	104	67,9
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

Um dado que merece ser destacado é que 35 do total de produtores abordados, ou seja, 22,9% não têm atualmente filhos morando ou trabalhando na unidade produtiva familiar, ou seja, momentaneamente não apresentam sucessores.

Em pesquisa realizada por Abramovay et al. (2001) constatou-se também o problema da falta de sucessores pelas famílias dedicadas à agricultura na região oeste de Santa Catarina, apontando que 12% dos estabelecimentos eram habitados por casais com mais de 41 anos de idade e sem a presença de jovens.

Os filhos foram embora, optaram por viver e trabalhar na cidade e em outras regiões. Para a sociedade é um problema que essas terras não venham a reentrar no circuito de reprodução da mesma agricultura familiar e que, por meio do mercado, acabem sendo incorporadas pela grande propriedade e/ou dedicada à

pecuária extensiva, que reduz o número de empregos e o efeito economicamente multiplicador do trabalho (ABRAMOVAY ET AL., 2001, p.08).

Para Lamarche (1992), as estratégias de encaminhamento dos filhos são, sem sombra de dúvida, o resultado da ação conjunta de diversos fatores, tais como o tamanho das famílias e a sua capacidade financeira, o que são confrontadas com as possibilidades de promoção social e profissional daqueles filhos que devem sair.

As oportunidades fornecidas pelo mercado fundiário local podem ser aproveitadas por algumas famílias para disseminar e instalar vários filhos na terra, enquanto que os antigos ocupantes perderam qualquer esperança de assegurar a continuidade do patrimônio. Mas existem também outras situações em que um futuro incerto no meio rural pode ser preferido às incertezas ainda mais ameaçadoras do êxodo (LAMARCHE, 1992).

A questão da subdivisão da propriedade (que em sua maioria tem área inferior a 50 hectares) para os filhos no momento da herança torna-se inviável, já que uma propriedade com área muito pequena para a realização da atividade agropecuária não seria suficiente para gerar renda para a família que iria ocupá-la, a não ser caso fossem realizadas atividades intensivas em capital, tecnologia e/ou trabalho.

Um importante caminho que poderia ser trilhado para mudar essas perspectivas dos produtores rurais seria transformar o que se pode chamar de “ambiente educacional” do meio rural. Começando pela escola, mas indo adiante, mudando o preconceito presente em muitos segmentos da sociedade contemporânea que vêem ainda o espaço rural como não apropriado para a valorização do conhecimento. Isso reflete o passado carregado de injustiças que o espaço rural “carrega nos ombros”, pois é no meio rural brasileiro que se conserva, com raízes mais profundas, a tradição escravista que dissocia o trabalho (manual, físico) do conhecimento (intelectual).

Apesar das dificuldades em viver no campo e em continuar na atividade agropecuária, a tabela 51 traz informações mais otimistas sobre a agricultura familiar e sobre as perspectivas dos produtores em relação à propriedade da terra.

As perspectivas dos produtores estão intimamente relacionadas às escolhas e aos projetos que cada produtor formula com sua família em relação ao futuro, como por exemplo, a continuidade do patrimônio familiar e da atividade agropecuária, a ampliação da área produtiva e/ou mesmo a saída do campo.

Nesse sentido Wanderley (1995, p.45) chama a atenção para alguns aspectos diferentes referentes aos projetos de vida dos produtores:

A centralidade do projeto de vida na identidade do agricultor é reiterada pelas escolhas que formulam. [...] os agricultores apontam em maior proporção, aquelas que representavam uma valorização da atividade produtiva, associada aos projetos para a família: a ajuda à instalação dos filhos, a compra de terras, o pagamento de dívidas e melhoria na casa. Diante de uma única alternativa, as escolhas recaíram preferencialmente sobre a ajuda dos filhos e a compra de terras, como se a melhor ajuda fosse, efetivamente, a manutenção da terra para a geração subsequente.

No Município de Indiana verifica-se ao mesmo tempo em que 69,3% do total de produtores abordados na pesquisa não têm planos de ampliação da área cultivada, 85,6% não sairiam da propriedade e do campo, buscando, por exemplo, viver nas cidades.

O reconhecimento de que nas cidades as dificuldades podem ser ainda maiores leva à grande maioria dos produtores a continuar no campo, já que, segundo eles, é a realização das atividades agropecuárias no campo, o que sabem e gostam de fazer.

Um outro elemento que justifica a vontade de permanecer no campo é o apego à propriedade familiar, que na maior parte dos casos, foi recebida como herança e traz laços com os parentes falecidos e lembranças da infância.

A importância auferida pela propriedade familiar se comprova quando se constata que 68,6% do total de produtores pesquisados não venderiam sua propriedade para comprar uma em outro local.

Tabela 51: Perspectivas em relação à propriedade familiar

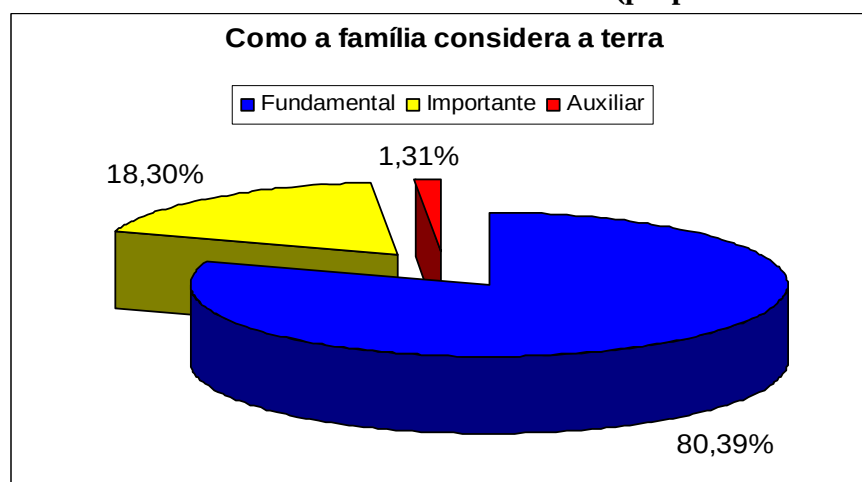
Ampliação da área	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	42	30,2	5	35,7	47	30,7
Não	97	69,8	9	64,3	106	69,3
Sair da propriedade e do campo	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	19	13,7	3	21,4	22	14,4
Não	120	86,3	11	78,6	131	85,6
Vender a propriedade e comprar em outro lugar	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	43	31,0	5	35,7	48	31,4
Não	96	69,0	9	64,3	105	68,6
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov./Dez. de 2005.

As indicações das perspectivas dos produtores em continuar em suas propriedades estão ligadas aos laços estabelecidos por estes produtores com a terra e com as amizades consolidadas ao longo do tempo no espaço rural.

O gráfico 16 apresenta os significados que a propriedade tem para a família de produtores. Pode-se observar que para 80,4% do total de produtores pesquisados a terra é entendida como fundamental para a continuidade no campo e na atividade agropecuária. Em 18,3% das respostas dos produtores aparece a resposta de que a terra é importante para a família. Apenas para 1,3% do total de produtores a terra aparece com caráter complementar para a permanência da família no campo e para a continuidade da atividade agropecuária.

Gráfico 16: Como a família considera a terra (propriedade rural)



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005.

Com a tabela 52 podemos verificar as respostas sobre os diferentes significados atribuídos à terra pela família, segundo os estratos de área.

Tabela 52: Significados da terra para a família

Família considera	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Fundamental	112	80,5	11	78,6	123	80,4
Importante	25	18,0	3	21,4	28	18,3
Auxiliar	2	1,4	-	-	2	1,3
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov. /Dez. de 2005.

No estrato de área entre 1 e 50 hectares, 80,5% dos produtores afirmaram que a terra tem importância fundamental, sendo que para os produtores no estrato de área entre 51 e 100 hectares,

esse percentual é de 78,6%. Esses dados demonstram a relevância atribuída ao patrimônio familiar, que foi na sua grande maioria herdada dos pais e/ou avós, representando além do seu caráter econômico, um valor simbólico significativo para esses produtores rurais.

Com a tabela 53 obtemos informações relevantes sobre a participação dos produtores em festas locais, a existência de laços de amizade e a realização de ajuda mútua.

Iniciemos com a análise sobre a participação em festas locais, na qual se constata que 63,4% do total de produtores participam desses eventos. Essas festas são quermesses promovidas pela Igreja Católica para arrecadar fundos para a manutenção das atividades religiosas; sendo realizadas com a ajuda da comunidade.

No estrato de área entre 1 e 50 hectares, 64% dos produtores afirmaram participar dessas festas, enquanto que no estrato entre 51 e 100 hectares, 57,2% responderam positivamente.

Tabela 53: Participação e organização cultural

Participação em acontecimentos e festas locais	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	89	64,0	8	57,2	97	63,4
Não	50	36,0	6	42,8	56	36,6
Laços de amizade com vizinhos	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	113	81,3	13	92,8	126	82,4
Não	26	18,7	1	7,2	27	17,6
Realização de ajudas mútuas	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	59	42,4	4	28,6	63	41,2
Não	80	57,6	10	71,4	90	58,8
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov./Dez. de 2005.

No município, o Bairro Sete Copas se destaca pela realização de festas e quermesses, principalmente ligadas à igreja católica. As festas ocorrem em homenagem ao santo padroeiro da cidade e/ou do próprio bairro, ou simplesmente para arrecadar fundos em prol da igreja, sendo que toda a comunidade contribui, seja na organização ou na participação da festa.



Figura 10: Igreja Católica do Bairro Sete Copas no Município de Indiana.
Autor: R.A.Menegati, Nov/2005.

O Bairro Sete Copas é o único do Município de Indiana que apresenta um aglomerado concentrado de casas. No bairro, a rua principal é asfaltada, sendo composto por uma escola municipal de Educação Infantil, um Posto de Saúde e um Estabelecimento Comercial - “Venda” (que “tem um pouco de tudo”), na qual as pessoas recorrem sempre que precisam de algum produto com urgência.



Figura 11: Visão de uma rua do Bairro Sete Copas no Município de Indiana.
Autor: R.A.Menegati, Nov/2005.

Em relação aos laços de amizade, as informações coletadas mostram que é um traço importante, sendo que 82,4% do total de produtores abordados na pesquisa afirmaram manter

relações de amizade com seus vizinhos. Dentre as relações de amizade e de vizinhança, os produtores destacam a troca de dias de serviço e relatam que quando abatem uma vaca ou leitoa para auto-consumo dão um pedaço ao vizinho próximo (esse ato é recíproco), com o qual podem contar em um momento de dificuldade.

Entretanto, a realização de ajuda mútua, principalmente no momento da colheita, através da troca de dias de serviço entre os produtores, que também faz parte das relações de vizinhança, se tornou cada vez mais difícil de ser realizada devido aos interesses econômicos diferentes e a falta de tempo, aparecendo nas repostas de 41,2% dos produtores, sendo que no estrato de área entre 1 e 50 hectares a realização dessa prática ocorre em 42,4% e no estrato entre 51 e 100 hectares em 28,6% das propriedades.

A opinião dos produtores sobre a atuação da esfera municipal e o conhecimento sobre a existência e a atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) são dois elementos importantes a serem observados na tabela 54.

Tabela 54: Opinião sobre a atuação da esfera municipal

Existência de incentivos da prefeitura municipal	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	41	29,5	2	14,3	43	28,1
Não	98	70,5	12	85,7	110	71,9
Conhecimento da existência e atuação do CMDR	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	45	32,4	8	57,2	53	34,6
Não	94	67,6	6	42,8	100	65,4
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov./Dez. de 2005.

A opinião dos produtores sobre a atuação da prefeitura no sentido de formular políticas de incentivos e ações que diretamente contribuam para a melhoria da qualidade vida no campo mostra-se bastante desanimadora.

Wanderley (1995, p.47) afirma que em âmbito nacional, os produtores também fazem uma avaliação preponderantemente negativa sobre a ação do Estado, já que, de modo geral, “[...] a política agrícola é considerada desfavorável aos agricultores e o papel do Estado em relação à agricultura é insuficiente. Além disso, os agricultores não acreditam poder contar com a ajuda do Estado caso se encontrem em uma situação difícil”.

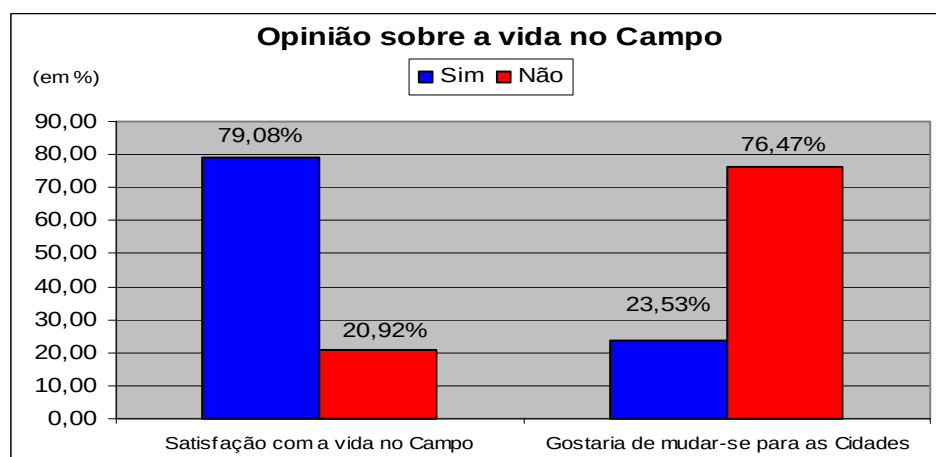
Assim, do total de produtores pesquisados no Município de Indiana, 71,9% desconheciam a existência de incentivos dados pela prefeitura municipal de Indiana. Somado a este fato está à informação de que do total de produtores abordados na pesquisa, apenas 34,6% sabiam da existência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) destinado justamente a atender as demandas da população rural, sendo representante das suas vontades e insatisfações.

No estrato de área entre 51 e 100 hectares, os números são mais animadores, já que 57,2% desses produtores afirmaram conhecer a atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

O gráfico 17 e a tabela 55 apresenta a avaliação dos produtores do Município de Indiana sobre a vida no campo.

Verifica-se que 79,1% do total de produtores abordados na pesquisa estão satisfeitos com a vida no campo e sua avaliação sobre a qualidade da vida no meio rural comprova essa satisfação. Os produtores pesquisados que avaliaram como boa a vida no campo representam 41,2% dos pesquisados. Em segundo lugar, com 32,6% do total de respostas, a vida no campo é avaliada como ótima.

Gráfico 17: Avaliação sobre a vida no campo



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005.

As avaliações que concluíram ser razoável a vida no campo representaram 20,3% do total de produtores da pesquisa e os que acham ser ruim a vida no campo constituíram-se em 5,9% dos produtores. Os dados estratificados aparecem em destaque na tabela 55 sobre as opiniões em relação à vida no campo.

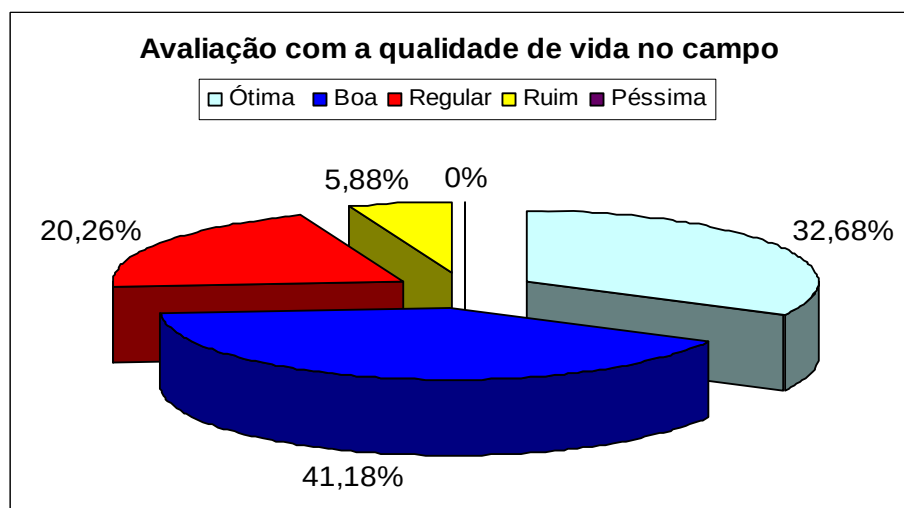
Tabela 55: Avaliação sobre a vida no campo

Satisfação com a vida no campo	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	111	79,9	10	71,4	121	79,1
Não	28	20,1	4	28,6	32	20,9
Avaliação da qualidade da vida no campo	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Ótima	43	30,9	7	50,0	50	32,6
Boa	59	42,4	4	28,6	63	41,2
Regular	29	20,9	2	14,3	31	20,3
Ruim	8	5,8	1	7,1	9	5,9
Péssima	-	-	-	-	-	-
Gostaria de mudar-se para as cidades	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Sim	32	23,0	4	28,6	36	23,5
Não	107	77,0	10	71,4	117	76,5
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov./Dez. de 2005.

Em relação ao estrato de área entre 1 e 50 hectares, 71,4% avaliam como ótima a vida no campo. Já no estrato entre 51 e 100 hectares, 50% dos produtores avaliaram a vida no campo como sendo ótima.

Gráfico 18: Avaliação da qualidade de vida no campo



Fonte: Trabalho de campo, Nov/Dez de 2005

A satisfação com a vida no campo reforça-se ao verificar os dados referentes à pergunta se teriam (ou gostariam) de mudar para a cidade, já que 76,5% responderam negativamente.

Apesar da opinião majoritária que expressa a satisfação com a vida no campo e a permanência neste espaço, os laços e vínculos com a cidade se tornam mais presentes, já que muitos dos membros dessas famílias deslocam-se até as cidades diariamente, por motivo de estudo ou trabalho.

A tabela 56 demonstra quais são as cidades mais freqüentadas pelos produtores e como e quando são realizados esses deslocamentos. Verifica-se que as cidades de Indiana e Presidente Prudente se destacam como as mais freqüentadas com 42,5% e 48,4% do total de produtores, respectivamente. A cidade de Indiana aparece em destaque por ser a sede do município, pela proximidade em relação aos produtores familiares e pelos laços de amizades e de parentescos existentes com a população desse núcleo urbano. Já a cidade de Presidente Prudente, como centro polarizador de uma série de atividades comerciais, médicas e educacionais se destaca principalmente pela oferta de serviços e a possibilidade de emprego que fornece a população rural devido à facilidade de transportes. As cidades de Martinópolis, Regente Feijó e Caiabu também aparecem nas respostas, principalmente pelo fato de serem próximas do Município de Indiana.

Tabela 56: Aspectos em relação às cidades

Cidade em que costuma visitar/freqüentar	1 a 50 ha		51 a 100 ha		Total	
	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Indiana	57	41,0	8	57,2	65	42,5
Presidente Prudente	69	49,6	5	35,7	74	48,4
Martinópolis	3	2,2	-	-	3	1,9
Regente Feijó	8	5,8	1	7,1	9	5,9
Caiabu	2	1,4	-	-	2	1,3
Como vai as cidades	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Carro próprio	82	59,0	8	57,2	90	58,8
Ônibus coletivo	22	15,8	2	14,3	24	15,7
Ônibus escolar	17	12,2	1	7,1	18	11,8
Carona	10	7,2	1	7,1	11	7,2
Outro	8	5,8	2	14,3	10	6,5
Quantas vezes por semana, costuma ir a cidade.	nº de prod.	%	nº de prod.	%	nº de prod.	%
Nenhuma	8	5,8	-	-	8	5,2
1 a 2 vezes	86	61,9	5	35,7	91	59,5
3 a 5 vezes	21	15,1	5	35,7	26	17,0
Mais de 5 vezes	24	17,2	4	28,6	28	18,3
Total	139	100	14	100	153	100

Fonte: Trabalho de campo, Nov./Dez. de 2005.

Um dos fatores importantes para a intensificação das relações entre campo e cidade reside na facilidade de se transportar do espaço rural para as cidades. No Município de Indiana, essa facilidade é encontrada.

Segundo a pesquisa de campo realizada, 58,8% do total de produtores deslocam-se para as cidades com carro próprio; 15,7% por meio de ônibus, já que o Município é cortado pela Rodovia Assis Chateaubrian/SP123 e os produtores que moram perto desta rodovia contam com a possibilidade de transporte coletivo por duas empresas que fazem a linha Presidente Prudente x Indiana x Martinópolis; 11,8% contam com o transporte escolar; 7,2% utilizam-se de caronas, principalmente com vizinhos; e, 6,5% contam com outro tipo de transporte, tais como o cavalo e a carroça, por exemplo.

A título de ilustração a tabela 56 contempla também a quantidade de vezes por semana que os produtores visitam as cidades⁵⁶ e demonstra que apenas 5,2% do total de produtores não realizam deslocamentos para as cidades semanalmente.

Os deslocamentos para a cidade entre 1 e 2 vezes por semana se destacam, representando 59,5% das respostas; entre 3 e 5 vezes por semana foi indicado por 17% dos produtores; e para 18,3% dos pesquisados a ida até as cidades ocorre mais de 5 vezes durante a semana.

Esses dados nos levam a questionar o isolamento em que o campo sempre foi caracterizado, pois os dados da tabela 56 nos apontam para uma situação de mobilidade espacial. Essa mobilidade vem se tornando maior devido ao desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, além da redução dos custos, que apontam para mudanças de caráter espacial, social e econômico entre campo e cidade na medida em que o “intercâmbio” entre as populações desses dois espaços se torna maior.

O deslocamento diário de alguns membros da família possibilitando estarem em constante contato com as cidades e com a cultura urbana pode acarretar transformações no seu “tradicional” modo de vida rural⁵⁷. Como efeito pode ocorrer a crescente incorporação de hábitos, valores e

⁵⁶ Vale destacar que a resposta diz respeito aos produtores familiares, sendo que se a questão fosse direcionada aos filhos, a quantidade de deslocamentos para a cidade por semana seriam maiores, praticamente diários.

⁵⁷ São exemplos característicos do tradicional modo de vida rural: os relacionamentos interpessoais em que são mais próximas e intensas, e baseiam-se em laços de solidariedade, na afetividade entre vizinhos e nas relações de parentesco; a vivência coletiva que resulta em relações sociais de interconhecimento; o cultivo da terra e a criação de animais de pequeno porte nos quintais, principalmente destinados ao autoconsumo da família; o maior contato com a natureza; e, as festas religiosas de origem rural.

costumes tipicamente urbanos, dentre os quais se podem destacar o consumismo e o individualismo.

Wanderley (2000), entretanto, adverte que para os habitantes rurais dos pequenos municípios, o processo de urbanização não chega a interferir no modo de vida rural, uma vez que

[...] o contato intermitente ou permanente dos "rurais" com cidades desse tipo nem sempre significa o acesso a uma efetiva e profunda experiência urbana, que se diferencie ou mesmo se oponha ao seu modo de vida rural, mas pode significar simplesmente a reiteração de uma experiência de vida rural menos precária que, por sinal, nem toda cidade brasileira consegue assegurar aos seus moradores, urbanos ou rurais [...] (WANDERLEY, 2000, p.32).

No Município de Indiana, esse contato permanente entre a população rural (ou parte desta, sobretudo os jovens) e as cidades acaba por disseminar muitos hábitos urbanos. O consumismo exacerbado passa também a constituir-se numa característica presente entre os membros das famílias rurais, principalmente os mais jovens.

Em relação aos entrevistados que se encontram no estrato de área entre 51 e 100 hectares nenhum produtor afirmou ficar sem se deslocar para a cidade durante o período de uma semana. Esse fato reforça o fato de que as relações estabelecidas entre o campo e a cidade vêm aumentando devido à maior intensidade dos deslocamentos da população do campo até a cidade, do maior acesso aos meios de comunicação de massa (como a televisão, por exemplo) e, também, pela incorporação de hábitos e valores tipicamente urbanos pelos moradores rurais.

Considerações Finais

A presente pesquisa possibilita-nos realizar algumas reflexões sobre a dinâmica da produção familiar, a pluriatividade e a realidade agrária do Município de Indiana.

Por meio do entendimento da formação sócio-espacial do Município de Indiana no contexto da ocupação e formação da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente ressaltou-se a importância do espaço geográfico enquanto totalidade, já que a sociedade só se torna concreta através de seu espaço. Nesse sentido, a atual realidade vivenciada pelo espaço rural de modo geral e pela agricultura familiar especificamente, é resultado do processo histórico de formação do espaço brasileiro, caracterizado pelo favorecimento da grande propriedade em detrimento da pequena. Nesse processo, a região de Presidente Prudente é considerada exemplar no que se refere ao latifúndio e a grilagem de terras.

O espaço rural do Município de Indiana sofreu uma grande perda de população nos últimos 50 anos, e os produtores rurais que continuam morando e produzindo no campo apresentam uma série de dificuldades no que se refere aos baixos preços obtidos pela produção, aos altos preços dos insumos adquiridos etc. Concomitante a isso, temos na esfera local, a ineficiência das instituições, tais como: a associação de produtores, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e a Casa da Agricultura, que deveriam dar suporte aos agricultores familiares do Município.

Pode-se destacar, a título de exemplo, o caso do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Indiana. Na verdade, este conselho só existe na pró-forma, ou seja, do ponto de vista legal, pois na prática ele não funciona, já que as reuniões para a discussão dos problemas e das alternativas em termos de soluções dificilmente acontecem e, quando ocorrem, não há representação dos reais interesses dos agricultores.

Nesse contexto buscou-se destacar a dinâmica local da agricultura familiar. Privilegiar essa temática mostrou-se como uma complicada tarefa, devido às estruturas e políticas agrárias que sempre privilegiaram a propriedade patronal.

A fundamentação teórica baseou-se principalmente nos estudos realizados a partir da década de 1990, nos quais a produção familiar apareceu como uma temática de análise bastante rica, intensificando o debate sobre a questão agrária brasileira.

A complexidade de se trabalhar com as temáticas da Agricultura Familiar e da Pluriatividade reside no fato de que as duas noções aparecem nos estudos com uma divergência de enfoques e de posições teóricas, apresentando controvérsias em torno de sua definição e significados.

A relevância desse trabalho baseou-se em apreender como a agricultura familiar, que é caracterizada pela sua heterogeneidade, permanece no Município de Indiana. Para tanto, faz-se necessário entender como os processos mais gerais e as mudanças na economia, tanto em nível mundial como no Brasil, se refletem na produção familiar, trazendo implicações para o espaço local.

Essas mudanças implicaram na criação de novas formas de configuração espacial, novo ritmo de vida, novo relacionamento entre as pessoas e novos valores. Essa nova configuração influencia no espaço local, no presente caso, no Município de Indiana. As idas às cidades mais próximas acontecem com maior frequência, os filhos estudam e alguns membros das famílias de produtores trabalham nas cidades; muitos são os exemplos que aumentam as relações estabelecidas entre o campo e a cidade.

Nessa pesquisa, essa intensificação da relação campo-cidade, é entendida no âmbito das muitas estratégias buscadas pelos produtores para se manter no campo.

O trabalho não-agrícola realizado pelos membros das famílias rurais do Município de Indiana pode levar também a saída dessas pessoas do campo. Mas, o objetivo pelo qual buscam a realização dessa atividade é continuar no campo. As rendas provenientes da atividade agropecuária não se apresentam como suficientes para manter as condições de vida das famílias que buscam alternativas: o trabalho rural agrícola assalariado em outras propriedades, o trabalho não-agrícola dentro ou fora da propriedade; com o objetivo de não sair do campo, para manter o vínculo com a terra.

Dentre as mudanças verificadas no campo brasileiro, como o aumento das rendas não-agrícolas, as relações entre o espaço rural e o espaço urbano transformaram-se, já que se considerarmos nas sociedades tradicionais, as relações entre o rural – urbano eram de isolamento

ou de oposição; sendo atualmente integradas em termos sociais, econômicos e culturais à sociedade englobante.

Dentre as novas características que vem sendo verificadas no espaço rural brasileiro, a pluriatividade ganha destaque. Para as unidades de produção familiar, a pluriatividade aparece como um importante fator de elevação da renda da família. Kageyama (1999) destaca que a pluriatividade é entendida como a combinação de atividades agrícolas com atividades em outros setores da economia.

A pluriatividade ganha destaque quando se estuda a sua manifestação nas unidades produtivas rurais, já que é nesse âmbito que são tomadas as decisões relativas às estratégias de sobrevivência e de reprodução social dos produtores rurais. Essas transformações podem ser verificadas com destaque no modo de vida rural que está basicamente ligada às condições de vida da população no campo.

Cabe destacar que sob o ponto de vista cultural, o modo de vida rural se identifica entre si e se diferencia de outras categorias, já que é caracterizado pela tradição, sabedoria popular e pelo ritmo da natureza. Porém, a reprodução do mundo rural, enquanto reprodução simbólica, não é imutável aos valores da civilização urbana. Assim, mostra-se muito relevante o estudo das permanências e alterações no modo de vida rural frente à expansão dos valores urbanos.

O espaço rural mostra as mudanças e também as permanências. No meio das transformações na forma de produção e na realização do trabalho no campo, o vínculo estabelecido entre o produtor familiar e a terra aparece destacado: ele se mantém, como um lugar que guarda as lembranças de seus familiares, de sua infância, de sua forma de vida. A relação dos produtores familiares com o lugar em que vivem é entendida como a permanência da identidade territorial.

Nesse sentido, o homem se reconhece no lugar, por que o tem como espaço de vivência, assim a produção do lugar se liga à produção da vida. Dessa forma, os lugares são diferentes devido às influências de variáveis internas (que são características locais) e externas, combinando variáveis de tempos diferentes, aceitando ou rejeitando o “novo” a partir da organização política, econômica, social e cultural do espaço (SANTOS, 2001).

Nesse contexto, a questão central do trabalho foi compreender a relevância das estratégias de reprodução social, no sentido que são transformações na dinâmica da agricultura familiar que

buscam e têm conseguido a permanência no campo, de parte dos produtores rurais do município de Indiana.

A complexidade está no fato de que o entendimento da produção familiar perpassa pela necessidade de entender essa unidade produtiva baseada no trabalho familiar, como uma unidade de produção, de trabalho, de consumo e de vida. Ou seja, na unidade produtiva familiar permeia-se uma série de relações sociais distintas, envolvendo atores sociais diferentes, mas com o objetivo maior de reprodução da unidade produtiva familiar.

Os agricultores buscam alternativas que se configuram em estratégias para continuar produzindo e morando no campo. Essas estratégias, como a pluriatividade são contraditórias, pois apresentam a possibilidade de dois caminhos a serem seguidos.

A diversificação da produção e a incorporação de valor aos produtos agrícolas, por exemplo, fortalecem a agropecuária. O trabalho realizado fora da propriedade, principalmente nas cidades, leva à individualização da agricultura familiar. Entretanto, ambas são entendidas como instrumentos de manutenção da agricultura familiar, pois se não são perfeitas, são respostas criadas as dificuldades inerentes a realidade agrária do Município de Indiana que, caracterizada por pequenas e médias propriedades, torna a continuidade na agricultura possível apenas para parte dos filhos dos agricultores. Para os demais filhos dos produtores, aparece a opção de morar no campo e trabalhar nas cidades.

Nesse sentido, permanecer morando no campo e trabalhando na cidade resulta em importantes conseqüências, pois elimina a saída da população do campo e o “inchaço” cada vez maior das cidades; oferece uma situação de vida em que não é preciso mudar de ambiente de vida: não há a necessidade de se pagar aluguel, se economiza deixando de adquirir os produtos que são cultivados na propriedade, como o leite e os ovos que, na grande maioria das propriedades rurais, são produtos utilizados para o consumo familiar.

A produção agrícola familiar é diversificada, pois é formada por uma combinação de culturas de caráter alimentar direcionada ao mercado e ao auto-consumo. A produção agropecuária é combinada com outras atividades e/ou ocupações, especificamente atividades urbanas realizadas por membros da família rural, majoritariamente pelos filhos.

Em suma, esse é o quadro apresentado pela dinâmica do espaço rural no Município de Indiana, no qual diferentes formas de reprodução social são combinadas para dar continuidade à agricultura familiar, garantindo a permanência destes no espaço rural.

Ao se analisar a continuidade da agricultura familiar, permanece uma inquietante questão: o envelhecimento dos produtores familiares e a falta de perspectivas dos filhos de produtores em relação à atividade agropecuária coloca em risco a sucessão.

Os produtores familiares apresentam-se como atores sociais que são responsáveis pela grande diversidade existente no espaço rural atual. A constatação de que o espaço rural brasileiro vem sofrendo transformações no que tange ao conteúdo social dos seus espaços, nos chama a atenção para a importância da ruralidade.

Neste mesmo espaço e, convivendo com essas transformações, está a agricultura familiar que resiste às mudanças e encontra estratégias para continuar se reproduzindo, como a pluriatividade.

O estudo da pluriatividade nas famílias rurais aparece como tema embrionário na questão agrária brasileira, apresentando múltiplas facetas e possibilidades de enfoque, no qual essa pesquisa buscou evidenciar o debate em relação às dificuldades de interpretação e os dilemas teórico-metodológicos.

O significado da pluriatividade na agricultura familiar se apresenta na diversidade de situações nas quais são engendradas as famílias rurais brasileiras e no contexto das multiplicidades de estratégias de reprodução social utilizadas pelas mesmas.

A pluriatividade mostra-se importante, mas constitui-se em uma das alternativas possíveis, sendo uma das estratégias de reprodução social e não a única, já que o recurso à combinação de atividades agrícolas com as não agrícolas está condicionada às especificidades econômicas e sociais de cada espaço em que a agricultura familiar se desenvolve.

Propõe-se que a agricultura familiar seja o eixo de um novo padrão, já que esta forma de produção apresenta um perfil essencialmente distributivo. Os produtores familiares se utilizam de sistemas de produção diversificados, demonstrando capacidade de adaptação às crises e as transformações da situação econômica brasileira, além de apresentar uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente.

A ruralidade no Município de Indiana é marcada pela significativa relevância da agricultura, no sentido não estritamente econômico, com a mera preocupação com as variáveis, tais como: valor produção e de área plantada, mas por gerar um universo simbólico e cultural em

que os agricultores familiares (destacando o papel dos “chefes” das propriedades familiares), apesar das dificuldades em continuar a produção agrícola devido aos altos custos ao produzir e aos baixos preços ao comercializar, se identificam como agricultores e/ou produtores familiares, mantendo um vínculo com a terra. Por trás do jeito simples de ser e de falar, sabem que desempenham um importante papel: são os responsáveis por parte significativa da alimentação dos brasileiros.

Esse conjunto de relações traça no Município de Indiana um perfil de produtores familiares caracterizados pela independência e individualidade, visto que a integração à agroindústria e a organização de produtores não têm significância.

Dentre as muitas estratégias de reprodução realizadas pelos produtores familiares do Município de Indiana, destaca-se a busca pela continuidade do patrimônio familiar, com o anseio da permanência na terra (para 70,5 % dos produtores pesquisados a herança foi uma das principais formas de acesso a terra) que para eles tem muitas significações, além do aspecto econômico.

Não se pretende com essa afirmação mostrar que essa estratégia seja a mais importante dentre as utilizadas pelos produtores, mas sim, que as alternativas, as escolhas, os projetos e conseqüentemente, o conjunto de estratégias traçadas pela família tem como objetivo central a permanência na terra.

Os produtores são motivados pelas muitas significações envolvidas na sua relação com a terra (principalmente pelas lembranças dos pais e avós que com muito trabalho conquistaram um “pedaço de terra”), sendo que ter a sua propriedade é vista como fundamental para a sobrevivência da família. Por isso, essa categoria de produtores mostra-se como singular na análise do campo. Os agricultores permeiam suas atividades na busca da lucratividade e de uma melhor inserção no mercado, sem deixar os laços de afeto e pertencimento a terra, que apresenta muito mais que os valores de uma possível comercialização.

Uma questão preocupante é que essa perspectiva de continuidade, em grande parte, não é compartilhada pelos filhos, que não apresentam perspectivas positivas em relação ao trabalho agropecuário.

Essa situação de falta de perspectivas na agricultura envolve questões relacionadas à política agrária nacional, de falta de incentivos, dificuldades de acesso ao crédito, baixos preços dos produtos agropecuários e altos preços dos insumos agrícolas. Mas, também é reflexo da realidade local apresentada pelo Município de Indiana: desarticulação das instituições

representativas da população com as reais dificuldades encontradas, falta de vontade política e a desmobilização das organizações de representação dos produtores rurais.

Mudanças são necessárias. Mas, de onde ou de quem partirão? Os produtores precisariam se organizar, mas se acomodam. Os governantes locais deveriam apresentar medidas políticas - pois a base da economia do Município de Indiana é a agropecuária -, mas falta vontade política.

A dinâmica da agricultura familiar do Município de Indiana é resultado de todas essas condicionantes apresentadas. Os produtores estão inseridos num espaço agrário que tem estrutura arcaica, de favorecimento e de clientelismo e não criam possibilidades de mudança para este espaço social. Eles buscam estratégias para a reprodução de sua unidade familiar e de manutenção de sua propriedade rural. Estratégias essas que são individuais para cada família. Falta para a agricultura familiar, a busca de estratégias coletivas, que levassem à mudanças na estrutura agrária e social do espaço rural do Município de Indiana.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/ Editorada Unicamp, 1998.

ABRAMOVAY, R. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: Inter-relações entre as transformações demográficas e agenda social. São Paulo, Rio de Janeiro: FEA PROCAM/USP, 2000.

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. In: **Dossiê Desenvolvimento Rural**. Instituto de Estudos Avançados da USP, 2001.

ABRAMOVAY, R. O mundo rural ganha mais vida. **Jornal da USP**. In:<<<http://www.usp.br/jousp/arquivos2002/jusp660/pag1011htm>>> Acesso em Fevereiro de 2002.

ABRAMOVAY, R. O futuro das Regiões Rurais. **Revista Globo Rural**. In: <<<http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/2002.0,6993,EEC597286.2344,00.html>>>. Acesso em Fevereiro de 2003.

ABREU, D. S. **Formação Histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: F.F.C.L., 1972, 324p.

ALEGRE, M. Alta Sorocabana: População. **Caderno Prudentino de Geografia**. , nº 3, 1982.

ALENTEJANO, P. R. Rural e urbano: um corte válido e útil? In: Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: **repensando a dicotomia rural-urbana**

nos assentamentos rurais. 1997. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura). UFRRJ, Rio de Janeiro, 1997.

ALENTEJANO, P. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João Carlos. (org) **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Esenpl, 1999.

ALENTEJANO, P. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. In: Terra Livre. Movimentos sociais: multiplicidade teórica e metodológica. São Paulo: ano 19, v. 2, n. 21, p. 25-39. Julho/Dez, 2003.

ALVES, J. **A dinâmica agrária do Município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares: uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica**. Presidente Prudente: UNESP, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia), UNESP/Presidente Prudente, 2004.

ANJOS, F.S. dos. **Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: UFPEL, 1995.

ANJOS, F.S. dos. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

BACCARIN, J. D.; SOUZA, J. G. de. **Um questionamento sobre a capacidade explicativa do conceito de “pluriatividade” em uma região de pequena agricultura diversificada**. Jaboticabal: Unesp/FAPESP, 2004.

BERNARDELLI, M. L. F. da H. **Pequenas Cidades na Região de Catanduva – SP: Papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. Presidente Prudente, 2004, 348p. Tese (Doutorado em Geografia) –Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, campus de Presidente Prudente.

BLUME, R. Território e Ruralidade: a desmistificação do fim do rural.
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
desenvolvimento rural. PGDR. UFRGS, 2004.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. **Os Elementos de Amostragem**. IME-USP. São Paulo. 2000.

BRANDENBURG, A. **ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999.

BRUMER, A.; ARISTIMUNHO, E.da. S. Terra e Produção: estratégias desenvolvidas por pequenos produtores modernizados face aos limites da escassez de terra. **Reforma Agrária**, Campinas, n.2 e 3, v.25, maio/dez. 1995.

BRUMER, A.; WANFERLEY, M. N. B.. A exploração familiar no Brasil. In: LAMRCHE, H. (coord) **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Ed.Unicamp, 1993, p.179-234. (Coleção Repertórios).

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, A. F. A. Uma leitura sobre a cidade. **Cidades**. v.1, n1,jan/jun., p.11-30, 2003.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 35, 1997, Brasília. Anais..., p.147-185.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade: uma resposta à crise da agricultura familiar? In: **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa livraria, 1998, p. 148-170.

CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, J.M.; COSTA, L.F. de C. (orgs.) **Mundo Rural e Cultura**.

Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2002.

CASTRO, M. H. G. **Descentralização e política social no Brasil: as perspectivas dos anos 90.** Espaço & D, Ano XI, n.32, 1991.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In:CASTRO, I.E. et al (org) **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2005.

COUTO, A. T. **Produção Familiar e Estratégias de Reprodução Social em Assentamentos Rurais.** Campinas: UNICAMP, 1999. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola), UNICAMP/Campinas, 1999.

CHAYANOV, A. V. **La organización de ma unidad econômica campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

DEL GROSSI, M.E. **Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro: 1985-1995.** Campinas, UNICAMP, 1999, 222 p. Tese (Doutorado em Economia) Instituto de Economia da UNICAMP.

DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais). Municipalização. Diretrizes de Desenvolvimento de desenvolvimento e propostas de políticas públicas. In: **Agricultura familiar e Desenvolvimento local.** Curitiba, 1997.

DOWBOR, L. **O que é poder local.** Editora Brasiliense, Coleções Primeiros Passos. São Paulo, 1993.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária a desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar.** Brasília: FAO/INCRA, 1994, 98p. (Projeto UTF/BRA/036).

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Censos agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96.** Rio de Janeiro: FIBGE

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, e 2000.** Rio de Janeiro: FIBGE.

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Pesquisa Agrícola Municipal de 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004.** Rio de Janeiro: FIBGE, 2004. In: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Pesquisa Pecuária Municipal de 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004.** Rio de Janeiro: FIBGE, 2004. In: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. In: **Journal of Rural Studies.** v.6, n.4, p.361-373, 1990.

GARCIA, R.; MARTINE, G. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural Brasileiro.** Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura Familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HESPANHOL, R. A. de M. **Produção Familiar: Perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP.** Rio Claro, 2000. 254p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP, campus de Rio Claro.

HESPANHOL, R. A. de M.; NORONHA, E. O. Poder local e agricultura: descentralização político administrativa, desenvolvimento local e experiências de articulação. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, SP, n.26, p.65-90, 2004.

HESPANHOL, R. A. de M.; COSTA, V. M. H. de M. A agricultura familiar no âmbito do poder local: a atuação do PRONAF infra estrutura e serviços municipais. **Geografia**, Rio Claro, v.26, n.2, p.69-90, agosto de 2001.

HESPANHOL, A. N. O Programa de Microbacias Hidrográficas e a questão do desenvolvimento de territórios rurais no Estado de São Paulo – Brasil. 2005, Anais... **Jornadas Internacionais de Estudios Agrários y agroindustriales**. Facultad de Ciencias Económicas, UBA, Buenos Aires, 2005.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: **Congresso Brasileiro de economia e Sociologia Rural**, 36. Anais. Poços de Caldas (MG), SOBER, v.2, 1998.

KAGEYAMA, A.

As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura**. São Paulo, SP, 48, v. 2, 1999).

KAGEYAMA, A. A produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito. **Agricultura**. São Paulo, SP, 50(2):1-13, 2003.

KAUTSK, K. **A questão agrária**. Portugal: Proposta, 1980.

LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme**. Trad. Ângela M. N. Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Trad. Frédéric Bazin. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969, p.9-29.

LEITE, J. F. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCL, 1972, 249p.

LEITE, J. F. Alta Sorocabana: uma região em busca de sua vocação. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 02, p. 75 – 83. 1981.

LIMANA, A. O processo de descentralização política – administrativa no Brasil. In: **Scripta Nova**. Universidad de Barcelona, n.45, 1999.

MALUF, R.S. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MOREIRA, J.M.; COSTA, L.F. de C. (orgs.) **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2002.

MALUF, R. S. (org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 2003.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo: ano 18, n.19, p.95-112. Julho/Dez. 2002.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Biblioteca no Brasil, 1975.

MEDEIROS, C. M. V. de. **O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos 1980-1990**. São Paulo, 2002, 224p. Tese (Doutoramento em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MENDES, E. de P.P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no Município de Catalão (GO)**. Presidente Prudente, 2005, 294p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, campus de Presidente Prudente.

MONBEIG, P. O Estudo Geográfico das cidades. In: **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do, 1957, p.33-77.

NEVES, D. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.25, p.21-37, maio/dez.1995.

NEVES, D. Agricultura familiar e mercado de trabalho. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.8, p.7-25, abr., 1997.

SANT'ANA, A. L. **Raízes na terra**: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da Mesorregião de São José do Rio Preto (SP). Araraquara:UNESP, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia), UNESP/Araraquara, 2003.

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981, 203p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2004.

SANTOS, V. **As frentes pioneiras e a História de Indiana**. Indiana: 2002a. (Texto mimeografado).

SANTOS, M. J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Dossiê Desenvolvimento rural**. Instituto de Estudos Avançados da UNP, 2001

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e Industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, nº 51. São Paulo: Fev./2003a.

SILVA, L.R. **A natureza contraditória do Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVEIRA, F. R. da. A coexistência da pequena e grande exploração agrícola no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, n.08, p.05-14, 1986.

SILVEIRA, F. R. **A recriação capitalista do campesinato** (Os camponeses na região de Presidente Prudente). São Paulo, 1990, 249p. Tese (Doutoramento em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

TEDESCO, J.C. (org) **Agricultura Familiar. Realidade e perspectivas**. Passo Fundo: Ed. Universo. Passo Fundo, 1999.

VEIGA, J. E. da. Delimitando a agricultura familiar. **Reforma Agrária**, Campinas, n.2 e 3, v.25, maio/dez. 1995.

VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. In: **Dossiê Desenvolvimento Rural**. Instituto de Estudos Avançados da USP, 2001

Wanderley, M. de N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em Construção. **Reforma Agrária**, Campinas, n.2 e 3, v.25, maio/dez. 1995.

Wanderley, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Nacional da ANPOCS. **Anais...** Caxambu, MG. Outubro, 1996.

Wanderley, M. de N. B. **Urbanização e Ruralidade: Relações entre a pequena cidade e o mundo rural; Estudo preliminar sobre os pequenos Municípios em Pernambuco.** Recife, 2001. Acesso em <<<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obedoo1f.doc>>>.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.7, n.1, p.35-53, jan/jun. 1990.

APÊNDICES

Roteiro de Entrevista: Prefeitura Municipal de Indiana

- 1) Quais são as principais atividades econômicas do Município de Indiana?
- 2) Qual é o papel da agricultura na dinâmica sócio econômica do município?
- 3) No município quem toma as decisões referentes ao espaço rural? Existe secretário da agricultura?
- 4) Existe Plano de Desenvolvimento Rural no Município? Quando foi ou será elaborado? Quem vai participar de sua elaboração? Tem uma cópia?
- 5) Existem projetos municipais para o meio rural? Quais?
- 6) Existem projetos municipais para fortalecimento da agricultura familiar?
- 7) Existem parcerias com os governos estadual e federal?Quais?

Organização: Regiane Aparecida Menegati

Roteiro de Entrevista: Casa de Agricultura de Indiana

- 1) Que tipo de serviços a Casa da Agricultura presta aos agricultores familiares do município?
- 2) O Município participa dos programas do Governo Federal e Estadual? Quais? Em que área ou bairro?
- 3) Qual é a principal atividade econômica do ponto de vista da produção agropecuária no município?
- 4) Como a assistência técnica é realizada? Ela é municipalizada? Quantos técnicos atuam? Qual é a formação destes?
- 5) Os agricultores familiares procuram a Casa da Agricultura? Com qual frequência?
- 6) Para onde se destina a produção agropecuária do Município?
- 7) Existem trabalhos de educação ambiental para os agricultores?

Organização: Regiane Aparecida Menegati

Roteiro de Entrevista: Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Indiana

- 1) Quando e como o Conselho de desenvolvimento rural foi instituído e composto?
- 2) Quem são os membros? Quais os setores que estão representados? Como foi feita a indicação dos nomes (composição do conselho)? Qual é o tempo de mandato?
- 3) Qual é a finalidade do Conselho de Desenvolvimento? Que trabalhos ele desenvolve?

- 4) São realizadas reuniões? Com qual frequência? Existem atas?
- 5) O Município de Indiana tem Plano de Desenvolvimento Rural? Pretende elaborá-lo?
- 6) Quais as maiores facilidades (parcerias) e dificuldades encontradas pelo Conselho?
- 7) Qual é a participação da prefeitura e da Casa da Agricultura no Conselho?
- 8) Qual é a posição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural frente às dificuldades enfrentadas pelos produtores, como falta de assistência técnica (engenheiro agrônomo)? Eles sabem do problema? Que medidas foram tomadas?
- 9) Como é a atuação do conselho em relação à agricultura familiar?
- 10) Existe a participação popular no Conselho? Como é avaliada?

Organização: Regiane Aparecida Menegati

Questionário: Associação de Produtores Rurais do Bairro Sete Copas de Indiana

1. Nome da Associação:
2. Ano da Fundação:
3. Endereço:
4. Área de abrangência (atuação) da associação: () bairro () Município
() Outro. Qual?
5. A associação tem um local específico para a realização de reuniões: () sim
Onde? () não
6. Qual é a frequência das reuniões?
7. Qual é o objetivo da associação?
8. Números de produtores associados?

9. Área média cultivada pelos agricultores?

10. Quais são os principais produtos cultivados pelos associados?

11. Qual é a condição dos produtores associados:

☐) proprietários. Quantos?

☐) arrendatários. Quantos?

☐) parceiros. Quantos?

☐) proprietários e arrendatários. Quantos?

☐) outra. Qual?

Quantos?

12. Qual (is) é (são) a(s) exigência(s) da associação para os produtores se associarem?

13. Qual (is) é (são) o(s) fator(es) responsável(eis) pela criação da Associação?

14. Com quantos produtores a associação começou suas atividades?

15. Além dos produtores, algum órgão ou instituição colaborou na organização desta associação?

☐) sim. De que forma?

☐) não.

16. Qual(is) é (são) a(s) dificuldade(s) encontrada(s) inicialmente para a organização dos produtores?

17. Atualmente, qua(is) é (são) o(s) principal(is) problema(s) enfrentado(s) pelos produtores associados para o pleno desenvolvimento de suas atividades?

18. Qual é (são) a(s) atividade(s) desenvolvida(s) pela associação em prol dos seus associados?

19. E das famílias dos associados? Ou dos filhos dos associados?

20. E quanto à participação dos produtores nessas atividades, qual é sua avaliação?

21. Qual(is) é (são) o(s) benefício(s) concedido(s) pela associação aos produtores associados?

☐) adquirir insumos em conjunto

☐) comercialização em conjunto

☐) assistência técnica em conjunto

☐) realizar financiamento em conjunto

☐) dispõe de Patrulha Agrícola

☐) outros. Quais?

22. Há alguma contribuição econômica por parte dos produtores à associação?

☐) Sim. Qual é o valor?

Com qual periodicidade é realizado o pagamento da contribuição?

☐) Não

23. Há um estatuto, regulamento ou regimento disciplinando as atividades da associação?

() sim

() não

24. Existe uma diretoria na associação?

() Sim. Como ela é composta?

() Não

25. Existe alguma vinculação desta associação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município?

() Sim. De que forma?

() Não

26. E com outra(s) Associação(ões) de Produtores?

() Sim . Qual(is)?

() Não

Organização: Regiane Aparecida Menegati

Questionário: Produtores familiares do Município de Indiana - SP

Número do questionário: _____

Estrato de área: _____

1. Identificação do produtor familiar:

Nome: _____ Idade : _____ anos.

Município de origem _____ Estado _____

Auto definição da Profissão: () proprietário () agricultor () produtor rural

() trabalhador rural () camponês () outros.

Quais: _____

Situação civil : () casado () viúvo () Solteiro ()

Outro _____

Número de filhos: _____ idade dos filhos : _____

Escolaridade: () analfabeto () 1º grau incompl () Ens. Fund. Comp.

() Ens Fund. incompl. () Ens. médio completo () E.medio incomp. () Superior incompl. () Superior completo

Condição atual do produtor familiar:

() proprietário () arrendatário/parceiro () posseiro () outro : _____

Há quanto tempo reside na propriedade? _____

Condição anterior do produtor familiar:

() proprietário () arrendatário/parceiro () posseiro

() empregado na cidade () empregado rural () outro : _____

A família é de origem () rural () urbana

Se urbana, motivo da saída da cidade:

2. Descrição do núcleo familiar

Nome	Grau de parentesco	Sexo	Idade	Casado		Grau de Escolaridade	Estuda	
				Sim	Não		Sim	Não
Total de pessoas residentes na casa:								

3. Caracterização da unidade produtiva familiar:

Nome da propriedade _____

Atividade econômica principal exercida pela unidade familiar : _____

Distância da propriedade da sede do Município _____

Área total da propriedade (_____) ha. (_____) alq

Área própria (_____) ha. (_____) alq.

Área tomada em arrendamento/parceria: (_____) ha. (_____) alq.

Área concedida (dada) em arrendamento (_____) ha. (_____) alq.

Outros _____

Forma de acesso a terra própria:

() compra () herança () assentamento Outros: _____

Há quanto tempo reside na propriedade? _____

Possui mais de uma propriedade rural? () sim () não

Onde? _____ estado _____

Soma da área das propriedades rurais que possui (_____) ha. (_____) alq

4. Exploração da unidade produtiva familiar

Qual é a área utilizada na unidade de produção para:

Produção vegetal: _____

Produção animal: _____

Outra? _____

Atividade pecuária :

Tipo	Nº de cabeças	Consumo	
		Próprio	Venda ao mercado/onde?
Bovino para corte			
Bovino de leite			
Suínos			
Caprinos			
Eqüinos			
Patos			
Galinhas			
Peru			

Outros			
--------	--	--	--

Atividades agrícolas

Tipo de cultura	Área (ha)	Consumo	
		Próprio	Venda ao mercado/onde?
Lavouras temporárias			
Lavouras permanentes			
Pastagem			

5. Comercialização da produção:

Os produtores são comercializados para:

() mercados () feiras () cerealistas () atravessadores

Outros _____

Quais dos produtos comercializados apresentam melhores resultados econômicos? _____

Quais são os principais problemas enfrentados para comercializar a produção? _____

6. Equipamentos e insumos:

() insumos Que tipo ? _____

() trator Quantos ? _____ empréstimo ? _____ aluguel ? _____

() Ap. para irrigação Quantos ? _____ empréstimo ? _____ aluguel ? _____

() Arados (mecânico) Quantos ? _____ empréstimo ? _____ aluguel ? _____

() Arados (animal) Quantos ? _____ empréstimo ? _____ aluguel ? _____

Outros? _____

São utilizados para quais culturas? _____

7- Trabalho familiar:

Número de pessoas da família que:

Reside na propriedade: _____

Exerce atividades na propriedade: _____

Nº	Agrícola	Não agrícola

Exercem atividade fora da propriedade? _____

Nº	Agrícolas	Não agrícolas	Onde?

Força de Trabalho na agricultura

Tipo	Quantas pessoas ?	Fases de utilização		
		plantio	colheita	outros
Familiar				
Empreg. Permanentes				
Empreg. Temporários				
Parceiros				
Outros				

8. Assistência técnica:

Há prestações de serviços técnicos? _____

Quem

presta? _____

Qual é frequência? _____

Há prestações de serviços da prefeitura municipal? _____

Qual é o tipo? _____

Qual é a sua opinião? _____

9. Financiamento:

Utiliza financiamento: () sim () não

Porque? _____

Qual tipo de crédito? _____

Quais Dificuldades? _____

Ano de obtenção do ultimo financiamento _____

Valor do último financiamento obtido: _____

Qual o programa de financiamento? _____

Conhece o PRONAF? _____

O que achou do programa? _____

Já se utilizou dos créditos do Pronaf? () sim () não

Quando? _____ Quais? _____

Qual o valor tomado? _____

Qual sua avaliação do programa? _____

10. Organização dos produtores familiares:

Participa de: () sindicato () cooperativa () associação

em caso afirmativo, qual? _____

Onde ? _____ Ano de ingresso _____

Motivo da filiação _____

Quais as vantagens _____

Quais os problemas enfrentados? _____

11. Renda familiar

Renda familiar total mensal aproximada:

() até R\$100,00

() Entre R\$ 101,00 e R\$300,00

() Entre R\$301,00 e R\$500,00

() Entre R\$501,00 e R\$1.000,00

() Entre R\$1,001,00 e R\$1500,00

() acima de R\$1501,00

Do total, qual:

Renda é proveniente das atividades agrícolas: _____

Renda é proveniente das atividades não agrícolas: _____

12 - Atividades não-agrícolas:

São desenvolvidas por quais membros da família? _____

Onde ? _____

Atividade: _____

Valor da Remuneração _____ salários

É desenvolvida em qual período? () manhã () tarde () noite () integral

A renda obtida fora da propriedade é tida como complemento da renda familiar?

() sim () não

Essa renda é utilizada: () na propriedade () para uso pessoal () para a família

Porque exerce outro tipo de atividade Não agrícola?

() necessidade () independência () manutenção da propriedade

() ascensão social () incapacidade da renda agrícola de prover a sobrevivência da família.

Se a renda agropecuária fosse suficiente, realizaria outra atividade? () sim () não

() outros. Quais? _____

13. Estratégias de reprodução social:

Tem dificuldades para continuar vivendo no meio rural? () sim () não

Quais? _____

Tem dificuldades econômicas para continuar sobrevivendo apenas da atividade agropecuária?

() sim () não

Quais? _____

Recebeu ou recebe alguma ajuda? () sim () não

De quem? () governo () vizinhos () outros

Que tipo de ajuda?

Possui outros rendimentos além dos adquiridos na atividade agropecuária? () pensões ()

aluguéis () outros

Quais? _____

Esses rendimentos são considerados?

() essenciais () complementares () outros: _____

Existe alguém aposentado na família? () sim () não Quantos? _____

Valor da aposentadoria? _____

Os rendimentos provenientes da aposentadoria são considerados?

() essenciais () complementares () outros: _____

É praticado algum tipo de artesanato ou de agregação de valor aos produtos agropecuários?

() sim () não

Qual tipo? _____

O artesanato proporciona renda para a família? () sim () não

8. A propriedade possui:

	Consumo	Comércio/Onde?	Área
Pomar			
Horta			

Outros: _____

É importante para a alimentação familiar?

14. Infra estrutura da Unidade de Produção:

Moradia

A residência do agricultor é de:

() alvenaria () madeira () mista () outro material Metragem da casa _____

Número de cômodos _____

A propriedade é cercada? () sim () não

Há energia elétrica? () sim () não

Como é obtida a água? () poço comum () poço artesiano () poço semi artesiano

() poço semi artesiano () outro

Bens de consumo

Televisão () não () sim

Vídeo Cassete () não () sim
Geladeira () não () sim
Freezer () não () sim
Computador () não () sim
Automóvel () não () sim
Com. telefônica () não () sim

Outros: _____

Carro: () não () sim Quantos? _____

Ano _____ Utilização: () passeio () na propriedade Função : _____

Outros: _____

O que é feito com lixo ? _____

E com as embalagens dos produtos agrotóxicos? _____

Condição da estrada: Boa () Precária () Péssima() Outra: _____

15. Opinião e perspectivas do Produtor Familiar.

Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela unidade de produção e pelo trabalho desenvolvido na mesma ?

Qual é a opinião do produtor em relação às políticas de incentivos para a agricultura dadas pelo governo ?

E pela prefeitura? _____

Quais políticas governamentais poderiam ser adotadas, para a permanência do pequeno produtor no campo ? _____

Conhecimento da existência e/ou atuação do conselho de desenvolvimento rural municipal?

Tem planos de ampliação da propriedade ? () sim () não

Tem planos futuros de sair da propriedade ? () sim () não .Se sim, por quê ?

Para onde? _____

Venderia sua terra para adquirir um estabelecimento maior em outro lugar? () sim

() não. Onde _____

Gostaria que seus filhos continuassem exercendo atividades ligadas a agropecuária? Porque?

Seus filhos tem planos de continuar exercendo as atividades ? () sim () não.

Se sim, por quê ?

16. Organização cultural

Qual a importância da terra para a sua família?

Qual a origem étnica da família?

Quais as atividades de lazer realizadas pela família?

Participam em acontecimento locais. () sim () não

Quais?

Tem laços de amizade com os vizinhos? () sim () não

Participa de festas religiosas? () sim () não

Quais?

Com qual frequência?

Onde?

Participa de festas culturais?

Quais?

Com qual frequência?

Onde?

Realizam ajudas mútuas?

Com qual frequência?

17. Relação campo- cidade:

Satisfação com a vida no campo: () sim () não

Avaliação da qualidade de vida:

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

Dificuldades em viver no campo:

Pontos Positivos da vida no campo?

Gostaria de se mudar para a cidade? () sim () não

Porque?

Como ocorre o deslocamento até a cidade?

() carro próprio () ônibus coletivo () ônibus escolar () carona Outro: _____

Cidades em que mais costuma ir?

Quantas vezes por semana visita a cidade?

Qual motivo?_____

18. Participação no Programa de Microbacias

Participa do programa de Microbacias? () sim () não

Se não:

Gostaria de participar? () sim () não

Por quê?

Se sim:

Houve melhorias com a participação no programa? () sim () não

Quais?_____

Em qual Microbacia está localizada sua propriedade?_____

Quais os principais problemas do programa?

Observações:

Propriedade () Monoativa () Pluriativa

Organização: Regiane Aparecida Menegati